



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Universidade Técnica de Lisboa

EDUCAÇÃO FAMILIAR COMO FORMA DE INTERVENÇÃO PARA O EMPOWERMENT

Projecto Formação em Gestão Familiar

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Política Social

Mestranda: Ana Catarina Dias Moreira do Cabo Ferreira

Orientadora: Professora Doutora Maria José Silveira Nuncio

Lisboa

2011

ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS.....	3
ÍNDICE DE FIGURAS.....	3
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	4
AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO.....	6
INTRODUÇÃO.....	8
I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	10
CAPÍTULO 1 - POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL.....	10
CAPÍTULO 2 - FAMÍLIAS MULTIPROBLEMÁTICAS.....	14
2.1. A COMPLEXA TEIA FAMILIAR.....	15
2.2. A COMPETÊNCIA DAS FAMÍLIAS.....	19
2.3. MODELOS DE INTERVENÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS PARA AS FAMÍLIAS MULTIPROBLEMÁTICAS.....	23
2.4. O EMPOWERMENT NA INTERVENÇÃO COM FAMÍLIAS MULTIPROBLEMÁTICAS..	29
II. INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA.....	32
CAPÍTULO 1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
1.1. QUANTO À CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO DE FORMAÇÃO..	33
1.2. QUANTO À AVALIAÇÃO DO PROJECTO DE FORMAÇÃO.....	36
CAPÍTULO 2 - CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO EM GESTÃO FAMILIAR.....	38
2.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E OBJECTIVOS GERAIS DA FORMAÇÃO.....	38
2.2. ESTRUTURA GERAL DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO.....	44
CAPÍTULO 3 - IMPLEMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO.....	54
3.1. A SELECÇÃO DAS FAMÍLIAS PARTICIPANTES.....	54
3.2. CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS PARTICIPANTES.....	56
CAPÍTULO 4 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA FORMAÇÃO.....	66
4.1. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA AVALIAÇÃO.....	66
4.2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	66
PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO FUTURAS.....	96
CONCLUSÃO.....	103
BIBLIOGRAFIA.....	106
ANEXOS	

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Características descritivas das famílias.....	56
Quadro 2: Características relativas à habitação.....	57
Quadro 3: Características relativas aos rendimentos.....	58
Quadro 3.1: Tipologia de apoios sociais.....	58
Quadro 4: Análise Comparativa EMES-M/EMES-C (formanda 1).....	69
Quadro 4.1: Cotação da Escala Multidimensional de Expressão Social – Parte Motora (EMES-M) (formanda 1).....	69
Quadro 4.2: Cotação da Escala Multidimensional de Expressão Social – Parte Cognitiva (EMES-C) (formanda 1).....	71
Quadro 5: Análise Comparativa EMES-M/EMES-C (formanda 2).....	75
Quadro 5.1: Cotação da Escala Multidimensional de Expressão Social – Parte Motora (EMES-M) (formanda 2).....	76
Quadro 5.2: Cotação da Escala Multidimensional de Expressão Social – Parte Cognitiva (EMES-C) (formanda 2).....	78
Quadro 6: Análise Comparativa EMES-M/EMES-C (formanda 3).....	81
Quadro 6.1: Cotação da Escala Multidimensional de Expressão Social – Parte Motora (EMES-M) (formanda 3).....	81
Quadro 6.2: Cotação da Escala Multidimensional de Expressão Social – Parte Cognitiva (EMES-C) (formanda 3).....	83
Quadro 7: Classificação da formação quanto à organização instalações, meios/recursos e duração.....	90

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Os seis elementos da competência.....	20
Figura 2: Estratégias bem-sucedidas na intervenção com famílias multiproblemáticas.....	25

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Apreciação geral da acção.....	89
Gráfico 2: Avaliação relativamente ao conteúdo.....	90
Gráfico 3: Classificação dos conhecimentos adquiridos na formação, tendo em conta a sua utilidade e aplicação práticas.....	91
Gráfico 4: Avaliação do desempenho dos formadores.....	92
Gráfico 5: Adequação da metodologia aos conteúdos e adequação dos métodos utilizados pelos formadores.....	93
Gráfico 6: Que outros temas gostaria de ver abordados em futuras formações.....	93

ANEXOS

Anexo I: Guião de entrevista

Anexo II: Questionário de formação em Gestão Familiar

Anexo III: Escala de Avaliação de Competências Sociais de CABALLO

Anexo IV: Questionário de Avaliação Geral

Anexo V: Cronograma da formação em Gestão Familiar

Anexo VI: Contrato-formação

Anexo VII: Questionários de Avaliação: Competências Pessoais e Sociais

Anexo VIII: Questionário de Avaliação: Competências Parentais

Anexo IX: Questionário de Avaliação: Escala de Identificação de Expectativas

Anexo X: Questionário de Avaliação: Escala de Avaliação de Sessões

Anexo XI: Questionário de Avaliação: Escala de Avaliação de Implementação de Programas

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não teria sido possível sem o enorme contributo de todos aqueles que de diversas formas estiveram presentes no percurso da sua realização e às quais gostaria de deixar um sincero agradecimento.

Este contributo assume os contornos de sincera amizade, compreensão, sabedoria e estímulo que tive o privilégio de receber em todos os momentos e que me acompanharam e deram alento para que conseguisse cumprir este objectivo.

Agradeço à Senhora Professora Doutora Maria José Silveira o apoio disponibilizado desde o primeiro minuto, bem como pelos enormes contributos e encorajamentos que ajudaram a moldar este trabalho. A enorme confiança que sempre demonstrou relativamente ao meu trabalho ajudou-me a reforçar a certeza da pertinência do trabalho a que me propus realizar.

À Teresa e à Cátia pelas palavras de encorajamento nos momentos menos bons do trabalho.

À Cristina, colega que tive o privilégio de conhecer por intermédio deste mestrado. As várias horas de reflexão conjunta e ajuda mútua promoveram uma vontade de crescer com optimismo e esperança e criaram um espaço de partilha que sem dúvida se encontram presentes neste trabalho.

À minha família: aos meus avós, aos meus pais, à minha irmã, aos meus tios e aos meus primos que sempre esteve presentes e me acompanharam durante todo este percurso. Apesar da distância sei que estão comigo em todos os momentos.

Finalmente quero agradecer ao Pedro, pelo seu amor, carinho e infinita compreensão e paciência demonstrados mesmo naqueles momentos mais difíceis. A sua companhia serena e atenta preenche os meus dias e o apoio em todas as horas, mesmo nos mais pequenos gestos, mostraram-me o verdadeiro significado de amor e companheirismo, tornando tudo possível.

RESUMO

Os contornos da complexa teia familiar adivinham-se difíceis de trabalhar quando falamos de famílias multiproblemáticas pobres, afectadas pelas suas condições psico-sócio-económicas. Estas, quando deparadas por situações de crise, mais facilmente caem em situação de bloqueio, pois detêm poucas competências, levando à emergência do caos familiar. Torna-se então relevante trabalhar as competências que estas famílias têm, desbloqueando-as e fazendo a família perceber que as detém, bem como dotá-las de mecanismos, aptidões e competências que não possuem para conseguirem fazer face às situações de crise com que se depararão ao longo do seu ciclo de vida.

Em virtude dos diversos desafios que actualmente se colocam a estas famílias, promoveu-se o projecto de formação em Gestão Familiar como forma de intervenção educativa e preventiva. Este projecto radicou-se no trabalho com as competências das famílias como meio de promoção para o empowerment. Os resultados apontaram para o aumento da auto-estima e melhoria da dinâmica e organização familiar bem como para o reforço e/ou aquisição de novos conhecimentos, que permitiram o modificar de competências e comportamentos anteriores. O reforço de conhecimentos permitiu o reconhecimento de capacidades, promovendo-se o processo de mudança dos indivíduos e famílias.

Palavras-chave: famílias multiproblemáticas pobres, pobreza, intervenção educativa e preventiva, competências, projecto de formação em gestão familiar, empowerment

ABSTRACT

The configurations of the complex family web are hard to work with multiproblem low-income families, affected by their psycho-social-economical condition. These, when face crisis situations, more easily fall in blockade situations, because they have few abilities and skills, driven them into family chaos. Therefore is relevant to work with the abilities these families have, unblocking them and making the family understand that they hold these abilities, as well as to work with them to the acquirement of mechanisms, abilities and skills that they don't possess, so they can intervene in the crisis situations along their family cycle.

Due to diverse challenges put to these families, it was promoted a building-up project on family management, as a process of educational and preventive intervention. This project took root on the work with family abilities as a method to promote their empowerment. The results pointed to the increase on self-esteem and improvement on family organization and dynamics as well as reinforcement and/or acquisition of new knowledge that allowed modifying previous behaviors and abilities. The reinforcement of knowledge has permitted the recognition of abilities and therefore promoted the process of change of individuals and families.

Keywords: multi-problem poor families, poverty, educational and preventive intervention, ability/skills, building-up project on family management, empowerment

HÁBITO

A principal razão pela qual as pessoas não cumprem as resoluções que tomam é porque se torna mais fácil agarrarem-se aos seus velhos hábitos. A pressão nem sempre é uma coisa negativa. A pressão pode incentivar-te a alcançar grandes objectivos. As pessoas costumam conquistar coisas magníficas quando estão entre a espada e a parede e são obrigadas a recorrer à fonte de potencial humano que reside dentro delas. (...) O primeiro passo é ter uma visão clara do resultado que pretendes. O segundo passo é criar pressão positiva para te manteres motivado. O terceiro passo é muito simples: nunca defines um objectivo sem um prazo. Para que um objectivo tenha vitalidade precisas de lhe dar um prazo. (...) Ah, já agora – explicou Julian -, lembra-te que um objectivo que não é posto por escrito não é sequer um objectivo (...) Uma pessoa leva cerca de um mês a instaurar plenamente um novo hábito. Depois deste período, as estratégias e técnicas que vais aprender encaixar-se-ão na tua vida como uma segunda pele.

Robin S. Sharma, “O monge que vendeu o seu Ferrari”

*“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar.
Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.”*

(Madre Teresa de Calcutá)

INTRODUÇÃO

A palavra família evoca em nós, imediata e espontaneamente, diversas representações mentais de um grupo de pessoas onde existe um pai, uma mãe e as crianças; por vezes, ainda, alargada a outros elementos familiares como os avós, tios e primos. A estas aliam-se indissociavelmente, a ideia de um lar, habitação onde a vida da família é partilhada, através de valores, afectos, sentimentos, convivências, entreajudas e experiências. Tais representações mentais assentam, inevitavelmente e antes de mais, nos modelos e experiências, conhecimento e valores que temos da nossa própria família (e por ela transmitidos) mas também de todas as outras que conhecemos e com as quais temos contacto ao longo do nosso processo de crescimento, desenvolvimento e socialização.

As famílias são pautadas por um dinamismo, autonomia, individualidade e singularidade próprias encontrando-se num constante processo de mudança, que leva ao seu desenvolvimento, evolução e, consequente complexidade. Paralelamente os vários factores de mudança e de transformação que surgem na sociedade, agem sobre a estrutura familiar e colocam a tónica nas dificuldades em manter uma família unida e em funcionamento. E por isto, nenhuma família é uma entidade sem dificuldades. Todas as famílias necessitam de momentos de adaptação que se vão, necessariamente, repetindo ao longo de todo o seu ciclo de vida. Este processo verifica-se ser de maior dificuldade nas famílias multiproblemáticas pobres que se vêm inseridas em contextos desfavorecedores e são marcadas por uma panóplia de problemas.

No âmbito da dissertação de mestrado em Política Social apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, teve-se como objectivo proceder à avaliação do projecto de Formação em Gestão Familiar, construído em contexto profissional para a intervenção com famílias multiproblemáticas pobres. A opção por esta temática e objectivo fundamentou-se na tentativa de avaliar o projecto de formação como resposta de intervenção, construído após o diagnóstico efectuado no âmbito do acompanhamento psico-social em contexto profissional às diversas famílias que procuram e recebem ajuda. Tendo sido construído com o intuito de promover o empowerment das famílias através do reforço das suas capacidades e competências, com este estudo pretende-se também aferir sobre as modificações operadas nos participantes da formação e respectivas famílias e dinâmica familiar.

Assim, o presente trabalho estrutura-se em duas partes: o enquadramento teórico onde se procede a uma revisão da literatura que serve de contextualização aos procedimentos relativos à construção, implementação e avaliação da formação em Gestão Familiar; a investigação empírica dedicada à corporização deste trabalho.

No enquadramento teórico tratámos de proceder à pesquisa bibliográfica que nos permitiu identificar um conjunto de temas, claramente relacionados com a nossa problemática e objecto de estudo. Centramo-nos nas famílias multiproblemáticas pobres, intervenientes no projecto de formação, afectadas quotidianamente por contextos de pobreza e exclusão social. A falta de rendimentos, motivada pelo desemprego que afecta estas famílias, coloca-as num limiar onde muito dificilmente

conseguem aceder a serviços e bens essenciais para satisfação de necessidades básicas e também não lhes permite o acesso a tantos outros serviços como a justiça, a informação e conhecimento ou a participação política.

São estas famílias multiproblemáticas que atraem maior visibilidade pois nelas os contextos de exclusão fazem sentir-se mais arduamente, potenciados pelas fragilidades internas e externas que as caracterizam, como sejam, a baixa auto-estima, depressão e/ou pobreza. A pobreza é um factor de risco para práticas parentais negativas e fraco desenvolvimento das crianças. Neste contexto têm maiores probabilidades de desenvolver comportamentos desajustados, perante situações e factores de risco. Estes comportamentos desajustados potenciam um emaranhado de problemas que se reflectem em todos os membros da família, com a particular incidência sobre a desorganização. Características sintomáticas que se tendem a manifestar em todas as fases do ciclo de vida da família e a perpetuarem-se de geração em geração.

Contudo, há que ter em conta que são famílias que detêm competências pois de alguma forma conseguem sobreviver no quotidiano do emaranhado de problemas que as atingem. O que as impede de conseguir um desenvolvimento saudável e adequado aos problemas e crises com que se deparam, e que são comuns a todas as famílias e processos familiares, é o facto de se encontrarem bloqueadas nas suas competências, não detendo os conhecimentos e aptidões necessárias à resolução das suas tarefas. Os próprios serviços sociais e políticas sociais de ajuda e intervenção ainda são muitas vezes desagregados e perpetuadores dos comportamentos sintomáticos destas famílias. É então relevante intervir para a promoção das suas competências através de um processo de empowerment.

Assim, na investigação empírica tratámos de incidir sobre a construção do projecto de formação em Gestão Familiar, onde num primeiro momento se explana a base teórica que serviu de mote à construção do projecto de formação, aos seus objectivos gerais e estrutura geral do programa. Num segundo momento procedeu-se à explicação de como se procedeu a selecção das famílias participantes e uma breve caracterização das mesmas.

Seguidamente apresentam-se e discutem-se os resultados aferidos em todo o processo avaliativo no âmbito deste trabalho. A avaliação pretende ser abrangente de todo o projecto e, por isso, foi efectuada em dois momentos distintos. Primeiro pretendeu-se avaliar as mudanças operadas no seio das famílias intervenientes no projecto de formação em Gestão Familiar com enfoque para o empowerment, e, seguidamente, proceder à avaliação do projecto de formação em Gestão Familiar quanto à sua forma e estrutura. Para tal recorremos à aplicação de inquéritos por questionários e entrevistas aos participantes da formação, metodologias combinadas por nos parecerem ser enriquecedoras para esta análise. Finalmente apresentam-se as conclusões e reflexões sobre este estudo. Apontam-se também possíveis direcções futuras que outras investigações ou projectos nesta área poderão tomar, com base no processo avaliativo efectuado e na experiência decorrida da aplicação da formação, que nos pareceu poder enriquecer a nossa análise.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1 - POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

“Quem não sabe o que seja a pobreza? Vemo-la todos os dias, nas ruas, à porta das igrejas, debaixo das arcadas ou nas escadas do Metro. Nascemos, crescemos e vivemos ao lado dela, se não no meio dela, alguns mesmo dentro dela. Sabemos que não é de hoje nem de ontem. Quem não sabe dizer o que é ser pobre?” (COSTA, 2008:19).

A pobreza e exclusão social são duas das grandes preocupações actuais, surgindo como problemas sociais complexos e generalizados a todo o mundo. A face mais visível da pobreza mostra-se através das condições de vida objectivas de cada indivíduo pobre ou em situação de exclusão. As condições habitacionais, a alimentação, o vestuário, a saúde sobressaem num primeiro olhar e dão-nos noção de que a pobreza existe. Contudo a pobreza é uma realidade mais ampla e complexa que inclui todas as dimensões da vida humana que não apenas as condições materiais. Implica uma relação forte com todos os sistemas sociais presentes na sociedade (COSTA, 2008; PEREIRINHA, 2008).

A sociedade apresenta-se constituída por um conjunto de sistemas sociais, todos essenciais à existência humana e inter-relacionados, que passam pelos domínios dos laços sociais (relações com família, amigos, vizinhos), económico (gerador de rendimentos e recursos financeiros para obter bens e serviços indispensáveis), institucional (relação com as diversas instituições na comunidade, para se concretizarem outras formas de exercício de direitos de cidadania), espacial (características dos territórios onde habitamos), simbólico (referências identitárias dos indivíduos que permitem ser reconhecidos e reconhecerem-se como parte da sociedade), que moldam e influenciam o posicionamento do indivíduo em relação à sociedade, à sua inclusão (COSTA, 2008).

A relação de um indivíduo com cada sistema social pode ser forte, fraco ou em estado de ruptura. Quando os laços são fracos ou estão em ruptura verifica-se a ocorrência de situações de pobreza e exclusão social. Contudo, isto não significa que o indivíduo esteja excluído em relação a todos os sistemas sociais. Isto pode apenas verificar-se em relação a alguns sistemas (COSTA, 2008).

Segundo COSTA, pobreza é “uma situação de privação resultante da falta de recursos”, sendo que privação consiste numa situação de carência em relação às necessidades humanas básicas, ou seja a não satisfação das necessidades pela falta de recursos (2008:26).

Para que uma pessoa tenha recursos terá que ser auto-suficiente, o que significa que tem de ter uma relação satisfatória com os sistemas sociais geradores de rendimento. Por outro lado, a existência de privação significa que não estão a ser satisfeitas as necessidades básicas, o que revela a existência de uma ruptura (ou fraca relação) com outros sistemas sociais como o mercado, educação, saúde, laços sociais, e outros. Quanto mais profunda for a privação, maior será o estado de exclusão social,

pois será maior o número de sistemas sociais dos quais o indivíduo estará excluído. Logo, para se resolver uma situação de pobreza terá que se tratar da privação e da falta de recursos. “Tornar a pessoa auto-suficiente” (COSTA, 2008:26), e isto implica que seja estabelecida uma relação com os sistemas sociais geradores de rendimentos ou seja, que o indivíduo ganhe a vida através de um dos meios de vida existente na sociedade a que pertence (COSTA, 2007; COSTA, 2008).

Deste modo, a pobreza representa uma forma de exclusão social – não existe pobreza sem exclusão social. São dois fenómenos inter-relacionados. Na exclusão social sobressai ainda a noção de desigualdade, ou seja a relação entre cada sistema social e o indivíduo/grupos. Estes têm diferentes graus de capacidade (poder) no acesso a cada sistema social, o que faz com que sejam mais ou menos vulneráveis à pobreza e exclusão social (COSTA, 2008).

Enquanto a pobreza é acima de tudo um processo estático, um “estado”, a exclusão social assume-se como processo dinâmico, cumulativo e persistente, transmitindo-se geracionalmente e assumindo novas formas conforme evoluiu. Abarca situações de precariedade e risco, que afectam cada vez mais indivíduos e grupos (RODRIGUES ET AL., 1999).

A exclusão social é a fase extrema do processo de marginalização. Percurso descendente ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade (mercado de trabalho, relações familiares, relações afectivas, amizades). Isto transforma a identidade do indivíduo, configurando-a com um sentido de inutilidade, ligada à incapacidade do indivíduo de superar os obstáculos e processo que provocam ou acentuam a sua exclusão. O indivíduo encontra-se assim colocado perante um status social específico, inferior e desvalorizado, que marca a sua identidade, tornando-o desqualificado (RODRIGUES ET AL., 1999; COSTA, 2007; PIZZIO, 2009).

No que respeita às problemáticas da pobreza e exclusão social e quando se analisa a fraca ligação ou ruptura com os sistemas sociais, o domínio económico assume-se de importância central nestas questões. As situações de falta de emprego ou da sua precariedade são o catalisador dos processos inerentes à pobreza e exclusão social. Não só porque a existência, ou neste caso a inexistência de rendimentos provoca a inacessibilidade aos serviços e bens essenciais para satisfação das necessidades básicas, desde logo alimentação, vestuário, habitação, educação, saúde, e outros - resultando assim numa situação de privação e também de exclusão; mas também porque o mercado de trabalho aparece como factor de socialização e integração social. Esta situação pode ser, ela própria, geradora e agravadora de outras situações de exclusão, como o acesso aos serviços de apoio social, à justiça, informação e conhecimento, participação política, entre tantos outros. A situação perante o emprego é assim o aspecto que mais directamente se associa à inclusão ou exclusão nas vertentes de participação na vida da comunidade e na obtenção de rendimentos (ALMEIDA ET AL., 1994; RODRIGUES ET AL., 1999; COSTA, 2007).

Existem categorias de população particularmente vulneráveis onde as situações de pobreza e exclusão social se fazem sentir de forma mais agudizada, de onde se podem destacar as famílias monoparentais (especialmente as femininas), famílias numerosas, famílias de idosos,

desempregados, activos com situação precária de emprego, reformados, sendo que as mulheres surgem como a categoria mais atingida pela pobreza, pois são elas que assumem os encargos com a família e o trabalho doméstico, dispensando menos tempo para as actividades remuneradas. Para além disto são também as que demonstram ter menor formação profissional, passando por situações de abandono escolar precoce, tendo empregos precários e mal remunerados (ALMEIDA ET AL, 1994; PEREIRINHA, 2008).

De acordo com PEREIRINHA, “São, por conseguinte, as famílias mais necessitadas, com menos recursos educativos, dos segmentos menos qualificados e com menores rendimentos, aquelas que beneficiam de menores apoios familiares e informais” (2008:56). E isto verifica-se para problemas de índole financeiro, emocional, de saúde e outros.

São fundamentalmente as famílias vulneráveis pobres as que atraem mais visibilidade. A vulnerabilidade patente nestas famílias é maior pois têm mais fragilidades internas ou externas, como a baixa auto-estima, depressão, pobreza. São famílias mais vulneráveis, com maior presença de fragilidades e menos recursos, logo têm maior probabilidade de desenvolver comportamentos desajustados na presença de factores de risco, tornando-se multiproblemáticas (SOUSA, HESPANHA, RODRIGUES & GRILO, 2007).

Quando a disfuncionalidade ou outros diversos sintomas em conjunto ocorrem em agregados com baixos níveis sociais a evidência para o exterior é maior e geram-se expectativas negativas. Nas famílias multiproblemáticas pobres coexistem uma multiplicidade de problemas em mais do que uma área e em simultâneo nas suas trajectórias de vida, que estão inter-relacionados, remetendo-as para um contexto de quase permanência em situações de pobreza e exclusão social (SOUSA ET AL., 2007).

Nas famílias multiproblemáticas pobres as habilitações académicas são muito baixas, o que dificulta a inserção profissional para que tenham acesso aos recursos de que necessitam para satisfazer as suas necessidades. Para além disto a escolaridade é pouco valorizada como estratégia para o futuro (HESPANHA ET AL., 2000).

Verificam-se também pautadas por situações de desemprego ou emprego precário que afectam a estabilidade e inclusão social, tornando-as grandes consumidores de serviços sociais em busca de apoio económico. O enfoque centra-se na raridade de uma carreira profissional, onde o emprego não existe para dar um maior significado à vida, mas sim como forma de sustento. Aqui torna-se relevante a situação das mulheres remetidas para actividades essencialmente domésticas por terem a cargo familiares dependentes a necessitarem de apoio permanente, o que diminui o rendimento presente no agregado. A situação é particularmente alarmante nos agregados monoparentais femininos, os quais, muitas vezes, têm ao seu cuidado familiares dependentes, o que associado à tipologia de empregos que as mulheres detêm, geralmente mal remunerados e precários, dificultam a contratação de serviços de apoio, acrescendo maior dificuldade, nestes agregados, em sair das situações de pobreza e exclusão social. Pelos escassos rendimentos que têm, as famílias multiproblemáticas

pobres têm grande dificuldade na gestão financeira (SOUSA, 2005; SOUSA, ET AL., 2007; PEREIRINHA, 2008).

As habitações são também geralmente precárias, com predominância de situações de insalubridade, sobrelotação, rendas elevadas ou habitação a necessitar de manutenção. Por terem baixos rendimentos não conseguem ter acesso a outro tipo de habitação ou para efectuarem as necessárias manutenções. A condição de saúde de alguns dos seus membros apresenta-se pautada por situações de doença crónica ou de deficiência revelando as necessárias implicações económicas, sociais e relacionais. São também frequentes a existência de problemas de dependências ou acidentes de trabalho que contribuem para a vulnerabilidade e estado de debilidade em matéria de pobreza e exclusão social destas famílias (SOUSA ET AL., 2007).

Ao nível dos laços sociais verificam-se conflitos nas famílias alargadas ou nucleares com disputa pelo controlo dos escassos recursos que possuem, situações de maus-tratos ou violência doméstica, assim como relações conflituosas com vizinhos, situações de isolamento ou marginalização por parte da comunidade (SOUSA ET AL., 2007).

Isto faz com que as famílias multiproblemáticas pobres estejam mais frequentemente expostas a situações onde as relações com os sistemas sociais são fracas ou estão em ruptura. São famílias que vivem em contextos com poucos recursos e permanentemente desgastados (SOUSA, 2005; SOUSA ET AL., 2007).

Apesar de apresentarem toda uma panóplia de problemáticas, não significa que estejam excluídas de todos os sistemas sociais. Encontram-se excluídas de alguns sistemas sociais e incluídas noutros. Pela sua falta de autonomia, vão sendo incluídas nos sistemas de apoio existentes na comunidade, mas paralelamente vão sendo excluídas de um sistema familiar autónomo. Isto significa que a sua rede social é constituída maioritariamente por iguais e profissionais, não tendo acesso a outro tipo de oportunidades, o que dificulta a sua saída das situações de pobreza e exclusão social (SOUSA, 2005).

A pobreza e exclusão social são assim problemas sociais extensos e resistentes, pois grande parte dos agregados tem dificuldades em sair do seu ciclo. Estes problemas persistem não só ao longo do ciclo de vida de uma família como também se perpetuam para a geração seguinte, impondo a necessidade de medidas que ajudem os indivíduos a tornarem-se auto-suficientes em matéria de recursos (COSTA, 2008).

CAPÍTULO 2 - FAMÍLIAS MULTIPROBLEMÁTICAS

“...as famílias multiproblemáticas revelam um mundo desorganizado e confuso, em que as emoções assumem supremacia.” (SOUSA, 2005: 13).

A sociedade moderna das últimas décadas deu origem a modificações profundas nos modelos familiares; relativizam-se os vínculos familiares vigentes, dá-se o divórcio e a reconstituição. Prevalecem modelos diferentes de convivência familiar, com correspondentes mudanças nas dinâmicas familiares: situações de vida familiar e de conjugalidade (FERNANDES, 1994; MARTINEZ, 2003).

O conceito de família multiproblemática começou a ser construído a partir dos anos 50, através de profissionais do trabalho social. Quando surgiu, tinha por base de referência o estatuto socioeconómico, referindo-se essencialmente a famílias provenientes de um estatuto social mais baixo, deixando de parte a dinâmica das relações interpessoais e sociais dos seus membros. Através do trabalho desenvolvido pelos profissionais do trabalho social, o conceito começou a ser aprofundado, revelando-se outras particularidades e características destas famílias, nomeadamente a sua estrutura e modalidades relacionais e comunicacionais, permitindo aferir que a pobreza nem sempre é sinal de desorganização, logo não é elemento único, caracterizador das famílias multiproblemáticas. Isto levou à emergência de múltiplos termos que caracterizam as famílias multiproblemáticas, de acordo com as dimensões mais aprofundadas pelos investigadores, como famílias isoladas, famílias excluídas, famílias suborganizadas, famílias associas ou famílias desmembradas¹ (MARTINEZ, 2003; SOUSA, 2005).

As famílias multiproblemáticas vivem num emaranhado espectacular de problemas que afectam um número indeterminado de membros, cuja particularidade incide sobre a desorganização e caos. Estão centradas nas vivências emocionais e são pouco capazes de se distanciarem e reflectir sobre as ocorrências. Surgem em todos os grupos sociais, culturais e económicos, sendo as famílias pobres as que têm mais visibilidade perante a comunidade e os serviços sociais (SOUSA, 2005).

As famílias multiproblemáticas centram em si, uma série de particularidades (SOUSA, 2005:17):

- Presença simultânea, em dois ou mais membros da mesma família, de comportamentos problemáticos persistentes no tempo e suficientemente graves para requererem intervenção externa;
- Insuficiência grave, sobretudo por parte dos pais, nas actividades funcionais e relacionais necessárias a um correcto desenvolvimento da vida familiar;
- Reforço recíproco entre os dois aspectos anteriores;
- Fragilidade dos limites, própria de um sistema em que a presença de técnicos e outras figuras externas é forte e, dessa forma, substituem, parcialmente, os membros incapazes;

¹ Para um aprofundamento dos termos aqui apresentados cfr. SOUSA, 2005:16

- Estruturação de uma relação crónica de dependência da família com os serviços sociais, constituindo um equilíbrio sistémico;
- Desenvolvimento de modalidades pouco usuais de comportamentos sintomáticos nos indivíduos (ex: toxicodependências tipo D – sociopáticas).

São assim pautadas por uma polisintomatologia e crises recorrentes, que podem ocorrer como reacção a dificuldades de carácter material ou físico, relações conflituosas com o ambiente envolvente, relações conflituosas no interior do sistema familiar. Têm uma estrutura caótica e comunicação disfuncional, o que as dota de uma extrema desorganização (GÓMEZ, MUÑOZ & HAZ, 2007).

2.1. A COMPLEXA TEIA FAMILIAR

“A família é uma rede complexa de relações e emoções que não são passíveis de ser pensadas com os instrumentos criados para o estudo dos indivíduos isolados (...) A simples descrição de uma família não serve para transmitir a riqueza e complexidade relacional desta estrutura” (GAMEIRO cit por RELVAS, 1996: 11).

Aquilo que constitui a família, é o conjunto das relações estabelecidas entre todos os seus elementos, e destas com o exterior. Através desta dinâmica a família vai mantendo o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento, percorrido através de estados de evolução diversificados. Podendo parecer simples, isto é, na realidade, dotado de uma grande complexidade. Desde logo, porque a vida familiar envolve conflitos, frustrações, experiências negativas e reais que por vezes são difíceis de aceitar pelos seus elementos. Quando se fala na família, na teia relacional que a compõe e que a torna única e uma mas ao mesmo tempo diferente de todas as outras, esta é de maior diversidade, pois é composta por uma complexidade e multiplicidade de relações e dimensões, que assentam, sobretudo, na reestruturação dos modelos vivenciados na família de origem (RELVAS, 1996; SAMPAIO, 1998; GIMENO, 2001).

A família é assim entendida como um sistema: composta pelo todo (grupo familiar) e pelas suas partes (cada elemento), que se relacionam entre si, através de interacções constantes, numa complexa teia de relações. Aqui coexistem inevitavelmente, a identidade individual e identidade grupal; ligadas aos diversos papéis que cada elemento assume e desempenha de acordo com o contexto onde se insere, que por sua vez se traduzem em diversas funções, estatutos e interacções por vezes nada pacíficos entre si. Ou seja, somos mães, somos pais, somos irmãos e irmãs, filhos e filhas, mulheres e maridos, tios, primos, avós, noras...., diversos papéis que nos atribuem diferentes estatutos e funções, nada fáceis de conjugar e manter. E isto apenas dentro do grupo familiar. Estes papéis transpõem-se ainda para o exterior onde se aliam a outros contextos organizacionais e comunitários da sociedade (profissional, trabalho, escola), pois o grupo familiar relaciona-se com a

comunidade que o rodeia, logo, é também parte integrante de outros sistemas. E da mesma forma que a família está em constante evolução e transformação o mesmo acontece com os diversos sistemas com os quais interage (RELVAS, 1996).

Mas estas relações são ainda mais complexas porque cada papel, função, estatuto, interacção formam os subsistemas dentro da família: o individual, o parental, o conjugal e o fraternal - a estrutura familiar - que detêm objectivos, finalidades e normas constituídas e construídas em comum pelos elementos da família ao longo do conjunto de etapas que a família passa desde a sua constituição até ao seu desaparecimento, e que levam a transformações necessárias e inevitáveis na organização familiar. Isto é o ciclo vital da família (RELVAS, 1996).

O equilíbrio delicado deste modelo de relações, ou seja, entre todos estes subsistemas pressupõe a existência de interacções e processos comunicacionais adequados, nem sempre facilmente conseguidos pelos elementos da família. A vida familiar é um projecto que se renova a cada desafio emergente, assente na construção de experiências comuns e na partilha de experiências de cada um dos seus elementos, que assenta, primordialmente, no processo comunicacional. Torna-se então, de grande importância, a construção de competências comunicacionais e emocionais para o desenvolvimento da resiliência familiar. A capacidade de vencer as adversidades (crises) e de se corrigir, adaptar e modificar, deriva do trabalho realizado no seio da família, através das suas interacções e relações em equipa. Isto porque as crises são situações de grande tensão para toda a família, atingindo todos os níveis geracionais, pois jogam com o equilíbrio entre o que a família já consegue ser e no que pretende vir a ser, em cada etapa do seu ciclo de vida (SOUSA J., 2006).

A família terá assim de se adaptar consoante a etapa do ciclo vital² em que se encontre, definindo objectivos específicos para cada uma delas. Logo, cada etapa na qual se encontre significa também tarefas de desenvolvimento próprias e adequadas a esta e aos seus membros, que asseguram a continuidade funcional da família. É assim que vai construindo os processos de interacção baseados nas suas características e potencialidades, mas também nas dificuldades e crises ultrapassadas, definindo estratégias internas que lhes permitem passar à fase seguinte. É assim que se vai modificando e evoluindo (RELVAS, 1996).

Toda esta complexidade que se encontra na família manifesta-se na formação da identidade familiar, na medida em que a partilha de coisas boas e más é matéria para a construção de novas formas de maturidade e integração de saberes e afectos. Tudo isto para a família cumprir as suas tarefas básicas: a prestação de cuidados, criação de sentimentos de pertença/identidade e coesão (função interna), ao mesmo tempo que deve permitir a individuação/autonomia dos seus elementos e sua socialização (função externa). Estas metas mínimas abarcam toda a família, mas são essencialmente cumpridas em função da criança. Ora, para cumprir estas tarefas a família tem de lidar não só, com as pressões existentes no seio familiar, mas também com a pressão que a sociedade coloca sobre

² As etapas do ciclo de vida familiar aqui consideradas são as adoptadas por RELVAS (1996:21) - 1.ª etapa: Formação do casal; 2.ª etapa: Família com filhos pequenos; 3.ª etapa: Família com filhos na escola; 4.ª etapa: Família com filhos adolescentes; 5.ª etapa: Família com filhos adultos

elas, especialmente em relação ao exercício do cumprimento da parentalidade (GIMENO, 2001; RELVAS & ALARCÃO, 2002).

Famílias com limites bem definidos respeitam a identidade e autonomia funcional e emocional dos seus membros. Não se confundem nem invadem os outros. Por seu lado, as famílias disfuncionais e caóticas desconhecem os limites, emaranham-nos, provocando a anulação da identidade e autonomia individual e emocional. Têm dificuldades em cumprir adequadamente as suas funções. Não existem papéis de autoridade definidos ou estes são assumidos por outros elementos da família alargada. Isto provoca, então, a emergência de múltiplos problemas no seio destas famílias, sendo que, as que têm maior visibilidade para o exterior são as famílias multiproblemáticas pobres, por se encontrarem mais expostas perante a comunidade e os serviços sociais (GIMENO, 2001).

Nas famílias multiproblemáticas pobres, o desenvolvimento de comportamentos sintomáticos (crise) verifica-se nas primeiras mudanças da fase do ciclo vital: formação do casal e nascimento e desenvolvimento dos filhos. As crises provocam um mau funcionamento, logo disfuncionalidade, do sistema familiar que se mostra incapaz de realizar de forma satisfatória as suas tarefas organizativas (gestão económica, educação, crescimento e cuidados dos filhos) e emocionais (gestão das tensões, afectividade, estabilidade afectiva), bloqueando-as na sua passagem à fase seguinte (MARTINEZ, 2003).

São famílias que se apresentam caóticas, com etapas que se aglutinam e nada diferenciadas como nas restantes famílias. Dá-se uma aceleração intrínseca das etapas da vida familiar (gravidez na adolescência, inexistência de relação estável) o que provoca consequentes modificações na estrutura e que paralelamente contribuem para a sua instabilidade, tornando-se incapaz de colaborar nas necessidades de desenvolvimento individual dos seus membros. Não têm objectivos, normas e finalidades (MARTINEZ, 2003).

A sua estrutura é marcada pela indefinição e instabilidade com diversas e múltiplas dificuldades organizacionais, que vão desde a definição de papéis e tarefas até às regras de relacionamento. São famílias onde ocorrem repetidas rupturas e reconstituições, denotando-se o subsistema conjugal pouco definido e deteriorado. São ligações que surgem como uma forma utilitária, isto é, as carências de um levam a que se tente obter do outro o que lhe falta, causando-lhe grande frustração por não ver as suas próprias necessidades satisfeitas (subsistema individual instável). Os cônjuges utilizam-se mutuamente mas são incapazes de se reconhecerem um ao outro em termos afectivos. Paralelamente, o subsistema fraternal é também instável e incapaz de cumprir as suas funções. As relações entre irmãos pendem entre extremos de grande proximidade, agressividade ou total afastamento (MARTINEZ, 2003; SOUSA, 2005).

Estas famílias multiproblemáticas pobres formam quatro configurações típicas: pai periférico - famílias onde a figura do pai ocupa um papel secundário tanto a nível económico como emocional, não assumindo as suas responsabilidades; casal instável - onde existem casamentos de pouca duração entre pessoas muito jovens que não têm tempo de gerar uma família madura do ponto de vista

económico e relacional; mulher só - que decide criar sozinha os filhos de outras relações; e a da família petrificada que surge após um trauma imprevisível e de consequências dramáticas que leva à incapacidade funcional da família (SOUSA, 2005).

Nestas famílias também as funções parentais se encontram deterioradas na vertente protectora e socializante. Não se transmitem valores afectivos de amor e aceitação, por parte dos progenitores levando à fraca vinculação o que altera a autonomização e inserção e adaptação social das crianças. Por outro lado também se descumrem as funções de protecção existindo diversos casos de negligência e abandono. Os filhos são muitas vezes parentificados, sendo os irmãos mais velhos, especialmente os do sexo feminino, a assumirem muitas das tarefas que correspondem aos progenitores (SOUSA, 2005; GÓMEZ ET AL., 2007).

Os limites são muito permeáveis e pouco definidos pois existe uma hierarquia caótica, com o mínimo de regras e rotinas derivado da não assumpção de papéis pelos elementos da família. Isto faz com que as funções familiares sejam realizadas de forma insatisfatória. Não existem rituais familiares, o que contribui para a perda de identidade e coesão familiar e para o detrimento das relações familiares, sendo mais fácil a existência de disfuncionalidades nestas famílias. São famílias que vivem os acontecimentos como transitórios, com um fraco repertório verbal para exprimir as experiências emocionais e as relações interpessoais vividas. Têm dificuldades em integrar experiências emocionais ou interpessoais fazendo com que não tenham a capacidade de aprender com elas, pois não desenvolvem capacidades de reflectir através da metacomunicação (reciprocidade comunicacional) levando à repetição do mesmo padrão de conduta estereotipada. A sua comunicação é caótica, com canais fechados e inexistência de afectos; pautam a negatividade, crítica e culpa. As emoções experimentam-se e exprimem-se com grande intensidade e pouco controlo (MARTINEZ, 2003; LIND, 2004; SOUSA, 2005; SOUSA ET AL., 2007).

Em termos de organização, a casa de família é, muitas vezes, o reflexo deste tipo de comunicação: caótica e desagregada. Não existe delimitação de espaços e é muito frequente verificar-se precariedade e abandono. O lar está despido de valor afectivo, privacidade e intimidade. Verifica-se o protagonismo feminino na responsabilização precoce em várias tarefas, pois os homens tendem a sair e a entrar na família em curtos espaços de tempo. Têm redes sociais homogéneas e fechadas caracterizadas por pessoas com histórias de vida semelhantes, e, por isso, pouco capazes de trazer novos recursos à família. Da mesma forma demonstram uma fraca relação com os sistemas não familiares devido às baixas competências sociais que possuem dificultando a manutenção das relações e laços de amizade, acentuando o seu isolamento (SOUSA, 2005; SOUSA & RIBEIRO, 2005; SOUSA ET AL., 2007).

Verifica-se que ao longo do ciclo de vida, estas famílias tendem a acumular sucessivas crises inesperadas. O sistema familiar demonstra grandes dificuldades em reagir perante as crises perpetuando-se as disfuncionalidades para as novas gerações. É assim vital que a família e os seus membros sejam dotados de mecanismos e competências que promovam a sua capacidade de fazer face às dificuldades com que se deparam quotidianamente. As famílias multiproblemáticas pobres

são afectadas pelas suas condições psico-sócio-económicas, logo quando se deparam com situações de crise, mais facilmente cairão em situação de bloqueio, pois detêm poucas competências, levando à emergência do caos familiar (SOUSA, 2005).

Torna-se então relevante trabalhar as competências que estas famílias têm, desbloqueando-as e fazendo a família perceber que as detém, bem como dotá-las de mecanismos e competências que não possuem para conseguirem fazer face às situações de crise com que se depararão ao longo da vida, contribuindo assim para o aumento da sua auto-estima e consequente independência e interdependência familiar.

2.2. A COMPETÊNCIA DAS FAMÍLIAS

“Falar de família competente é, pois, uma maneira de dar à família a sua competência, antes de ter em conta as suas faltas” (AUSLOOS, 1996:29).

Todo o ciclo de vida da família assenta em processos evolutivos para que se cumpram as funções básicas da família. Mas a realização destes processos para o cumprimento das funções da família, assenta num fundamento básico: as competências da família. Nas famílias onde todas as fases do seu ciclo de vida tendem a funcionar de uma forma equilibrada, são as que possuem as competências necessárias para que as mudanças aconteçam. Convém, no entanto, ressaltar que não existem famílias perfeitas e com conhecimento, e percepção, de todas as competências necessárias ao seu desenvolvimento. As competências e incompetências existem em todas as famílias, pois todas elas lutam com problemas, sejam eles normativos ou inesperados (SOUSA & RIBEIRO, 2005; BERGER & SPANJAARD, 2005).

Segundo SLOT a *competência* é a “medida em que o comportamento de uma pessoa é considerado adequado no exercício das tarefas que fazem parte da sua vida quotidiana”. Comportamentos adequados habilitam as pessoas a funcionarem bem no seu quotidiano, enquanto comportamentos inadequados afectam o indivíduo que os pratica bem como o meio no qual se insere. Todavia, o que é considerado adequado e inadequado, bem como a própria competência dependem das normas de cada cultura e sociedade, que vão sofrendo evoluções e transformações (cit por BERGER & SPANJAARD, 2005:10).

A competência integra então duas dimensões intimamente interligadas: tarefas de desenvolvimento – aquilo que uma pessoa ou família é suposto ter de desempenhar, também apercebidas como os problemas que vão surgindo ao longo do ciclo de vida, assumem-se como específicas de cada idade ou fase de desenvolvimento (o que é esperado de uma criança de quatro anos não é o mesmo de um adulto; assim como o esperado pelo casal sem filhos não é o mesmo para os que têm filhos) e aptidões - os comportamentos específicos adquiridos e necessários à resolução dos problemas, isto é à

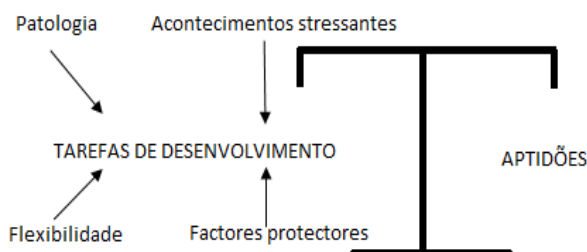
realização das tarefas. Pessoas/Famílias competentes são as que conseguem resolver as tarefas de desenvolvimento com quais se deparam no seu quotidiano através das aptidões que detêm. Estas encontram-se mais facilitadas no seu processo evolutivo pois detêm as ferramentas e recursos necessários para vencer as dificuldades impostas pelo quotidiano familiar, facilitando a organização e dinâmica familiar. Pessoas competentes constroem mais facilmente, famílias competentes (BERGER & SPANJAARD, 2005).

Mas quando a família se depara com uma crise, os comportamentos que adoptou, até então, podem já não ser suficientes para conseguir resolver os problemas de forma adequada. Encontra-se bloqueada, no uso das competências (caindo na incompetência), em padrões organizativos que se repetem e que não funcionam, mas que de alguma forma lhes dá segurança, pois já os conhecem, são habituais. Para combater este processo bloqueador, a família e seus elementos têm de aprender ou desenvolver as competências necessárias para conseguir realizar as tarefas que devem realizar, em cada fase do ciclo de vida, conseguindo ultrapassar a crise e promover a mudança. Nestas fases de crise, há que reforçar que todas as famílias têm competências mas que a cada uma só se podem colocar problemas para os quais tenha recursos e capacidades de os solucionar (AUSLOOS, 1996; SOUSA & RIBEIRO, 2005).

O bloqueio das competências (incompetência) pode ser causada pela falta de aptidões, ou seja a família e seus elementos não detêm os comportamentos específicos necessários à resolução das tarefas ou as tarefas são demasiado pesadas ou leves (ou mesmo inexistentes) em determinada (s) fase (s). A competência depende de muitos factores que a influenciam positivamente ou negativamente, portanto que podem colocar em causa o cumprimento das tarefas de desenvolvimento (BERGER & SPANJAARD, 2005).

Segundo BERGER & SPANJAARD (2005), através da análise do modelo de competência poderemos perceber quais os elementos que influenciam a competência:

Figura 1: Os seis elementos da competência



Os factores que influenciam positivamente a competência são:

Flexibilidade: capacidade de uma pessoa ser capaz de se adaptar a qualquer situação. São exemplos a boa disposição, auto-estima elevada, inteligência, confiança em si próprio. A flexibilidade assume-

se de grande importância mediante o facto de que quase numa rotina diária as famílias estão sujeitas a situações indutoras de stress ou mesmo de crise. A flexibilidade permite capacidade para melhor enfrentar qualquer situação.

Factores protectores: aspectos do meio envolvente interno e externo à família que a possam proteger de riscos e adversidades. São exemplo uma casa limpa, organizada e agradável, boas relações familiares, boas relações com amigos, afecto, oportunidades de educação e profissionalização, bons vizinhos, colegas simpáticos. São recursos positivos que impedem riscos ou comportamentos inadequados.

Os factores que influenciam negativamente a competência são:

Acontecimentos stressantes: acontecimento ou ciclo de acontecimentos que são considerados como desagradáveis ou ameaçadores, desencadeando sentimentos negativos como medo, aversão, tristeza, culpa. São exemplos a morte de um familiar próximo, divórcio, vizinhos desagradáveis, colegas de trabalho ameaçadores. Podem existir acontecimentos stressantes crónicos quando se trata de situações que se perpetuam no tempo. Também é importante realçar que o facto de serem considerados stressantes ou não depende directamente da interpretação e percepção de cada pessoa sobre a situação. Por si só, um acontecimento stressante pode não ser ameaçador à dinâmica e organização familiar.

Patologia: padrão de comportamento socialmente não reconhecido na cultura ou sociedade na qual a pessoa está inserida. Estes comportamentos podem referir-se a perturbações de humores, conhecimento ou percepções. São exemplos a esquizofrenia, neuroses, perturbações de comportamento (como a hiperactividade). Associada ao sofrimento implica medo, mal-estar ou tristeza no indivíduo que dela sofre e nos que o rodeiam. A existência de patologia (s) em elemento (s) da família traduz-se num funcionamento menos adequado desse (s) elemento (s) e maior possibilidade da família entrar em contacto com situações de sofrimento, morte ou perda de liberdade.

Todos estes elementos são de importância extrema para a análise da competência da família. A existência de factores negativos em detrimento dos positivos coloca maior ênfase na dificuldade em resolver a crise existente. Sendo a família um sistema, qualquer factor que atinja ou se manifeste num elemento repercute-se num impacto instantâneo nos restantes elementos e concomitantemente na dinâmica e organização familiar, provocando o bloqueio das competências (AUSLOOS, 1996).

Há então que desenvolver um trabalho para que se active o processo de auto conhecimento, consciencialização e responsabilização na família, promovendo o aumento das suas aptidões, ou seja, dotá-la de conhecimentos e estratégias para resolver e ultrapassar as crises que vão surgindo ao longo do seu ciclo de vida (SOUSA & RIBEIRO, 2005).

Trabalhar para o aumento das aptidões é então trabalhar para a aprendizagem de comportamentos adequados e diferentes dos que a família tem, para a resolução das tarefas que tem de cumprir. A

aprendizagem de novos comportamentos não é fácil; pois o comportamento inclui aquilo que uma pessoa faz, sente e pensa. O comportamento é apreendido, e geralmente de uma forma inconsciente, através da família de origem e também através do meio envolvente onde esta se insere e se move. Assim, as próprias competências e modelos da família de origem são determinantes para o formar das competências individuais. Se a família de origem segue modelos rígidos de aprendizagem, onde são valorizados comportamentos autoritários, pouco flexíveis e até mesmo de punição, é natural que os modelos transmitidos posteriormente à nossa família sejam também baseados nestes que apreendemos (BERGER & SPANJAARD, 2005).

As experiências obtidas e vividas no meio social onde nos inserimos são também factores influenciadores e modeladores dos comportamentos. A aproximação a certas pessoas que praticam e disseminam comportamentos e valores desejáveis servem como modelo, podendo actuar como factor de reforço, e contrariar os comportamentos negativos apreendidos através da família de origem. Da mesma forma, assume-se de extrema importância o princípio da autodeterminação. Cada pessoa tem capacidade e consciência para influenciar o seu próprio comportamento, estimulando factores de reforço e atenuação dos comportamentos percebidos como negativos ou prejudiciais (BERGER & SPANJAARD, 2005).

Quando se fala nas famílias multiproblemáticas pobres os pressupostos das competências colocam-se a níveis mais relevantes, pois estas são atingidas por uma multiplicidade de problemas e geralmente frágeis em termos emocionais, relacionais e comunicacionais que dificilmente se conseguem afastar para reflectir sobre os problemas e sobre as suas potencialidades em resolvê-los (verifica-se maior predominância de factores de risco do que protectores). Muita da sua incompetência resulta do seu próprio desconhecimento dos comportamentos considerados adequados para actuar e agir em determinadas situações (défice de aptidões), pois os modelos que herdaram da própria família de origem assentam, também eles, em modelos disfuncionantes e desestruturados. Com redes sociais pautadas pela homogeneidade e pelas fracas competências sociais que detêm, as famílias multiproblemáticas não têm elementos de referência que possam actuar como reforço e deste modo contrariarem os comportamentos negativos disseminados nestas famílias (MARTINEZ, 2003; SOUSA, 2005).

Apesar de estarem submersas numa quantidade infindável de problemas, as famílias multiproblemáticas detêm recursos e competências que são difíceis de identificar e de valorizar, principalmente por elementos exteriores ao sistema. É fácil identificar que os pais amam os filhos, mas que não conseguem cumprir com as suas tarefas parentais, pois os modelos que detêm das famílias de origem são inseguros e instáveis. São famílias que de alguma forma e à sua maneira têm laços de lealdade e dependência. Nelas também se podem encontrar elementos positivos como a existência de rendimento fixo ou emprego de um dos membros ou habitação condigna, o que constituem factores protectores, logo potenciadores para a evolução e transformação nestas famílias. São famílias que detêm mecanismos de compensação e protecção que são colocados em marcha quando coincidem situações de deterioração e desarmonia, de forma a garantir a continuidade da

vida. São famílias com capacidade de furar e captar recursos ao nível da comunidade, vizinhos, serviços sociais pelas características que apresentam (MARTINEZ, 2003; SOUSA, 2005).

A multiplicidade de problemas que vivem, colocam-lhes múltiplos desafios aos quais se esforçam por resolver, mas os fracos recursos e a fragilização em que vivem impede-as de dirigir os esforços no melhor sentido para alcançarem os objectivos desejados. Isto faz com que estas famílias desenvolvam sentimentos de incapacidade e auto desvalorização, que dificultam os processos de intervenção para a mudança (SOUSA ET AL., 2007).

Mantendo o pressuposto de que cada pessoa, cada família possui recursos potencializadores para mudar o seu comportamento por mais frágeis que possam ser, há que promover a aprendizagem de aptidões, com a finalidade de promover a mudança dos comportamentos. Não se pretende famílias perfeitas, mas famílias suficientemente boas para que consigam reconhecer as suas competências e utilizá-las para modificarem o seu comportamento, promovendo a resolução dos seus problemas. Identificar as competências das famílias não é mais do que ajudá-las a reconhecer as próprias capacidades (SOUSA & RIBEIRO, 2005).

2.3. MODELOS DE INTERVENÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS PARA AS FAMÍLIAS MULTIPROBLEMÁTICAS

“O carácter específico das famílias multiproblemáticas pobres torna as intervenções habituais pouco efectivas e a ausência de medidas adequadas à sua singularidade tem repercussões negativas a todos os níveis: nas famílias, pela perpetuação dos problemas e marginalização; nos serviços, pela aura de ineficácia que cria, nos profissionais, pela frustração e sentimento de incompetência.” (SOUSA ET AL., 2007: 66).

As famílias multiproblemáticas pobres apresentam diversos factores de vulnerabilidade: privações económicas, vulnerabilidade social, acesso limitado a recursos, problemas no desenvolvimento individual e familiar, ausência ou raridade de experiências positivas, exposição crónica a eventos stressantes e separação da vida cívica, o que causa diversos constrangimentos e dificuldades na intervenção (SOUSA ET AL., 2007).

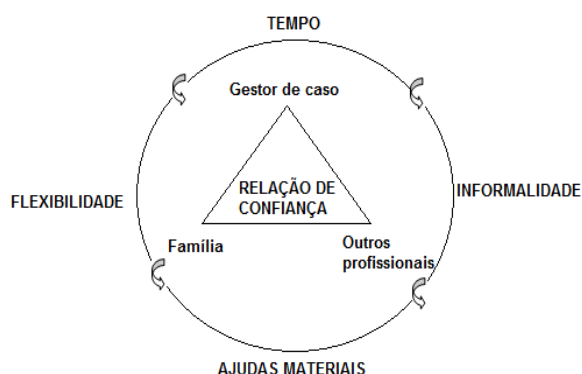
Esta multiplicidade de problemas faz com que existam intervenções por parte de diversos técnicos e serviços, pois estas famílias são encaminhadas consoante as problemáticas identificadas. Esta intervenção assume-se desfragmentada e descoordenada levando à manutenção e/ou agravamento da situação familiar, pois permanece uma relação de dependência crónica (multiassistencialista) entre família e serviços. Contudo, há que ressaltar que nem todas as famílias multiproblemáticas pobres recebem apoio pelos serviços formais (SOUSA ET AL., 2007).

A intervenção (definição de objectivos e estratégias para melhorar a qualidade de vida das famílias multiproblemáticas pobres) tradicionalmente praticada recai essencialmente em aspectos contextuais e instrumentais (combate à situação de pobreza – melhoria da situação habitacional, emprego, saúde, apoios pontuais) em detrimento dos aspectos no âmbito das relações, funcionamento e organização familiares e sociais. A intervenção é centrada em apenas um elemento, geralmente o que procura ajuda, e não em toda a família. Isto significa que são efectivamente os técnicos a delinearem os objectivos e prioridades e não as famílias, não se fazendo apelo às competências das famílias, bem como ao potencial da rede de apoio informal que possam ter, provocando sentimentos de impotência por parte dos técnicos e pouca mudança nas famílias que têm dificuldade em afastar-se dos serviços. Os serviços tendem a assumir as tarefas e funções das famílias, pois não acreditam nas competências das famílias, o que leva ao surgimento de uma relação pautada pela dualidade: as famílias demonstram atitudes passivas à espera da decisão dos técnicos para agir ou decidir e encontram-se em conflito com os técnicos porque não aceitam que lhe imponham regras (SOUSA ET AL., 2007).

A família fica, assim, de fora de todo o processo interventivo: não é ela quem define os objectivos para a mudança e não existe qualquer processo de negociação para a intervenção e mudança; assumido na íntegra pelos técnicos transformando as famílias em recipientes passivos das acções de intervenção. Logo, os técnicos assumem que o êxito da intervenção depende das indicações dadas por eles, o que muitas vezes leva ao falhanço da intervenção, imputando este falhanço à não colaboração da família. Por sua vez as famílias assumem que a eficácia ou ineficácia da intervenção dependem do profissional. Ambos os participantes no processo interventivo (profissional e cliente) assumem uma posição de impotência adequada – “insatisfação de ambos os participantes com os resultados, mas em que nenhum deles acredita ter alguma responsabilidade nessa situação e atribui a responsabilidade (ou culpa) à outra parte”. Desta forma, verifica-se a repetição dos padrões de instabilidade da família provocados por intervenções ineficazes (SOUSA ET AL., 2007:65).

Para que se promova um verdadeiro processo de intervenção e mudança nestas famílias é necessário emergirem mudanças nos modelos de intervenção. Desde logo a reformulação do papel do interventor e do cliente. O interventor tem de ter uma postura mais humilde pois este não conhece todas as soluções para os problemas das famílias. Assim, em vez de serem especialistas em prescrever têm de se tornar activadores e mobilizadores das competências das famílias, ou seja, ajudá-las a reconhecer as próprias capacidades. Isto faz-se em torno de várias conversações sobre os objectivos a atingir e as soluções possíveis, sob o pressuposto de que “os sistemas humanos são autónomos por isso têm competências para a mudança e constroem as suas soluções” (SOUSA ET AL., 2007:70). Há também que ocorrer mudanças em todo o sistema de intervenção que tem de desenvolver modelos de colaboração entre si para que se articulem e troquem informações para uma intervenção mais eficaz. A melhoria da eficácia dos serviços prestados a estas famílias assenta em modelos de apoio colaborativos que procurem activar as competências das famílias, explorar as alternativas disponíveis nas redes familiares em vez de pensarem na solução e, reenquadrar as relações familiares em termos positivos (SOUSA ET AL., 2007).

Figura 2: Estratégias bem-sucedidas na intervenção com famílias multiproblemáticas (SOUSA, ET AL., 2007: 71)



As estratégias bem sucedidas na intervenção com famílias multiproblemáticas pobres envolvem a existência de um gestor de caso que deverá estabelecer e manter uma relação de confiança com a família. A existência desta figura é importante pois é este quem mantém o fio condutor da intervenção, que gere o processo institucional de intervenção. É ele quem coordena, com a família, os diversos apoios formais e informais, é quem avalia, desenvolve e implementa os planos de intervenção; quem gere os encaminhamentos que devem ser mantidos num mínimo necessário; quem articula e colabora com os outros profissionais de forma a manter o trabalho em equipa e a partilha de informação. Isto sugere a realização de protocolos de parceria entre instituições e serviços (SOUSA ET AL., 2007).

A relação de confiança é determinante para a mudança, pois significa o estabelecimento do envolvimento e retenção da família no processo de intervenção. A relação de confiança deve assentar num processo de qualidade dos atributos pessoais do profissional: capacidade de escuta e disponibilidade para conversar, simpatia e amizade, assumir um sentimento de calma, preocupar-se, assumir compromissos, dedicação. Esta relação é acima de tudo uma parceria, ou seja, uma relação de igualdade entre profissional/cliente no processo de intervenção (SOUSA ET AL., 2007).

A construção e o reforço da relação de confiança, para que seja possível alcançar os objectivos e ajudar a família a cumprir com o programa de intervenção e promover a sua mudança assentam em quatro linhas orientadoras, que funcionam como estratégias de reforço pois respondem a características e necessidades das famílias multiproblemáticas pobres: tempo, flexibilidade, informalidade e disponibilização de ajudas materiais e práticas (SOUSA ET AL., 2007).

O tempo na intervenção com famílias multiproblemáticas pobres é de extrema importância. Pela multiplicidade de problemas graves que enfrentam, a intervenção é mais eficaz se prolongada no tempo, sendo normal a existência de recaídas e retrocessos, pois nem todas as estratégias se adequam e funcionam à primeira vez. Pela multiplicidade de problemas apresentados que podem interferir com o progresso relativo ao problema que originou a intervenção é necessária a

coordenação entre serviços. É necessário que a intervenção tenha de orquestrar diversas linhas de intervenção que actuem mais no padrão de problemas e menos em cada problema, para que consigam responder a várias necessidades. Para que se verifique êxito na intervenção, a avaliação do tempo dos profissionais é também importante. Os profissionais devem ter a seu cargo um número de casos exequível (20 a 25 famílias em geral; 10 nos casos de famílias multiproblemáticas). Número de casos superior faz com que o profissional fique esgotado e frustrado, despendendo muito esforço sendo os resultados reduzidos. A questão do tempo também tem que ser analisada na perspectiva das famílias. Numa primeira linha deve responder a necessidades básicas no imediato para que estas integrem a rotina de intervenção nas suas vidas e tenham tempo físico e emocional para o envolvimento em processos de mudança (SOUSA ET AL., 2007).

A flexibilidade significa maior disponibilidade do profissional (horário flexível, estar disponível para reuniões/encontros sem marcação prévia), de modo a fomentar e motivar as famílias para a intervenção. É importante a manutenção frequente de contactos com as famílias e a ida ao território do cliente (visitas domiciliárias). O profissional deve estar disponível, mas evitar ser um “apaga-fogos”, e para isso terá de conciliar as necessidades da família com o plano de intervenção. Por outro lado os programas de intervenção devem ser atractivos para estas famílias e evitar quaisquer tipos de rótulos ou estigmas. Famílias ajudadas mais rapidamente e melhor provocam o fortalecimento da relação de confiança e da auto-estima das famílias (SOUSA ET AL., 2007).

A informalidade implica que o profissional use uma postura, forma de estar e linguagem menos formal e com carácter menos oficial. Sendo pautadas por relacionamentos instáveis e pouco positivos, a relação com o profissional de ajuda pode ser o único relacionamento estável que estas famílias tenham. Deste modo o profissional deve fazer coisas com a família que sejam úteis (ex: ir às compras com a família) o que encoraja as famílias a serem mais activas; devem ser suportivos e não punitivos e devem usar da auto-revelação, isto é exemplificar como resolvem os seus problemas. Tudo isto reforça a proximidade com a família e diminui a dependência destas em relação aos sistemas de apoio (SOUSA ET AL., 2007).

As ajudas materiais (bens) e práticas (reforço ou desenvolvimento de competências e suporte emocional) são importantes para as famílias multiproblemáticas pobres que têm muitas carências materiais e emocionais. A disponibilização deste tipo de ajuda aumenta a probabilidade das famílias construírem e manterem uma relação de confiança com os profissionais e investir na intervenção. Com as ajudas práticas e materiais pretende-se atingir cinco objectivos fundamentais na intervenção: colocar o rendimento familiar acima do nível da pobreza; promover a disponibilidade e acesso a novos recursos; estabelecer um plano individualizado de desenvolvimento pessoal e profissional; promover a responsabilidade pessoal e a auto-suficiência; desenvolver competências de liderança e envolvimento cívico (SOUSA ET AL., 2007).

Estas estratégias são mais eficazes na medida em que aproxima o apoio formal do contexto de apoio informal, aumentando, desta forma, a probabilidade de generalização. Contudo, no processo de intervenção existem obstáculos à mudança que passam pela natureza da burocracia dos sistemas de

apoio, a formação dos profissionais que tende para o individual e não mobiliza o sistema familiar, e as atitudes sociais que se centram na procura de problemas em vez de nas competências das famílias. “De facto, as instituições de apoio são ambíguas: apresentam uma genuína intenção de ajudar, mas têm uma função coerciva (fazer com que as pessoas se comportem como deve ser)” (SOUSA ET AL., 2007: 84).

Para combater as formas de pobreza e de exclusão social que tanto afectam as famílias multiproblemáticas pobres, têm surgido uma série de medidas de política social.

“As políticas sociais constituem instrumentos de intervenção que o Estado desenvolve para proporcionar bem-estar e protecção social aos cidadãos e incluem tanto acções de prevenção do risco social quanto de resolução de problemas sociais já declarados” (SOUSA ET AL., 2007:85).

A família é objecto de regulação por parte do Estado pelas diversas políticas sociais por este regulamentadas. A relação entre família e políticas sociais processa-se no modo como a família, modelos e valores respeitantes às responsabilidades e obrigações familiares, de género, geração e parentesco foram definidas, encorajadas e apoiadas através de diversas medidas de política social (SARACENO & NALDINI, 2003).

Portugal distingue-se por não ter desenvolvido uma política familiar distinta, unitária e coerente, caracterizada pelo seu elevado nível de fragmentaridade: as transferências monetárias para famílias com filhos são muito baixas e existe um processo de selecção para atribuição das mesmas. Isto demonstra que é dada extrema importância às redes de solidariedade familiares e de parentesco a quem cabe grande parte da prestação de cuidados, obrigações e dependências familiares que são estendidas para além da família nuclear. Assim, as medidas de política social (abonos, deduções fiscais, políticas públicas para a infância, entre outras) reflectem-se nos papéis, responsabilidades e ideologias familiares, não existindo modelos efectivos e eficazes de apoio às famílias mais pobres. (SARACENO & NALDINI, 2003).

O objectivo de satisfazer mínimos sociais fica muito aquém do desejado. Estes não existem relativamente a muitos domínios como a habitação, assistência, emprego, transportes. As políticas sociais para as populações mais pobres são levadas a cabo pela Acção Social, dominadas por um carácter eventual, não se constituindo como direitos e com uma reduzida proporção na despesa social pública; existindo assim, um grande desfasamento entre os princípios proclamados e a execução prática das medidas. E isto dificulta a intervenção com as famílias multiproblemáticas pobres (SOUSA ET AL., 2007).

“A nova geração de políticas sociais, por sua vez privilegia a inserção social em vez da subsidização do risco, a participação activa dos beneficiários no desenho e aplicação das medidas em vez da submissão passiva às determinações dos técnicos sociais, a personalização da ajuda em vez da sua massificação, a co-responsabilização do prestador e do beneficiário na aplicação da medida, a descentralização do desenho das medidas de política e a sua gestão partilhada pelas instituições

locais, o efeito de proximidade em vez de solicitude distante, a flexibilidade das acções em vez da tipificação das valências e por aí adiante” (SOUSA ET AL., 2007:86-87).

Ajudar as pessoas na sua inserção social (seja no mercado de trabalho ou em actividades socialmente reconhecidas) é o objectivo primordial da nova geração de políticas sociais e metodologias de intervenção social. A inserção reconhece os indivíduos como cidadãos activos e com um papel positivo na sociedade pois contribuem com a sua actividade para a utilidade social. Surge assim uma implicação mútua entre indivíduos e sociedade: responsabilização do indivíduo considerado como actor do seu próprio futuro e uma obrigação de meios por parte da sociedade. O processo de inserção social é objecto de acordo entre beneficiário e o Estado, tornando os utilizadores participantes no seu próprio processo de inserção (activação) (SOUSA ET AL., 2007).

A formação profissional, os desempregos subsidiados, o auto-emprego e os acordos de inserção para os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), são os principais instrumentos que se baseiam e estão a ser utilizados para a filosofia de activação. As políticas de activação dirigem-se essencialmente para grupos-alvo, nomeadamente categorias desfavorecidas da população. Contudo, o acesso a estes instrumentos é pautado por diferentes níveis de prioridade o que significa que nem todas as categorias de população desfavorecida em situação de pobreza e exclusão social beneficiam deles. Do mesmo modo que os esquemas de remuneração ficam muito aquém das necessidades desta população (SOUSA ET AL., 2007).

Os programas de activação pressupõem a existência de sanções pelo não cumprimento do estabelecido, como acontece no caso do RSI, que prevê a cessação da prestação pelo não cumprimento do programa de inserção, o que em muitos casos pode ter consequências desastrosas. Isto acontece porque existe ainda um sentimento de falta de credibilidade ou desconfiança na ajuda dos profissionais, e porque os programas de inserção são vistos com apatia e desinteresse pelos beneficiários o que provoca a falta de consciência das obrigações assumidas nos acordos. São “manifestações de resistência à intervenção social que radicam naquela imagem das políticas ou em resultados negativos de intervenções anteriores”, porque apesar de preverem o princípio da activação e participação dos indivíduos nos seus processos de inserção, grande parte dos objectivos são ainda estabelecidos individualmente pelos técnicos sem consideração pela opinião e necessidades verbalizadas pelos indivíduos e famílias (SOUSA ET AL., 2007:114).

2.4. O EMPOWERMENT NA INTERVENÇÃO COM FAMÍLIAS MULTIPROBLEMÁTICAS

“O cliente deve ser entendido como sujeito, como construtor e transformador do mundo e de si mesmo” (PINTO, 1998:264).

O movimento de *empowerment*, utilizado como forma de intervenção por diversos técnicos de intervenção social, em diferentes áreas de acção, parte do pressuposto de que os sujeitos vítimas de discriminação e marginalização sofrem de uma falta de poder que os impede de lutar pelos seus direitos e usufruir de benefícios económicos e sociais, bem como participar nas decisões políticas que interferem nas suas vidas (FAZENDA, 2005).

Tendo este pressuposto como base, o *empowerment* é entendido como “um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelo indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológico, sócio-cultural, político e económico – que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania” (PINTO, 1998:247).

O objectivo do *empowerment* é fortalecer em matéria de direitos e participação os sujeitos vítimas de discriminação e exclusão. “Pretende favorecer a efectiva participação dos cidadãos na vida social, económica, política e cultural, e uma distribuição mais equitativa dos recursos” (FAZENDA, 2005:2). Para que isto seja possível terá de haver um processo de distribuição de poder, entendido como a capacidade e autoridade para: influenciar o pensamento dos outros (poder sobre); ter acesso a recursos e bens (poder para); tomar decisões e fazer escolhas (poder para); resistir ao poder dos outros se necessário (poder de). O processo de *empowerment* pretende desenvolver todos estes tipos de poder (PINTO, 1998).

Na intervenção com famílias multiproblemáticas pobres, deparamo-nos com o facto de estas famílias estarem inseridas em contextos e situações de discriminação e marginalização, pois são excluídas de grande parte dos sistemas sociais, não tendo acesso aos recursos nem à participação na vida social, económica, política e cultural (COSTA, 2008; PINTO, 1998).

Empowerment implica, da parte dos indivíduos ou grupos, o desenvolvimento da capacidade de imaginar-se a si mesmo na situação na qual deseja viver e repensar a realidade em que vivem, para que seja possível iniciar o processo de mudança no indivíduo; e exige mudança nas atitudes dos profissionais em relação à partilha de poder e ao reconhecimento das capacidades dos seus clientes (FRANCESCATO & MORGANTI, 1997; FAZENDA, 2005).

O processo de *empowerment*, enquanto estratégia de intervenção no trabalho com famílias multiproblemáticas pobres implica a identificação e promoção das capacidades destas para a mudança. Implica crer que estas famílias e os elementos que as compõem têm competências e que

são capazes de resolver os seus problemas, logo são capazes de ganhar controlo sobre as suas vidas (SILVA & MARTINEZ, 2004).

Existe assim um processo de *empowering* (tornar as pessoas mais assertivas e directivas), que pressupõe *trabalhar com*. Deste modo há que estabelecer uma relação de parceria e troca recíproca com base na igualdade entre técnico – famílias o que implica desde logo ouvir o que as pessoas têm para dizer (abordagem de partida), bem como partilhar com elas todas as informações que o técnico tem. Aquilo que é exigido ao técnico é-o também exigido em igual medida à família e seus elementos. O processo de empowerment centra-se na expansão das capacidades, potencialidades e recursos do cliente e do seu meio envolvente, que pressupõe o treino do cliente para a identificação e utilização dos seus recursos e dos que necessita desenvolver/adquirir para alcançar os seus objectivos. Deste modo a intervenção deve ser baseada nas necessidades e preferências expressas pelos clientes, o que implica modelos de intervenção flexíveis e adaptados a cada um, ao seu pedido e características. Contudo o processo de *empowerment* é lento, pois estamos a falar de famílias inseridas em processos de exclusão, o que significa que detêm uma série de *handicaps*, difíceis de ultrapassar e que dificultarão o processo de mudança, envolvendo a necessidade de perseverança do técnico para promover a continuidade do processo (ADAMS, 1996; PINTO, 1998).

Numa primeira fase, o técnico deve desenvolver uma participação activa pelas famílias junto das instituições da sociedade (advocacy). Deve ser um suporte securizante para a família (e seus elementos) e treinador das competências de negociação e afirmação desta, ao mesmo tempo que a ajuda a promover a sua capacidade em representar-se a si mesma e defender os seus direitos (self-advocacy), tornando-se, o profissional, a pouco e pouco apagado deste processo (PINTO, 1998).

Tudo isto se baseia numa especificidade muito importante deste processo: a acreditação na pessoa – processo de suspender a descrença. Acreditar nas forças, nas potencialidades e capacidades das famílias em determinarem o rumo da sua vida e serem responsáveis por ela e pelas mudanças. Isto tem de passar por um processo de validação do cliente, “que consiste no reconhecimento das suas capacidades de expressão e partir delas em todo o processo de ajuda” (PINTO, 1998:266).

Todos estes pressupostos são de extrema importância na intervenção com famílias multiproblemáticas pobres. Como se encontram em processos de exclusão, a abordagem usada na intervenção para a promoção das mudanças deve assentar no processo de *empowerment*, que acima de tudo vê o cliente como um recurso, como tendo capacidades e poder para ser agente de mudança e não um simples objecto de mudança. As famílias multiproblemáticas pobres devem ser agentes no seu processo de mudança, o que implica que sejam elas a definir os seus objectivos para a mudança no processo de intervenção. Isto aumenta a sua capacidade de realização, pois estão a agir sobre os assuntos e problemas que consideram importantes. Ao fazer isto estão a ser capacitadas para a identificação das suas competências e recursos e concomitantemente a adquirir controlo sobre as suas próprias vidas enquanto colaboradores no processo de mudança (JARDIM & PEREIRA, 2006).

Na dinâmica estabelecida entre técnico e famílias, o técnico deve desempenhar os seguintes papéis:

- Mobilizador de recursos e energia
- Facilitador
- Municiador da auto-estima e do auto-conhecimento do cliente
- Advogado/representante dos interesses do cliente
- Treinador e formador de competências e capacidades
- Gestor e administrador de acções de intervenção
- Consultor de recursos
- Organizador e planificador de intervenções
- Investigador da realidade social

Ou seja, deve ser um recurso do cliente (PINTO, 1998:274).

II. INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

“O trabalhador social deve aceitar o seu papel de mobilizador e organizador de massas, educador e interveniente implicado no processo de mudança” (PINTO, 1988:262)

O trabalho que de seguida se apresenta construiu-se num modelo de empowerment, onde se deu ênfase às competências das famílias e aos seus processos de interacção.

“A competência familiar não é uma colecção tipológica de carácter diferente, mas um contínuo progressivo que vai do são ao patológico e que nos permite assumir a existência de um potencial de crescimento e adaptação em todas as famílias” (GIMENO, 2001: 291).

O projecto de formação em Gestão Familiar enquadrou-se em parâmetros orientados para a mudança; esperou-se contribuir para a mudança alicerçada no empowerment para a capacitação e aumento das competências das famílias multiproblemáticas pobres. Apostando na formação e educação das famílias, a formação em Gestão Familiar teve o objectivo de influir desde as competências consideradas como “básicas”, até às mais específicas, portanto considerada num sentido lato, na medida em que as (multi) problemáticas das famílias se projectam em todas as áreas do seu quotidiano.

Verificou-se na necessidade de intervenção, através do trabalho com estas famílias, que as suas vulnerabilidades não se verificavam apenas nas questões das competências parentais, mas também ao nível das competências pessoais, sociais e profissionais, sendo uma prioridade actuar num sentido mais lato. Ao adquirirem ou desenvolverem capacidades e competências familiares, estamos a permitir que as famílias se considerem capazes de assumir as suas responsabilidades e consigam resolver os seus problemas. Estamos assim, simultaneamente a reforçar a participação e consciência da família nos seus próprios processos de inclusão, logo, a trabalhar para o seu empowerment.

Após a aplicação da referida formação importa, agora, verificar o que mudou.

Assim, a nossa questão de partida centra-se em intentar sobre: **Que mudanças nas famílias participantes na formação?**

É também nossa pretensão, paralelamente à avaliação das mudanças ocorridas nas famílias, proceder a uma avaliação do projecto de formação em si, inferindo se a estruturação e metodologias planeadas e adoptadas foram positivas e resultaram como estratégias e paradigmas de intervenção ou se há necessidade de modificação da formação para a obtenção de maior eficácia e eficiência na intervenção com famílias multiproblemáticas.

CAPÍTULO 1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos abordados neste capítulo reflectem-se em dois momentos específicos e distintos da investigação proposta. Num primeiro momento reflecte-se sobre os procedimentos metodológicos adoptados e que serviram de suporte para a construção e implementação do projecto de formação em Gestão Familiar. Num segundo momento reflecte-se sobre os procedimentos metodológicos adoptados na avaliação do projecto de formação em Gestão Familiar.

1.1. QUANTO À CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO DE FORMAÇÃO

O conceito de famílias multiproblemáticas de Liliana Sousa enfatiza a complexidade e o desafio que estas famílias colocam quanto à compreensão e escolha de estratégias de intervenção. Os diversos problemas que assistem as famílias multiproblemáticas tornam-nas multi-assitidas isto é, acumulam a intervenção de várias instituições e técnicos. Segundo COLAPINTO, isto leva facilmente a atitudes caracterizadas por um certo paternalismo, nas quais os técnicos substituem as famílias nas suas competências, no denominado diluição do processo familiar, o que dificulta a activação das competências das famílias (cit por SOUSA & MATOS, 2006).

O trabalho com famílias multiproblemáticas coloca então a necessidade de existirem estratégias específicas: aumentar a estrutura das intervenções, implementar contratos de participação, aproveitar as crises como motivação para a mudança, desenvolver metas de tratamento realistas, evitar um enfoque de “apaga-incêndios”, articular cuidadosamente com outros serviços, ajudar a família a valorizar a intervenção. Considerando que a Acção Social deve ser promotora da autonomia das famílias em relação aos serviços e que os indivíduos devem ser participantes activos no seu próprio processo de reajustamento e mudança, assume-se como prioridade o desenho de projectos ou acções de intervenção que promovam tais capacidades de autonomia dos indivíduos e famílias. Para tal, reveste-se de grande importância que tais projectos, ou acções assentem na promoção do empowerment – aumentar o poder dos indivíduos, através da utilização criativa dos recursos existentes para a criação de respostas adequadas e originais a cada situação e para que promovam a mudança de comportamentos e atitudes dos indivíduos. Estes devem ser desenhados de forma muito realista, com objectivos concretos e alcançáveis. A existência de serviços que fortaleçam os adultos nas suas competências através de projectos, programas ou acções assentes nos pontos fortes e potencialidades das famílias é uma mais-valia, um recurso extra e uma forma de tratar com respeito e empatia as famílias alvo de intervenção (SILVA, 2001; GÓMEZ ET AL., 2007; GÓMEZ & HAZ, 2008).

Programas de apoio à família orientados para o empowerment encorajam o crescimento individual, social e pessoal pois são construídos com base nas forças e capacidades dos participantes. Estes programas assumem que os progenitores têm as capacidades para se auto-ajudarem, e são estruturados para os assistirem nessa tarefa, na medida em que assentam em relacionamentos

sinérgicos e em contextos de diálogo de colaboração. Programas centrados na família e de apoio a estas são aqueles que colocam o enfoque nos recursos da comunidade reconhecendo-os como potenciais fontes de apoio para dar resposta às necessidades das famílias, desenvolvendo esforços para torná-los viáveis opções de recurso (WEISS & GREENE, 1992; DUNST in CORREIA & SERRANO, 2002).

O desenho do projecto da formação em Gestão Familiar assentou, desde logo, na necessidade de intervenção para promoção da mudança de comportamentos baseada numa óptica de empowerment. A intervenção através da formação em Gestão Familiar ganhou também contornos necessários de actuação nos domínios da prevenção, que segundo GIMENO, entende-se como uma intervenção que trata de evitar hábitos e estilos de interacção familiar que potencialmente podem gerar disfuncionalidade. “Apesar disto, a prevenção, entende-se sobretudo, como intervenção formativa, em que o público-alvo vai aumentar os seus conhecimentos e a sua tomada de consciência sobre a sua própria realidade familiar para em definitivo, gerar a mudança, ou seja, para adquirir novas regras de comportamento” (GIMENO, 2001: 296).

Especificamente, a formação em Gestão Familiar actua no âmbito da prevenção terciária que tem como objectivo atenuar as consequências dos transtornos, crises e disfuncionalidades que já se vêm manifestando com um determinado efeito sobre os que estão envolvidos. Trata-se de recuperar posições perdidas através da actuação que se tiver por conveniente (GIMENO, 2001).

A construção do projecto de formação em Gestão Familiar assentou na metodologia de investigação-acção, que encara na acção uma intenção de mudança e na investigação um processo de compreensão, pelo que parte do princípio de que a acção produzirá conhecimento. Pretende a mudança de uma situação existente para outra desejada. A utilização de metodologias de investigação-acção permite “em simultâneo, a produção de conhecimento sobre a realidade, a inovação no sentido de singularidade de cada caso, a produção de mudanças sociais e, ainda, a formação de competências dos intervenientes” (GUERRA, 2002: 52). A investigação-acção tem como objectivo a resolução de problemas provocando a mudança social. Para tal parte de uma situação, de uma prática real e concreta e não de uma teoria, para a construção da acção necessária para a intervenção (GUERRA, 2002).

Tendo sido identificada a necessidade de intervir, simultaneamente, numa vertente de prevenção e numa vertente de formação/informação, sobre as famílias multiproblemáticas pobres que recorrem ao Gabinete de Acção Social da Junta de Freguesia de S. Pedro de Penaferrim, o projecto de formação em Gestão Familiar, partiu da identificação da situação-problema baseada na prática profissional com estas famílias, levando a uma reflexão sobre a melhor forma de agir sobre as mesmas. O desenho do projecto da formação em Gestão Familiar, partiu assim do terreno, através da problematização da situação sobre a qual agir e voltou ao terreno para a tentativa de resolução da problemática, através da aplicação do projecto de formação. Segundo GUERRA “o trabalho por projectos é, cada vez mais, uma forma de condução de acções que parece adaptada à intervenção na complexidade e na escassez constante de recursos (...) a metodologia participativa de projecto emerge como uma forma

eficaz e activa de o fazer” (2002:125). Um projecto emerge assim, como uma intenção, mas também como uma necessidade de uma situação à qual se pretende responder. Ainda de acordo com GUERRA “um projecto é, sobretudo, a resposta ao desejo de mobilizar as energias disponíveis com o objectivo de maximizar as potencialidades endógenas de um sistema de acção garantindo o máximo de bem-estar para o máximo de pessoas” (2001:126).

Porque a intervenção social é um processo de responsabilidade partilhada (SOUSA ET AL., 2007), a metodologia utilizada para a implementação do projecto de formação em Gestão Familiar decorreu da articulação de parcerias com o objectivo de maximizar os recursos existentes a nível local. Neste sentido, foram disponibilizados técnicos das instituições parceiras da comunidade que assumiram o papel de dinamizadores das sessões, de acordo com os conteúdos específicos da sua área de formação, pois mais facilmente conduziram o grupo em direcção aos objectivos pretendidos, bem como motivaram, encorajaram e acompanharam os participantes. Pretendeu mobilizar-se os recursos humanos e institucionais, potenciando sinergias através de uma dinâmica de solidariedade comunitária e interinstitucional, numa óptica de combate e quebra à solidão social que muitas vezes também se faz sentir no âmbito das instituições. Articulando os meios e recursos disponíveis entre instituições iniciou-se um processo de capacitação para uma execução conjunta do programa (CARMO, 1995). Para tal, deu-se a conhecer aos parceiros da comunidade o projecto de formação em Gestão Familiar, pedindo a sua colaboração na implementação do mesmo. Foram estabelecidas parcerias e sinergias muito positivas com a Escola Nacional de Bombeiros para o módulo de Segurança, com a Associação de Pais da Escola Básica do 1.º Ciclo do Linho para o módulo de Ambiente e Reciclagem; com a Casa de Saúde do Telhal e Centro de Saúde de Sintra para os módulos de Cuidados de Saúde e Nutrição, respectivamente; com o Serviço Municipal de Informação ao Consumidor da Câmara Municipal de Sintra para o módulo de Gestão Económica do Lar; com o Movimento de Defesa da Vida para o módulo de Competências Parentais; e com a Conferência de São Vicente de Paulo para os módulos de Higiene Pessoal e Habitacional e Competências Pessoais e Sociais em parceria com a Técnica da Junta de Freguesia de São Pedro de Penaferrim. A Conferência de São Vicente de Paulo de São Pedro de Penaferrim também disponibilizou o espaço para a realização das sessões. Os materiais necessários para a realização das sessões foram disponibilizados pela Junta de Freguesia de São Pedro de Penaferrim.

Relativamente à estruturação do projecto de formação em Gestão Familiar, optou-se por uma metodologia de formação em sala de aula, deixando-se ao critério de cada dinamizador a metodologia utilizada para a transmissão dos conteúdos. Mas no geral todos recorreram ao uso de metodologias teórico-expositivas com recurso aos métodos audiovisuais tendo sido construídos para o efeito diapositivos explicativos de cada módulo e respectivos conteúdos, por cada dinamizador. Também foram utilizadas por alguns dinamizadores dinâmicas activas de âmbito mais prático e com recurso ao grupo através de jogos pedagógicos, brainstorming e role-playing. O dinamizador de cada sessão assumiu-se como um facilitador da partilha de experiências e discussão em grupo tentando promover a confiança, auto-suficiência e auto-eficácia dos participantes, ou seja promover o seu empowerment.

Quanto ao formato de intervenção, optou-se pelo formato de pequeno grupo, uma vez que as famílias seleccionadas para o projecto de formação em Gestão Familiar partilhavam características semelhantes ao nível das suas capacidades e competências, permitindo-se assim que o grupo actuasse como fonte de suporte social e de partilha entre as famílias alvo da intervenção, valorizando-se o seu poder transformador como catalisador da mudança. A opção pelo formato de pequeno grupo visou também outras vantagens como uma maior eficácia em termos de custos pois abarca um maior número de pessoas, pela partilha de conselhos e ideias sendo uma forma de proporcionar apoio social, permite a aprendizagem de métodos empregues pelos pares através da partilha de experiências promovendo também uma maior resolução dos problemas. Este modelo traz também consigo alguns inconvenientes nomeadamente num maior dispêndio de tempo na preparação e organização das sessões, materiais e equipamentos necessários; por outro lado, pode também dificultar uma atenção individualizada a cada elemento do grupo, o que poderá conduzir a níveis de desmotivação e participação por parte dos elementos do grupo (IWANIEC cit por RIBEIRO, 2003).

1.2. QUANTO À AVALIAÇÃO DO PROJECTO DE FORMAÇÃO

Os procedimentos metodológicos adoptados para o processo avaliativo do projecto de formação em Gestão Familiar tiveram em consideração os objectivos e conteúdos definidos para a intervenção. Neste procedimento distinguem-se dois momentos distintos: a avaliação das mudanças operadas nas formandas, e no seio das suas famílias, intervenientes no projecto de formação em Gestão Familiar e a avaliação global do projecto de formação em Gestão Familiar efectuada pelas formandas nele intervenientes. No processo avaliativo recorreremos a instrumentos de carácter qualitativo, mediante a utilização da observação participante e entrevista semi-estruturada, e a instrumentos de carácter quantitativo, nomeadamente através de questionários, especificamente construídos para o projecto de formação, sendo um deles aplicado em momentos diferentes, designadamente antes e após a formação. Também se recorreu à aplicação de uma escala para avaliação das competências sociais dos participantes, também aplicada em momentos distintos, antes e após a formação. Estes instrumentos são de seguida mais pormenorizadamente explanados.

Especificamente sobre a **avaliação das mudanças operadas nas formandas, e no seio das suas famílias, intervenientes no projecto de formação em Gestão Familiar**, recorreu-se a metodologias qualitativas, através da observação participante e entrevistas semi-estruturadas, e também a metodologias quantitativas através da aplicação de um questionário construído para o efeito e de uma escala para se avaliar e medir as competências dos participantes.

Escolheu-se a observação participante como metodologia porque as famílias seleccionadas para a formação em Gestão Familiar encontram-se em acompanhamento pelo Gabinete de Acção Social da Junta de Freguesia de São Pedro de Penaferrim, e nalguns casos, por outras entidades em simultâneo, sendo alvo de intervenção continuada. Neste sentido, o técnico actua como recurso e

facilitador para as famílias, participando no seu processo de vida. A observação participante foi utilizada em duas vertentes: por um lado, através da observação em sala de aula durante a realização das sessões de formação em Gestão Familiar como método avaliativo da capacidade de participação, expressão e regulação de emoções dos participantes e de comportamentos; por outro lado como método avaliativo da situação na qual as famílias e participantes na formação se encontravam no início da formação e das mudanças ocorridas após a realização da formação em Gestão Familiar, observadas através do acompanhamento continuado às famílias.

Escolheu-se a entrevista como meio de apurar as expectativas do que seria a formação, os conteúdos considerados mais relevantes para as formandas e as mudanças ocorridas nas formandas alvo da formação em Gestão Familiar e respectivas famílias. As entrevistas permitem uma maior liberdade no diálogo e na forma de abordagem por parte do entrevistado, permitindo uma recolha de informação mais rica. Para o efeito foi construída uma entrevista semi-estruturada, especificamente para o presente estudo (ANEXO I), onde se focaliza sobre questões que pretendem aferir sobre as motivações e expectativas dos participantes em relação à formação; sobre o interesse e utilidade dos temas debatidos na perspectiva dos participantes e na partilha de experiências; e finalmente sobre os benefícios que os participantes obtiveram com a participação no projecto.

O questionário de formação em Gestão Familiar (ANEXO II) pretendeu obter resultados sobre as componentes e os parâmetros tipificados para a formação sob a forma de três grandes áreas: cuidados ao nível da saúde física e mental, habitação, gestão económica e competências pessoais, sociais e parentais. Deste modo pretendeu-se obter resultados que espelhassem a dinâmica da família nas situações descritas perante uma avaliação qualitativa dos resultados. Aplicado antes da formação teve o objectivo de proporcionar informações sobre comportamentos, competências e dinâmicas da vida familiar. Aplicado após a formação teve o objectivo de, através da análise comparativa, confirmar ou infirmar sobre se ocorreram mudanças nesses parâmetros. Recorreu-se também, para avaliação das competências sociais das formandas participantes na formação em Gestão Familiar, à Escala Multidimensional de Expressão Social – parte motora (EMES-M) e cognitiva (EMES-C-), de CABALLO (1987 e 1993, respectivamente, CABALLO, 2000 (ANEXO III)) que permitiu obter uma rápida visão das dificuldades das famílias.

Quanto aos procedimentos metodológicos adoptados para o **processo avaliativo que contemplou a avaliação global do projecto de formação em Gestão Familiar** efectuada pelas formandas nele intervenientes, recorreu-se ao método por questionário, através da elaboração de um questionário para o efeito que foi aplicado no final do projecto de formação (ANEXO IV). Este questionário tinha o objectivo de aferir acerca da satisfação das participantes relativamente às componentes: apreciação global da acção, apreciação em relação aos conteúdos abordados, apreciação quanto ao desempenho dos formadores, apreciação sobre aspectos gerais em termos organizativos como seja as instalações, organização, meios e recursos utilizados e duração da formação, e a apreciação sobre a utilidade dos conhecimentos adquiridos.

CAPÍTULO 2 - CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO EM GESTÃO FAMILIAR

2.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E OBJECTIVOS GERAIS DA FORMAÇÃO

A construção da formação em Gestão Familiar conduziu, necessariamente, à pesquisa de literatura científica sobre o tema, levando à constatação de que a maioria das intervenções, programas ou acções para famílias em situação de risco e que incidem sobre a modificação de comportamentos, atitudes e reforço das relações familiares se centram no domínio da educação parental, assumindo modelos de intervenção centrado na formação ou treino de competências parentais (COUTINHO, 2004).

Se por um lado isto dificultou a construção da formação em Gestão Familiar, pretendida como abrangente dos domínios das competências da família, cujas debilidades nas famílias multiproblemáticas pobres se estendem para além das competências parentais, também permitiu que o desenho do projecto se transformasse e fosse para além do pensado inicialmente. Assim, não seguiu uma orientação conceptual específica nem foi uma réplica de outros programas já construídos.

A fundamentação teórica da formação em Gestão Familiar baseou-se no conhecimento existente sobre a população-alvo junto da qual se pretendia intervir, conhecimento esse que resultou do trabalho social desenvolvido pelo Gabinete de Acção Social, através do qual se verificou que as famílias que se encontravam a ser acompanhadas ao nível psico-social, possuíam problemas que se prendiam com a disfuncionalidade e desagregação familiar e aos quais surgiam também associadas problemáticas que resultavam de carências ao nível das competências pessoais, sociais, familiares e de formação básica diversificada. Não raras vezes, são famílias que vivem em condições que correspondem a situações de exclusão múltiplas: baixo nível de escolaridade, iliteracia, analfabetismo, elevado nível de desqualificação profissional, desemprego, fortes carências materiais e afectivas. Características familiares que as colocam num elevado nível de desestruturação e disfuncionalidade familiar, promovendo a reprodução geracional destes estilos de funcionamento e de estrutura.

A formação em Gestão Familiar ganhou contornos após uma consciência e percepção adquiridas de que o apoio social proporcionado às famílias, pelo Gabinete de Acção Social da Junta de Freguesia de São Pedro de Penaferrim, teria de ir além da resposta/resolução imediata do problema, assente em acções reparadoras e assistencialistas que embora sejam essenciais para o despoletar do processo de mudança são entendidas como redutoras e insuficientes, constituindo-se de uma intervenção do tipo “penso-rápido”, não proporcionando a capacitação das famílias ao nível das suas competências. A intervenção social aquando do atendimento social verifica-se até certo nível não se reunindo as condições apropriadas para se trabalhar de forma mais profunda comportamentos e atitudes.

Grande parte do apoio dos serviços sociais é em grande regra de carácter material: apoio em espécie (apoio alimentar e de medicamentos), apoio em dinheiro (apoio financeiro directo para fazer face a

necessidades urgentes), apoio financeiro indirecto (pagamento de serviços que colmatem as necessidades manifestadas pelas famílias como consultas ou creches). Tais apoios são também disponibilizados pela autarquia de S. Pedro de Penaferrim. Verificando-se a existência de famílias multiproblemáticas pobres, na sua maioria a sofrerem de privação económica e cultural, grande parte dos apoios estabelecidos assume um carácter de longa duração, quase efectivo, devido à inexistência de instrumentos e capacidades adaptativas das famílias para ultrapassarem tais dificuldades. “Estudos realizados sobre famílias multiproblemáticas demonstram que um dos seus handicaps é a privação económica e cultural, as quais tendem a amplificar todos os problemas e a reduzir a capacidade de resposta da família” (ALARCÃO cit por SOUSA & MATOS, 2006:13), nunca se dirigindo às relações familiares (SOUSA & MATOS, 2006).

Paralelamente, também se verificou que estas famílias evidenciavam características de baixa auto-estima, dificuldades de comunicação e de expressão de sentimentos, baixos níveis de satisfação com a sua vida, resultando num mal-estar generalizado e atitudes pautadas por um elevado pessimismo perante si mesma, os outros, a vida e as dificuldades que surgem (SOUSA ET AL., 2007).

Todas estas patologias produzem efeitos que se fazem sentir na falta de um equilibrado ambiente familiar e de acompanhamento permanente a diversos níveis, que afectam de forma determinante as crianças e jovens destas famílias. Isto porque muitos pais não têm formação parental suficiente, que decorre da falta de modelos e práticas educativas consistentes, bem como da falta de competências pessoais e sociais, que coloca as crianças e jovens expostas a factores de risco, que nestas famílias se destacam ao nível da negligência ou mesmo dos maus-tratos. Segundo BRONFENBRENER e outros teóricos da ecologia humana, as famílias e crianças encontram-se inseridas em ambientes e nichos ecológicos muito próprios, cujos acontecimentos e experiências neles ocorridos, repercutem-se directa ou indirectamente nas diferentes competências e factores de funcionamento familiar como sejam o comportamento e desenvolvimento da criança, a competência parental e o bem-estar familiar (cit por DUNST in CORREIA & SERRANO, 2000).

Paralelamente, várias teorias têm fundamentado de que os comportamentos negligentes tendem a perpetuar-se em várias gerações da mesma família. Da mesma forma, sabe-se que a existência de relações de apoio ou a existência de indivíduos que servem como modelos positivos parecem estar associados à redução deste tipo de comportamentos (BENAVENTE, 2008). Na perspectiva de TYMCHUK quando ocorre negligência ou abuso, estes tendem a reflectir falta de preparação para a educação das crianças não sendo comportamentos propositadamente negligentes ou abusivos (cit por ESPE-SHERWINDT in CORREIA & SERRANO, 2000).

Surgiu assim a necessidade de desenvolver competências que combatessem o desajustamento pessoal e social, muitas vezes associado à dificuldade de expressar ideias e pontos de vista, de defender direitos próprios sem recurso à agressividade, de negociar tendo em conta o ponto de vista do próprio e do interlocutor, de gerir conflitos, de identificar e resolver conflitos interpessoais, de gerar alternativas, de tomar e manter decisões, de demonstrar e receber afectos. É essencial a promoção de medidas tendentes ao favorecimento de um ambiente familiar e equilibrado, que combata estas

atitudes, promova e reforce o sentimento de competência das famílias. Intervir através de uma formação em Gestão Familiar, surgiu como uma resposta considerada adequada no sentido de capacitar as famílias para um melhor desempenho das suas tarefas através do desenvolvimento das suas competências, bem como da sua autonomia e capacidade de auto-gestão, para que consigam procurar recursos na rede e na comunidade para ultrapassar condicionantes de precariedade económica e outras problemáticas com que se deparam habitualmente – *empoderar* a família. Com efeito, DUNST aponta que a existência de factores de risco afecta negativamente o desenvolvimento da criança e a funcionalidade da família, mas a existência de factores de oportunidades ou protectores apoiam e protegem-na (cit por ESPE-SHERWINDT in CORREIA & SERRANO, 2000). Logo, a intervenção deverá estar vocacionada para a transformação dos factores de risco em oportunidades para apoiar o desenvolvimento da criança e potenciar um funcionamento sadio da família.

Tal como defendido por DUNST, os profissionais que proporcionam o apoio às famílias devem desenvolver um comportamento que promova a corresponsabilização³ das famílias “com vista à aquisição e uso de competências no campo da procura de apoios e da mobilização de recursos para dar resposta às suas necessidades” (in CORREIA & SERRANO, 2000:81). Segundo este autor, a “corresponsabilização” deve gerar resultados que potenciem as competências em vez de criarem dependências, pois subjacente ao modelo da “corresponsabilização” encontram-se as premissas de que todas as pessoas têm pontos fortes e que todos detêm a capacidade de se tornarem mais competentes. Através da corresponsabilização promove-se o comportamento participativo, a aquisição de competências e diferentes aptidões em termos de eficácia pessoal.

Os programas de apoio à família devem adoptar princípios que funcionem principalmente como orientações, levando a que a filosofia do programa seja internamente mais consistente. Assim, devem basear-se nas necessidades e pontos fortes das famílias, e nos recursos existentes na comunidade, que ao serem usados potenciem competências. Tais práticas devem “promover um fluxo de recursos dirigido às famílias, de uma forma que se revela apoiante e que potencia a competência” (DUNST in CORREIA & SERRANO, 2000:85).

A formação em Gestão Familiar assenta no modelo centrado na família, baseando-se em componentes conceptuais como o enquadramento sistémico social, na família como unidade de intervenção, numa filosofia de corresponsabilização, numa orientação para promover/melhorar as capacidades da família; e em componentes operacionais como práticas baseadas em necessidades, nas fontes de apoio e recursos para responder a estas, práticas baseadas nos pontos fortes da família e práticas de disponibilização de ajudas orientadas no sentido de melhorar competências. Com esta intervenção pretendeu-se promover a funcionalidade e famílias mais equilibradas, fazendo-as participativas do seu processo de inclusão social, com impactos particulares junto das crianças e jovens que as compõem.

³ Neste artigo o termo empowerment foi traduzido por “corresponsabilização”

A formação em Gestão Familiar surgiu como um projecto com o objectivo de prevenir o aparecimento de problemas futuros, diminuindo os factores de risco e aumentando os factores protectores. Tem um cariz educativo, com enfoque nas dinâmicas relacionais. Pretendeu-se um projecto baseado na intervenção centrada na família, tendo em conta os seus pontos fortes, assumindo-se como um projecto de apoio à família, com o objectivo de promoção do empowerment, tornando as famílias capazes de procurar e desenvolver as suas próprias soluções levando ao aumento do sentimento de confiança e competência.

Ora, alicerçando-se no empowerment, tem necessariamente subjacente os conceitos de capacitação (enabling) e responsabilização (empowerment). Segundo DUNST E COLABORADORES capacitar “significa criar oportunidades para que todos os membros da família possam demonstrar e adquirir competências que consolidem o funcionamento familiar”; e responsabilização “significa a capacidade que a família deve demonstrar na satisfação das suas necessidades e aspirações, de forma a promover um sentido claro de controlo e domínio intrafamiliar sobre aspectos importantes do funcionamento familiar” (cit por SERRANO & CORREIA in CORREIA & SERRANO, 2000:26). Trata-se portanto de um processo que ajuda as pessoas a ganharem controlo sobre as suas próprias vidas.

Portanto, capacitar e promover as competências das famílias é, em termos latos, o que se pretende com o projecto de formação em Gestão Familiar. Para JARDIM & PEREIRA, a competência é a “capacidade para operacionalizar um conjunto de conhecimentos, atitudes e habilidades numa situação concreta, de modo a ser bem sucedido” (2006:44). Ainda de acordo com estes autores, tal definição tem subjacente uma série de indicadores (2006:44):

- a. Capacidade: possibilidade de ter êxito num domínio específico.
- b. Operacionalização: agir de modo organizado a fim de por algo em acção.
- c. Conhecimentos: esquemas e representações mentais sobre um tema em particular.
- d. Atitudes: predisposições intrapsíquicas para agir de certo modo.
- e. Habilidades: saber-fazer uma tarefa num determinado âmbito.
- f. Situação: conjunto de estímulos desencadeados por um ambiente ou contexto.
- g. Eficiência: alcançar o resultado desejado através dos meios adequados, da minimização dos desperdícios e da maximização dos recursos.

Dentro da competência e de acordo com tipificação de JARDIM & PEREIRA, podem identificar-se e distinguir-se três tipos de competências: básicas, transversais e técnicas (2006: 44 - 45):

As básicas são as que se adquirem, geralmente, na infância e início da adolescência através dos sistemas formais de educação e formação; compreendem a capacidade de leitura e escrita, de realizar operações matemáticas simples, o uso das tecnologias de informação e comunicação, o

conhecimento dos signos e símbolos culturais, nas noções elementares de ética e de relacionamento interpessoal.

As transversais são aquelas comuns a diversas actividades, transferíveis de função para função, com incidência predominante e crescente na área do desenvolvimento pessoal, social e profissional; são as que têm que ver com a capacidade de gerir os recursos do eu (autoconhecimento, auto-estima, auto-realização), com a capacidade de relacionamento interpessoal (empatia, assertividade e suporte social); e com a capacidade de desempenhar funções profissionais (criatividade, cooperação e liderança). Aqui também se incluem a capacidade de lidar com situações adversas de modo positivo (resiliência). Estas competências são adquiridas, fundamentalmente, na interacção com os outros e na formação não formal.

As técnicas estão associadas a uma profissão e podem ser adquiridas nos sistemas de educação e formação e também no exercício de uma actividade laboral. São exemplo as especializações profissionais.

No âmbito do projecto de formação em Gestão Familiar, o desenho estrutural dos conteúdos nele inseridos reflecte essencialmente as competências transversais pois são as que se situam no domínio do eu, e têm impacto directo sobre as capacidades de cada um e que desenvolvem repercussões directas noutros níveis, nomeadamente no do funcionamento familiar. O desenvolvimento deste tipo de competências verifica-se emergente pois são necessárias para o bem-estar e capacitação pessoal, para o confronto face à complexidade de interacções que se verificam no seio do sistema familiar e em todos os outros sistemas que com ele interagem, logo imprescindíveis num contexto de crise, frequentemente ocorridas na dinâmica familiar, pois dotam os indivíduos de mecanismos para lidarem e enfrentarem-nas (JARDIM & PEREIRA, 2006). A competência é definida pelos comportamentos adequados que habilitam os indivíduos a funcionarem bem no seu quotidiano (SLOT cit por BERGER & SPANJAARD, 2005).

Logo, a promoção de competências implica a reflexão sobre todos estes indicadores para que a intervenção projectada seja adequada e possa desencadear a mudança desejada. Concomitantemente, o desenvolvimento de competências implica a focalização sobre três níveis de aprendizagem: o do domínio cognitivo/área do saber-saber, ou seja que se refere à aquisição de conhecimentos; o do domínio afectivo/ área do saber-ser, ou seja relativo à forma de estar de cada um; e o do domínio da vontade/área do saber-fazer, ou seja que respeita aos comportamentos (JARDIM & PEREIRA, 2006).

O projecto de formação em Gestão Familiar pretendeu incidir sobre estes três níveis de aprendizagem: na área do saber-saber pela transmissão de informação e conhecimentos sobre as práticas parentais, outras ao nível da gestão doméstica e económica do lar, e de conhecimentos abrangentes nas temáticas sobre saúde, higiene e segurança; na área do saber-ser, pela transmissão de conhecimentos sobre a gestão das relações, das emoções, dos sentimentos, das competências e práticas parentais; e na área do saber-fazer pela transmissão de estratégias sobre como actuar nas

várias vertentes do funcionamento familiar, nomeadamente nas práticas parentais, na gestão de conflitos, na gestão do lar. Porém, apesar de poderem ser segmentadas desta forma, consideramos que a estrutura da formação construída para a intervenção incide transversalmente sobre estes três níveis de aprendizagem ao longo de todos os conteúdos.

Consolidando todos estes níveis de aprendizagem na prossecução do desenvolvimento das capacidade e competências das famílias, estamos, por um lado a ajudar as famílias intervenientes na formação a identificar e valorizar as competências que detêm, pois apesar de serem multiproblemáticas detêm capacidades e competências que até então lhes permitiram enfrentar as crises com as quais se deparam, não possuindo as ferramentas e recursos eficazes para realizar as suas tarefas, mantendo-se o ciclo de desorganização, e, por outro lado, a desbloquear as competências das famílias através do processo de aprendizagem destas aptidões facilitando o processo de mudança familiar (SOUSA & RIBEIRO, 2005; AUSLOOS, 1996; SOUSA, 2005; MARTINEZ, 2003).

Famílias com maior conhecimento sobre o seu processo evolutivo, sobre os instrumentos e mecanismos que podem adoptar e sobre estratégias que lhes permitem enfrentar as crises do quotidiano (áreas do saber-saber, do saber-ser e do saber-fazer), tornam-se mais confiantes e motivadas, pois encontram-se reforçadas no seu autoconhecimento, consciencialização e responsabilização. Tornam-se famílias mais flexíveis e com capacidade para transformarem os factores de risco em factores protectores, consolidando os seus recursos.

O objectivo geral da formação em Gestão Familiar é o que se seguida se enuncia:

Dotar as famílias de conhecimentos básicos ao nível da gestão familiar para aplicação no seu quotidiano, de modo a que consigam encetar estratégias para saírem do ciclo de pobreza e equilibrarem a vida familiar nas suas diferentes vertentes.

Os objectivos específicos são os seguintes:

- Identificar a importância de ter uma higiene pessoal cuidada.
- Organizar a habitação e aplicar as estratégias essenciais para manter a habitação limpa e organizada.
- Estabelecer rotinas para cada membro do agregado de modo a que se faça uma divisão produtiva das tarefas domésticas.
- Identificar os perigos que existem em casa e adoptar estratégias para os erradicar.
- Reconhecer a importância dos cuidados de saúde e identificar comportamentos de risco por parte dos elementos da família.
- Adequar a alimentação a cada elemento da família.
- Aplicar as estratégias adequadas para uma eficaz gestão do seu orçamento familiar.
- Aplicar as competências pessoais, sociais e parentais na gestão familiar.

Com estes objectivos pretende-se produzir impacto no melhoramento dos níveis de funcionamento familiar e de integração social, e reduzir os défices de competências a nível pessoal e familiar.

2.2. ESTRUTURA GERAL DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO

O aumento de casos de famílias em situação de pobreza ou de carência económica na Freguesia de São Pedro de Penaferrim, agravado pelo facto destas famílias serem desestruturadas e desorganizadas, torna premente a necessidade de intervir através de formação. Aliam-se ainda a estas, a baixa escolaridade e conhecimentos que remetem as competências das famílias para um limiar mínimo, gerando-se um ciclo de pobreza do qual é difícil sair. Além do mais, a sociedade é ela própria geradora de situações que tornam estas famílias menos preparadas para as enfrentar.

Assim, torna-se de maior importância dotar estas famílias de conhecimentos, competências e estratégias=RECURSOS, portanto promover o seu empowerment, para fazerem face às problemáticas com que se deparam diariamente no seio familiar, e para que consigam elevar a sua qualidade de vida.

Tendo sido pensado e construído no seio do Gabinete de Acção Social da Junta de Freguesia de São Pedro de Penaferrim, que entre outros, actua no domínio da intervenção psico-social, que subentende a prossecução de um objectivo imediato de resolução do problema apresentado e de um objectivo mediato de desenvolvimento das capacidades do indivíduo para resolver outros problemas com os quais se depara ao longo da sua vida, promovendo desta forma a sua integração e realização pessoal e a promoção das necessárias transformações para que estas ocorram (SILVA, 2001), pretendeu-se que a formação em Gestão Familiar envolvesse mais do que as temáticas do domínio da educação parental, e incluísse outras consideradas importantes e essenciais no trabalho de intervenção com as famílias.

A revisão da literatura adequada ao tema e a pesquisa efectuada para suporte teórico e prático do projecto de formação em Gestão Familiar levaram à conclusão de que muitos são os programas de intervenção em educação parental, tal como já referido. Contudo, o objecto contido no projecto de formação em Gestão Familiar reveste-se de âmbito mais abrangente, tocando em áreas que vão desde o funcionamento pessoal ao funcionamento familiar no seu todo, já que uma não é indissociável da outra.

Na perspectiva de GOODYEAR & RUBOVITS (1982), são três as componentes de qualquer programa de educação parental:

- A componente de conhecimento que se distingue das outras duas, pois centra-se na informação ou conteúdo e não na aquisição de competências. Consiste num quadro de referência para as competências que estão a ser ensinadas, destinada a aumentar o conhecimento dos pais, para que estes possam desempenhar mais eficazmente os seus papéis.

- A componente de gestão familiar que está centrada nas competências necessárias para que os pais controlem as exigências colocadas pelas suas famílias. Esta componente inclui a modelagem de comportamentos adequados às diversas situações do funcionamento familiar, podendo também incluir a gestão de componentes como o tempo e dinheiro.

- A componente de competências interpessoais que se focaliza na qualidade das relações interpessoais. Aqui o objectivo é também promover a mudança de comportamentos embora o alvo directo da intervenção seja as atitudes, valores e auto-conceitos. Os métodos de facilitação de mudança apoiam-se nos processos de comunicação.

Ainda na perspectiva destes autores, o valor atribuído a cada componente deverá variar em função da população-alvo junto da qual se pretende intervir, pois nem todos têm necessidades idênticas.

Para DUNST, os programas que têm mais probabilidade de serem eficazes, são os que não limitam a sua actividade a uma só área ou mesmo a algumas (in CORREIA & SERRANO, 2000). O programa deve ser o mais abrangente possível para que dele se retirem os maiores benefícios possíveis para os progenitores, já que, nestes programas, a informação é utilizada como meio para aumentar o conhecimento da família (GOODYEAR & RUBOVITS, 1982).

Levando em consideração os objectivos da intervenção, as características das famílias que se pretendiam destinatárias do projecto e a perspectiva dos autores supracitados, a formação em Gestão familiar foi assim estruturada em torno de três grandes áreas:

I. Higiene e Saúde:

Apesar de sermos uma sociedade desenvolvida, é notório, ainda, a presença de casos de falta de informação e de acesso aos cuidados de saúde e higiene. Estas situações são mais notórias nas classes mais desfavorecidas que, por estarem inseridas em ciclos de pobreza, têm menor acesso aos cuidados de saúde e à informação. Verifica-se também que muitos apostam pouco em matéria de higiene, o que os coloca numa situação mais desfavorecedora, pois a falta de higiene provoca um maior afastamento em relação à sociedade.

Assim, pretendeu-se reforçar a importância dos cuidados a ter com a saúde e com a higiene para que apostem mais na higiene pessoal e das suas crianças, retirando-se desta forma de situações de rejeição.

II. Economia Doméstica

O sobreendividamento das famílias potenciado pelo aliciamento ao crédito bancário, pelo incentivo ao consumo através dos saldos, promoções e reduções de preços e o facto de vivermos numa sociedade consumista que promove a ideia de que a felicidade e realização pessoal passam pelo consumo de bens e serviços, tornam premente formar nesta área. Concomitantemente, a própria sociedade é geradora de situações desfavorecedoras que colocam a maioria das famílias em situações de carência económica, na medida em que não possuem capacidades organizativas da

economia doméstica. Sendo a “ordem do dia” apertar o cinto, como é possível que estas famílias mais desfavorecidas, com baixos rendimentos e poder de compra consigam sobreviver nesta sociedade!?

Através da formação sobre técnicas e estratégias para gerir os rendimentos, pretende-se colmatar estas carências e permitir que as famílias consigam superar o ciclo de pobreza no qual se encontram e incrementar a sua qualidade de vida.

III. Educação Parental

O crescimento de casos de indisciplina, delinquência e violência nas camadas mais jovens da sociedade, faz com que nos questionemos do porquê destas situações acontecerem. Não existindo causas identificadas e diferenciadoras destes fenómenos é certo que muitas destas situações acontecem pela inexistência de redes familiares contendoras. As crianças e jovens crescem cada vez mais sem suporte parental e os pais demonstram cada vez mais, uma capacidade diminuída de saber educar e formar os seus filhos. Acontece ainda, que muitos destes pais cresceram sem qualquer tipo de redes de suporte e com modelos parentais desadequados.

Formando no âmbito das capacidades parentais, pretendeu-se que adquirissem conhecimentos, mecanismos e instrumentos que lhes permitissem saber como gerir as diversas situações que ocorrem seio familiar, na área parental (muitas vezes situações de conflito e frustração) para que consigam que os seus filhos cresçam e se tornem adultos saudáveis.

É através desta estratégia que se conseguem quebrar os ciclos desestruturais e desorganizativos em que muitas famílias se encontram e que perpetuam estes sintomas geracionalmente. Segundo GOOGYEAR & RUBOVITS (1982), as famílias de rendimentos mais baixos raramente têm acesso a programas de educação parental, na medida em que estes programas são dirigidos a famílias de rendimentos mais elevados. Na perspectiva destes autores é relevante considerar a teoria da hierarquia de necessidades de Maslow para a definição das componentes dos programas. Segundo esta hierarquia encontram-se as necessidades fisiológicas (comida, abrigo) que são as mais básicas seguindo-se as de segurança, pertença, auto-estima e auto-conhecimento. Deste modo, um indivíduo tratará de satisfazer as necessidades no topo da pirâmide apenas quando as necessidades mais básicas se encontrarem satisfeitas. Portanto, famílias com baixo rendimentos estarão inicialmente mais predispostas a adquirir competências ao nível da componente de gestão familiar. Isto leva a que a componente conhecimento tenha que ser modificada na sua forma e nível de apresentação para que os pais tenham acesso a um formato mais simples e com uma linguagem o mais acessível possível.

Definidas as três grandes áreas nas quais se considerou pertinente intervir e actuar de forma a permitir a promoção de objectivos de mudança nas famílias procedeu-se à estruturação dos conteúdos/temáticas correspondentes a cada área definida e à respectiva estruturação das sessões.

Na organização dos conteúdos optou-se por colocar ênfase na componente de conhecimento e informação patente em todos os módulos definidos, com especial ênfase nas competências parentais. Também se colocou ênfase na componente de gestão familiar mediante a abordagem de conteúdos relacionados com a gestão e expressão dos afectos, com a gestão de conflitos, com a gestão da organização do tempo e organização de rotinas bem como com a gestão económica do lar. A componente interpessoal foi a que teve menos ênfase mas foi abordada transversalmente com a abordagem de conteúdos como a auto-estima e auto-conhecimento. Apesar de a formação se encontrar estruturada em torno de três grandes áreas, que respectivamente se subdividem em módulos, todos os conteúdos abordados foram contextualizados com temáticas da vida familiar, pois enquanto aplicado no âmbito da intervenção familiar, com incidência sobre os diversos aspectos do funcionamento familiar, torna-se difícil dissociar umas áreas das outras.

Organizaram-se catorze sessões divididas por oito módulos, implementadas durante os meses de Abril e Maio de 2009. Por motivos de disponibilidade da sala para realização de formação (tratava-se de uma sala polivalente utilizada para diversas actividades), as sessões não seguiram uma periodicidade específica tendo sido calendarizadas de acordo com essa disponibilidade (ANEXO V). Foram estruturadas para uma duração de duas horas e meia cada, no horário das 13h30 às 16h00, para um total de trinta e cinco horas do projecto de formação. Ressalve-se que as famílias seleccionadas para a formação não se encontravam inseridas em contexto de trabalho, como será explicado no capítulo seguinte.

De seguida descrevem-se os respectivos planos de cada uma das sessões do projecto de formação especificando os respectivos módulos, os seus conteúdos e objectivos. Como cada sessão teve presente dinamizadores diferentes, o início destas coincidiu com a apresentação dos respectivos dinamizadores.

▪ **1.ª Sessão:** a primeira sessão teve por objectivos proceder à apresentação do grupo. Procedeu-se ainda à apresentação do projecto de formação e os seus objectivos. Nesta primeira sessão abordou-se os módulos de higiene pessoal e higiene habitacional. Neste módulo foram desenvolvidos os conteúdos sobre higiene pessoal, higiene das crianças, higiene habitacional e sobre a importância do estabelecimento de rotinas e divisão de tarefas.

Os objectivos gerais desta sessão foram:

- Reconhecer a importância da higiene pessoal para uma vida saudável e sem riscos.
- Reconhecer a importância da higiene habitacional para o bom funcionamento e organização da habitação e da família.

Os objectivos específicos desta sessão foram:

- Identificar a importância de ter uma higiene pessoal e cuidada.
- Identificar os aspectos a ter em conta na higiene das crianças.

- Reconhecer os hábitos rotineiros para manter a habitação limpa e organizada.
- Elaborar uma rotina diária para a habitação envolvendo todos os elementos da família.
- Identificar as áreas mais problemáticas da casa em termos de segurança infantil e as estratégias para as tornar mais seguras.
- Identificar os produtos tóxicos que se manuseiam quotidianamente e saber aplicar as instruções de segurança.

Esta sessão foi dinamizada por duas técnicas de Política Social, respectivamente uma voluntária que colabora com a Conferência de São Vicente de Paulo de São Pedro de Penaferrim e a técnica da Junta de Freguesia de São Pedro de Penaferrim. Em termos de metodologia recorreu-se ao uso de técnicas audiovisuais, tendo sido elaborado para o efeito diapositivos explicativos dos conteúdos, que foram alternados com discussão e reflexão por parte dos participantes.

▪ **2.ª Sessão:** nesta sessão abordou-se o módulo sobre segurança. Neste módulo foram desenvolvidos os conteúdos sobre segurança em casa e na rua, com crianças e idosos.

O objectivo geral desta sessão foi:

- Reconhecer a importância da segurança para o bom funcionamento e organização da habitação e família.

Os objectivos específicos desta sessão foram:

- Identificar as áreas mais problemáticas da casa em termos de segurança infantil e as estratégias para as tornar mais seguras.
- Identificar produtos tóxicos que se manuseiam quotidianamente e saber aplicar as instruções de segurança.

Esta sessão foi dinamizada por uma técnica de Segurança da Escola Nacional de Bombeiros. Em termos de metodologia recorreu-se ao uso de técnicas audiovisuais, tendo sido elaborado pela dinamizadora da sessão, diapositivos explicativos dos conteúdos com forte incidência no recurso a imagens, que foram alternados com discussão e reflexão por parte dos participantes.

▪ **3.ª Sessão:** nesta sessão abordou-se o módulo sobre ambiente e reciclagem. Foram desenvolvidos conteúdos sobre a importância da prática da reciclagem, e como utilizar as técnicas para uma reciclagem eficaz.

O objectivo geral desta sessão foi:

- Sensibilizar para a prática da reciclagem, como forma de poupança.

Os objectivos específicos desta sessão foram:

- Reconhecer as formas de reciclagem.
- Saber aplicar estas técnicas em casa.

Esta sessão foi dinamizada por uma Educadora da Associação de Pais da Escola Básica do 1.º Ciclo do Linhó. Em termos de metodologia recorreu-se ao uso de técnicas activas, através de exercícios práticos. No final da sessão cada participante levou para casa um ecoponto, estratégia com o objectivo de estimular para a prática da reciclagem.

▪ **4.ª Sessão:** nesta sessão abordou-se o módulo sobre cuidados de saúde, onde se desenvolveu os conteúdos sobre planeamento familiar e doenças sexualmente transmissíveis, e comportamentos aditivos: alcoolismo e toxicodependência.

O objectivo geral para esta sessão foi:

- Reconhecer a importância dos cuidados de saúde para uma vida saudável e sem riscos.

Os objectivos específicos para esta sessão foram:

- Identificar comportamentos de risco em relação à saúde.
- Reconhecer direitos em relação à saúde.
- Identificar recursos em relação à saúde.

Esta sessão foi dinamizada por um Enfermeiro da Casa de Saúde do Telhal. Em termos de metodologia recorreu-se ao uso de técnicas audiovisuais, tendo sido elaborado pelo dinamizador da sessão, diapositivos explicativos dos conteúdos com forte incidência no recurso a imagens, que foram alternados com discussão e reflexão por parte dos participantes.

▪ **5.ª Sessão:** nesta sessão abordou-se o módulo sobre a alimentação e nutrição, onde foram abordados os conteúdos referentes à alimentação saudável, à alimentação adequada a cada elemento do agregado familiar e em relação à segurança e higiene alimentar.

O objectivo geral para esta sessão foi:

- Reconhecer a importância de uma alimentação saudável.

Os objectivos específicos para esta sessão foram:

- Identificar os alimentos saudáveis para a melhoria da saúde.
- Reconhecer a importância de haver uma alimentação diferenciada.
- Saber adequar a alimentação a cada membro da família.
- Aplicar as regras de higiene e segurança na confecção de alimentos.

- Reconhecer a importância de uma alimentação saudável.

Esta sessão foi dinamizada por uma Nutricionista do Centro de Saúde de Sintra. Em termos de metodologia recorreu-se ao uso de técnicas audiovisuais, tendo sido elaborado pela dinamizadora da sessão, diapositivos explicativos dos conteúdos com forte incidência no recurso a imagens, que foram alternados com discussão e reflexão por parte dos participantes.

Pretendeu-se complementar esta sessão com uma aula prática de cozinha, mas devido à falta de instalações e recursos tal não foi possível.

▪ **6.ª e 7.ª Sessões:** nestas sessões foi abordado o módulo sobre gestão económica do lar, onde foram desenvolvidos os conteúdos referentes ao orçamento familiar, ao endividamento e sobreendividamento, à identificação de despesas que podem ser reduzidas, a estratégias para poupar e reduzir a factura, às compras, à publicidade, e ao compromisso do agregado familiar para uma eficaz gestão da economia doméstica.

O objectivo geral destas sessões foi:

- Reconhecer a importância da economia doméstica na organização familiar.

Os objectivos específicos desta sessão foram:

- Identificar as componentes do orçamento familiar.
- Elaborar o orçamento familiar.
- Identificar as despesas que podem ser reduzidas.
- Aplicar estratégias para poupar e reduzir nas facturas.
- Elaborar uma lista de compras.
- Adaptar a lista de compras ao orçamento familiar.
- Aplicar estratégias para reduzir a factura do supermercado.

Esta sessão foi dinamizada por um Sociólogo e uma Jurista do Serviço Municipal de Informação ao Consumidor da Câmara Municipal de Sintra. Em termos de metodologia recorreu-se ao uso de técnicas audiovisuais, tendo sido elaborado pelos dinamizadores da sessão, diapositivos explicativos dos conteúdos, que foram alternados com discussão e reflexão por parte dos participantes. Recorreu-se também a exercícios práticos nomeadamente para trabalhar o orçamento familiar e as suas respectivas componentes (despesas, rendimentos e poupança). Neste módulo estava previsto a simulação de práticas em contexto real, nomeadamente uma ida às compras num supermercado, mas a inexistência das condições e recursos necessários ao desenvolvimento desta metodologia, impediram a realização da mesma.

▪ **8.ª Sessão:** nesta sessão abordou-se a primeira parte do módulo sobre competências pessoais e sociais, desenvolvendo-se os conteúdos sobre os direitos assertivos, ao saber ouvir e à escuta activa.

O objectivo geral desta sessão foi:

- Desenvolver competências pessoais e sociais.

Os objectivos específicos foram:

- Identificar os direitos assertivos.
- Aplicar estratégias para validarem esses direitos.
- Demonstrarem capacidade para saber ouvir.
- Aplicarem estratégias para desenvolverem a sua capacidade de saber ouvir.

Esta sessão foi dinamizada por duas técnicas de Política Social, respectivamente uma voluntária que colabora com a Conferência de São Vicente de Paulo de São Pedro de Penaferrim e a técnica da Junta de Freguesia de São Pedro de Penaferrim. Em termos de metodologia recorreu-se ao uso de técnicas audiovisuais, tendo sido elaborado para o efeito diapositivos explicativos dos conteúdos, que foram alternados com discussão e reflexão por parte dos participantes. Recorreu-se a um exercício prático para se trabalharem os direitos assertivos.

▪ **9.ª Sessão:** nesta sessão abordou-se a segunda parte do módulo sobre competências pessoais e sociais, desenvolvendo-se os conteúdos sobre a expressão de afectos e a gestão de conflitos.

O objectivo geral desta sessão foi:

- Desenvolver competências pessoais e sociais.

Os objectivos específicos foram:

- Expressão de afectos e sentimentos.
- Aplicar estratégias para resolução de conflitos.

Esta sessão foi dinamizada por duas técnicas de Política Social, respectivamente uma voluntária que colabora com a Conferência de São Vicente de Paulo de São Pedro de Penaferrim e a técnica da Junta de Freguesia de São Pedro de Penaferrim. Em termos de metodologia recorreu-se ao uso de técnicas audiovisuais, tendo sido elaborado para o efeito diapositivos explicativos dos conteúdos, que foram alternados com discussão e reflexão por parte dos participantes. Recorreu-se ainda ao role-playing para reflexão sobre a expressão de sentimentos e afectos.

▪ **10.ª Sessão:** nesta sessão abordou-se a primeira parte do módulo sobre competências parentais, onde se desenvolveu o conteúdo sobre o projecto de educação dos pais em relação aos seus filhos.

O objectivo geral desta sessão foi:

- Desenvolver competências parentais.

Os objectivos específicos foram:

- Identificar a importância da vinculação e afectos na relação pais/filhos.
- Promover relações de confiança pais/filhos.

Esta sessão foi dinamizada por uma Psicóloga do Movimento de Defesa da Vida. Em termos de metodologia recorreu-se ao uso de técnicas audiovisuais, com forte incidência ao recurso de imagens metafóricas, como forma de abordagem dos conteúdos. Pretendeu-se uma prática de discussão e reflexão por parte dos participantes.

▪ **11.ª Sessão:** nesta sessão abordou-se a segunda parte do módulo sobre competências parentais, onde se desenvolveu o conteúdo sobre a comunicação e expressão de sentimentos

O objectivo geral desta sessão foi:

- Desenvolver competências parentais.

Os objectivos específicos foram:

- Identificar a importância da comunicação na relação pais/filhos.
- Identificar e expressar sentimentos.

Esta sessão foi dinamizada por uma Psicóloga do Movimento de Defesa da Vida. Em termos de metodologia recorreu-se ao uso de técnicas audiovisuais, com forte incidência ao recurso de imagens metafóricas, como forma de abordagem dos conteúdos. Pretendeu-se uma prática de discussão e reflexão por parte dos participantes.

▪ **12.ª Sessão:** nesta sessão abordou-se a terceira parte do módulo sobre competências parentais, onde se desenvolveu o conteúdo sobre as etapas do desenvolvimento das crianças e adolescentes.

O objectivo geral desta sessão foi:

- Desenvolver competências parentais.

O objectivo específico foi:

- Identificar e reconhecer as etapas de desenvolvimento dos filhos e as diferentes necessidades dos filhos nessas etapas.

Esta sessão foi dinamizada por uma Psicóloga do Movimento de Defesa da Vida. Em termos de metodologia recorreu-se ao uso de técnicas audiovisuais, com forte incidência ao recurso de imagens metafóricas, como forma de abordagem dos conteúdos. Pretendeu-se uma prática de discussão e reflexão por parte dos participantes.

▪ **13.ª e 14.ª Sessões:** nesta sessão abordou-se a quarta e quinta parte do módulo sobre competências parentais, onde se desenvolveram os conteúdos sobre como lidar com situações difíceis e como educar para o optimismo e desenvolvimento emocional.

O objectivo geral destas sessões foi:

- Desenvolver competências parentais.

Os objectivos específicos foram:

- Aplicar as competências de recusa, auto-controlo e gestão emocional na relação pais/filhos e no geral do quotidiano familiar.
- Identificar a importância das redes contentoras no desenvolvimento integral dos filhos.
- Aplicar estratégias para promoção das redes contentoras familiares.

Estas sessões foram dinamizadas por uma Psicóloga do Movimento de Defesa da Vida. Em termos de metodologia recorreu-se ao uso de técnicas audiovisuais, com forte incidência ao recurso de imagens metafóricas, como forma de abordagem dos conteúdos. Pretendeu-se uma prática de discussão e reflexão por parte dos participantes. Nesta última sessão, efectuou-se ainda, a avaliação da formação em Gestão Familiar, através da aplicação de um questionário de avaliação.

Ao longo de todo o projecto de formação o uso de metodologia expositiva com recursos aos métodos audiovisuais foi uma constante, dando-se paralelamente enfoque à troca de experiências entre os participantes. Pretendeu-se, no geral, uma reflexão acerca das estratégias pessoais em contexto familiar utilizadas pelos participantes através dos conteúdos abordados, consciencializando-os sobre a forma como as práticas de funcionamento familiar que cada um pratica, podem influir, positivamente ou negativamente, no quotidiano das famílias. Apenas no módulo de Ambiente e Reciclagem se utilizou uma metodologia mais activa com o recurso a exercícios práticos como forma de reconhecimento sobre as práticas de reciclagem e como efectua-la. Quanto à documentação foram também distribuídos materiais de apoio sob a forma de resumo das sessões.

CAPÍTULO 3 - IMPLEMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO

De seguida descrevem-se os procedimentos realizados com vista à implementação do projecto de formação em Gestão Familiar designadamente a selecção dos participantes para a intervenção e a sua caracterização.

3.1. A SELECÇÃO DAS FAMÍLIAS PARTICIPANTES

Tendo a necessidade de fomentar as competências das famílias multiproblemáticas, em acompanhamento pelo Gabinete de Acção Social, surgido através da prática profissional, a selecção das famílias participantes para o projecto de Formação em Gestão Familiar, foi também efectuada através do conhecimento existente, resultante de todo o trabalho de acompanhamento técnico efectuado a estas famílias.

Desta experiência de trabalho concluiu-se que se verificava a existência de um certo número de famílias que se encontravam a usufruir de apoio social já continuado e que as mudanças verificadas no seio destas eram mínimas ou mesmo inexistentes, não permitindo a transposição do processo de disfuncionalidade. Este apoio social do qual as famílias usufruíam provinha dos serviços de Acção da Junta de Freguesia, ou através de outros serviços, como a Segurança Social, na maior parte das vezes em situação cumulativa, verificando-se concomitantemente que os apoios dados já se perpetuavam por vários anos.

Não se verificando vontade, e acima de tudo capacidade por parte destas famílias em iniciar e manter o seu processo de mudança, surgiu então como necessidade uma intervenção de tipologia diferenciada sobre estas famílias. As novas tipologias de intervenção: programas, incentivos, acordos, parcerias caracterizam-se por uma filosofia de activação que tem como objectivo fazer participar os utilizadores no próprio processo de integração. Esta filosofia é regulada por uma série de instrumentos que estabelecem as obrigações e responsabilidades dos utilizadores, prevendo ainda sanções para o seu não cumprimento (SOUSA ET AL., 2007)

Seguindo esta perspectiva, e também baseando-nos no conhecimento que detíamos destas famílias de nível sócio-económico carenciado, com muitas dificuldades em se motivarem e cumprirem com o estipulado, implementou-se a filosofia de activação, através de um instrumento de contratualização, assumido por um contrato-formação (ANEXO VI) onde se estabeleceram as obrigações e responsabilidades dos participantes no projecto de formação e respectivas sanções para o seu não cumprimento, prevendo-se também uma corresponsabilização entre técnico e famílias.

No âmbito da intervenção para a inserção contratualizar “refere um processo metodológico, com o objectivo de fazer comprometer direitos e deveres entre agentes (cidadãos, serviços, organismos), como forma de potenciar a corresponsabilização na tomada de decisão, nas estratégias adoptadas,

na definição de um percurso de inserção ajustado às necessidades reais do indivíduo” (GUIÃO OPERATIVO PARA O ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO SOCIAL, s/d).

A contratualização é vista como uma “forma de acesso à cidadania, a capacidade do indivíduo se responsabilizar pela realização de um projecto socioeconómico, através da participação e do exercício efectivo dos seus direitos e deveres. Implica necessariamente a formalização das obrigações definidas com o utente, que vê reconhecida a sua situação de cidadão, exercendo direitos e assumindo obrigações”. Subjacentes ao processo de contratualização encontram-se os princípios da autonomia, compromisso recíproco, confiança recíproca e aceitação, que podem capacitar processos de desenvolvimento pessoal, estimulando o utente para o exercício do direito de cidadania e participação (GUIÃO OPERATIVO PARA O ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO SOCIAL, s/d).

Assim, foram seleccionadas as famílias que há mais tempo usufruíam dos apoios sociais por parte da autarquia e de outros serviços, em maior risco e nas quais os processos de mudanças não se verificaram. As famílias seleccionadas para o projecto de formação foram num total de sete, sendo que duas foram eliminadas: uma por graves motivos de saúde e outra por mudança para outra Freguesia. Assim, restaram cinco famílias participantes no projecto de formação. As famílias foram informadas sobre os objectivos do projecto de formação e desde logo concordaram em participar. Contudo, a inserção no projecto de formação assumiu-se com contornos de alguma obrigatoriedade e compromisso, inserida num processo individual de intervenção social, sendo as famílias informadas que se não quisessem participar no projecto de formação, que os apoios que recebiam seriam reavaliados (contrato-formação).

Apesar de se ter tentado motivar ambos os membros do casal a participar no projecto de formação, apenas a mães foram inseridas na formação. Das cinco famílias participantes, apenas duas eram compostas por díades mãe-pai. As outras três constituíam-se de agregado monoparental feminino. Os pais por deterem actividades profissionais de âmbito informal, os denominados “biscates”, declinaram a sua participação, alegando falta de tempo. A sua participação seria uma mais-valia, enquanto processo da valorização do papel da figura parental masculina no desenvolvimento das suas crianças, o que deverá ser considerado em futuras intervenções. Geralmente são sempre as mulheres que se apresenta como elo de ligação no contacto com os serviços, mas há que contrariar esta tendência e responsabilizar também os elementos masculinos no seu processo de inserção (SOUSA, 2005).

Após o início do projecto de formação, uma das mães (agregado monoparental), abandonou a formação, por motivos de fuga de casa de uma das filhas menores, o que a colocou numa espiral de grande destruturação e maior desorganização, não conseguindo cumprir com o proposto na intervenção. Outra das mães (agregado monoparental), mudou-se para outra Freguesia após o final da formação. Por estes motivos, estas duas famílias não se encontram incluídas no estudo em causa.

Portanto, três famílias serão alvo do processo de caracterização e avaliação apresentados nos capítulos seguintes.

3.2. CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS PARTICIPANTES

Participaram no projecto de formação em Gestão Familiar, três famílias multiproblemáticas, que posteriormente se compuseram apenas de elementos femininos que frequentaram o projecto de formação.

A caracterização das famílias seleccionadas para o projecto de formação em Gestão Familiar corresponde a todos os elementos que compõem as famílias e será efectuada de acordo com as seguintes variáveis:

- Características descritivas das famílias: sexo, idade, estado civil, nível de escolaridade, número de filhos, situação perante o emprego (Quadro 1).
- Características relativas à habitação da família: regime de ocupação, ao valor da prestação ou renda e aos serviços básicos essenciais (Quadro 2).
- Características relativas aos rendimentos e apoios sociais existentes: proveniência dos rendimentos, apoios sociais de que usufruem (Quadro 3 e 3.1).
- Problemáticas evidenciadas pelas famílias.

Quadro 1: Características descritivas das famílias

FAMÍLIA A/Formanda 1											
Sexo		Idade				Nível de escolaridade					Número de Filhos
M	F	30- 34	35-39	40-44	45-49	Freq. 1.º Ciclo	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	3
-	1	-	1	-	-	-	-	1	-	-	
FAMÍLIA B/Formanda 2											
Sexo		Idade				Nível de escolaridade					Número de Filhos
M	F	30- 34	35-39	40-44	45-49	Freq. 1.º Ciclo	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	3
1	1	1 (F)	-	-	1 (M)	-	2	-	-	-	
FAMÍLIA C/Formanda 3											
Sexo		Idade				Nível de escolaridade					Número de Filhos
M	F	30- 34	35-39	40-44	45-49	Freq. 1.º Ciclo	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	2
1	1	1 (F)	1 (M)	-	-	-	-	-	1 (F)	1 (M)	

A família A é um agregado monoparental feminino. A progenitora tinha 36 anos à data da formação. A escolaridade é também baixa e ao nível do 2.º ciclo do ensino básico, com a frequência do 6.º ano de escolaridade, mas sem a sua conclusão. A progenitora tem três filhos, todos fruto de relações

anteriores e de progenitores diferentes, com idades compreendidas entre os quatro e os dezasseis anos.

A família B é composta por um agregado nuclear. A progenitora tinha 30 anos à data da formação e o progenitor 45 anos. Ambos têm baixo nível de escolaridade com apenas o 1.º ciclo do ensino básico, com conclusão do 4.º ano de escolaridade. O agregado tem três filhos, todos fruto desta relação, com idades compreendidas entre os três e os treze anos. Um dos filhos encontra-se à guarda da avó materna, não residindo com os progenitores.

A família C é também um agregado nuclear. A progenitora tinha 31 anos à data da formação e o progenitor 39 anos. O nível de escolaridade é já mais elevado comparativamente às outras famílias, a progenitora tem frequência do 3.º ciclo do ensino básico, ao nível do 8.º ano de escolaridade e o progenitor tem frequência do ensino secundário, no 10.º ano de escolaridade. O casal tem dois filhos, todos fruto da relação com idades compreendidas entre os dois e oito anos. Reside também com o casal a irmã de dezassete anos da progenitora.

Quadro 2: Características relativas à habitação

FAMÍLIA A/Formanda 1										
Regime de ocupação			Valor da prestação/renda				Serviços básicos essenciais			
própria	arrendada/ amortização	cedida	<200€	201-300€	301-400€	401-500€	água canalizada	rede de esgotos	gás	electricidade
-	X	-	-	-	X	-	X	X	X	X
FAMÍLIA B/Formanda 2										
Regime de ocupação			Valor da prestação/renda				Serviços básicos essenciais			
própria	arrendada/ amortização	cedida	<200€	201-300€	301-400€	401-500€	água canalizada	rede de esgotos	gás	electricidade
-	X	-	-	-	X	-	X	X	X	X
FAMÍLIA C/Formanda 3										
Regime de ocupação			Valor da prestação/renda				Serviços básicos essenciais			
própria	arrendada/ amortização	cedida	<200€	201-300€	301-400€	401-500€	água canalizada	rede de esgotos	gás	electricidade
-	X	-	-	-	-	X	X	X	X	X

No que diz respeito ao regime de ocupação, nenhuma das famílias possui habitação própria. Todas as famílias possuem habitação arrendada ou com amortização, das quais duas em regime de arrendamento e uma em regime de amortização. O valor médio da prestação com a habitação situa-se entre os 300 e 400 €, sendo apenas uma com prestação de valor superior situando-se acima dos 400€. Todas as habitações são servidas pelos serviços mínimos essenciais, nomeadamente água

canalizada, gás (destas apenas uma habitação tem gás canalizado, sendo que as outras duas são servidas por gás de botija), rede de esgotos e electricidade.

Quadro 3: Características relativas aos rendimentos

FAMÍLIA A/Formanda 1											
Sexo		Situação perante o emprego		Proveniência dos rendimentos					Rendimento disponível		
M	F	empregado	desempregado	salário mensal	trabalho temporário	biscates	rendimento social de inserção	abono de família	< 400€	400-600€	601-800€
-	1	-	1	-	-	X	X	X	X	-	-
FAMÍLIA B/Formanda 2											
Sexo		Situação perante o emprego		Proveniência dos rendimentos					Rendimento disponível		
M	F	empregado	desempregado	salário mensal	trabalho temporário	biscates	rendimento social de inserção	abono de família	< 400€	400-600€	601-800€
1	1	-	2	-	-	X	X	X	-	X	-
FAMÍLIA C/Formanda 3											
Sexo		Situação perante o emprego		Proveniência dos rendimentos					Rendimento disponível		
M	F	empregado	desempregado	salário mensal	trabalho temporário	biscates	rendimento social de inserção	abono de família	< 400€	400-600€	601-800€
1	1	-	2	-	-	X	X	X	X	-	-

Quadro 3.1: Tipologia de apoios sociais

FAMÍLIA A				
Sexo		Apoio sociais		
M	F	banco alimentar	donativo mensal	apoio económico pontual
-	1	X	X	X
FAMÍLIA 2				
Sexo		Apoio sociais		
M	F	banco alimentar	donativo mensal	apoio económico pontual
1	1	X	-	X
FAMÍLIA C				
Sexo		Apoio sociais		
M	F	banco alimentar	donativo mensal	apoio económico pontual
1	1	X	X	X

Todos os elementos que compõem as três famílias encontram-se desempregados o que os coloca em situação de pobreza, potenciada pela falta de recursos económicos. Dificilmente conseguem suportar todas as despesas do agregado, acentuando-se debilidades em algumas áreas,

nomeadamente no que se refere ao pagamento das rendas/amortização das habitações e dos serviços básicos essenciais.

Consequentemente, prevê-se que a proveniência de rendimentos tenha de ser feita através de apoios sociais por parte do estado, nomeadamente através do abono de família dos filhos e do rendimento social de inserção. Também ocorre a realização de algum trabalho de âmbito informal através de biscates, mas estes revestem-se de baixa frequência o que representa um aumento de rendimentos pouco significativo. O nível médio dos rendimentos das famílias situa-se nos 400€, o que é incompatível com as despesas que apresentam.

Na análise relativa aos apoios sociais, analisamos os apoios dados pela autarquia ou nela disponíveis através de outras instituições.

Assim, todas as famílias são beneficiárias de apoio alimentar, através do banco alimentar da Freguesia. A família A encontrava-se a usufruir de apoio alimentar há cerca de seis anos, a família B encontrava-se a usufruir de apoio alimentar há cerca de oito anos, e a família C encontrava-se a usufruir de apoio alimentar há cerca de um ano.

Paralelamente, é disponibilizado por uma das instituições que gerem o apoio alimentar a algumas famílias com maior carência económica, um donativo mensal no valor de €10, para fazer face à despesa com um bem essencial: o pão. Das famílias seleccionadas para o projecto de formação, duas famílias recebiam o referido apoio. A família B não o recebia, pois encontrava-se a receber apoio alimentar pela outra instituição que também gere o apoio alimentar e que não tem previsto este tipo de apoios.

Sempre que se verifique necessidade por parte das famílias, o pagamento de bens e serviços essenciais é também assegurado, mediante avaliação da situação do agregado e do valor a ser pago.

Todas as famílias já usufruíram deste tipo de apoio, algumas mais do que uma vez. Concomitantemente, e sempre que disponibilizado aos serviços da autarquia, são também assegurados às famílias outro tipo de bens essenciais que raramente se encontram no banco alimentar, como sejam produtos de higiene pessoal, produtos de limpeza, material escolar, roupas, sapatos, mobiliário, electrodomésticos.

Por serem famílias que há vários anos se encontram dependentes do apoio por parte do estado, ao nível de subsídios da Segurança Social e de outros apoios disponibilizados pela autarquia e outras instituições, é de salientar a necessidade de intervenção mais incisiva para que ocorra modificação nos comportamentos destas famílias e da sua grave situação socioeconómica, pois os serviços têm capacidade limitada e são solicitados por outros indivíduos, famílias e instituições da comunidade.

Paralelamente, a dificuldade de modificação dos esquemas parentais e da dinâmica familiar para que as mudanças surjam e as necessidades da infância sejam satisfeitas são também factores decisivos para uma intervenção mais incisiva sobre estas famílias. Ao longo do ciclo vital da família é esperado

que ocorram crises normativas e não normativas no funcionamento familiar, que podem ou não provocar crises que necessitam inevitavelmente que se verifiquem transformações no modelo relacional da família. A parentalidade é uma tarefa de desenvolvimento que pressupõe mudança e capacidade de adaptação. É influenciada por diversas determinantes, nomeadamente as experiências dos progenitores na sua própria família de origem, os seus recursos psicológicos (pais mais saudáveis psicologicamente, com auto-estima e capacidade de controle interno), o suporte social que têm e a satisfação da relação conjugal, que os levam a desempenhar esquemas parentais positivos ou deficientes. Quando os progenitores não conseguem desenvolver a sua parentalidade de forma coerente, ocorrem disfuncionalidades, que na maioria dos casos se verifica em comportamentos de mau trato físico, abandono físico ou negligência, atrasos no desenvolvimento, mau trato e/ou abandono emocional, abandono, abuso sexual, exploração laboral, corrupção e incapacidade (AGULHAS, 2008). Estes comportamentos ocorrem porque através de uma parentalidade disfuncional, as necessidades da infância não são satisfeitas, verificando-se maior incidência sobre a existência de factores de risco do que sobre factores de protecção.

As necessidades da infância que não são satisfeitas, e que podem incorrer nos comportamentos acima descritos são (AGULHAS, 2008):

- Necessidades de carácter físico-biológico: alimentação, temperatura, higiene, sono, actividade física: exercício e jogo, protecção de riscos reais, integridade física e saúde. Estas necessidades estão especialmente relacionadas com o mau trato físico (acção não accidental que provoca grave risco de dano físico) e abandono físico ou negligência (quando estas necessidades não são garantidas).

- Necessidades cognitivas: exploração física e social, compreensão da realidade física e social. Estas necessidades estão especialmente relacionadas com o abandono físico ou negligência (quando estas necessidades não são atendidas. Podem afectar a área educativa, tanto no âmbito familiar como no escolar sendo uma resposta inadequada a estas necessidades) e atraso no desenvolvimento não orgânico, ou seja que é evitável (quando relacionadas com acções familiares e do sistema escolar é também uma forma de mau trato).

- Necessidades emocionais e sociais: segurança emocional, rede de relações sociais, participação e autonomia progressivas, com o ambiente físico e social, interacção lúdica, curiosidade, imitação e contacto ao nível da sexualidade. Estas necessidades estão especialmente relacionadas com o mau trato emocional (hostilidade verbal crónica, ameaça de abandono, bloqueio de iniciativas de interacção infantil, rejeição, isolamento, produção de medos); abandono emocional (falta de disponibilidade, acessibilidade, resposta a pedidos ou indiferença); abandono (não cumprimento das obrigações familiares, deixando a criança em algum lugar, durante um tempo que implica grave risco, ou para sempre); abuso sexual (conduta sexual com um menor servindo-se de algum tipo de assimetria: de idade, poder, força física, capacidade de ameaça, etc); exploração laboral (envolver a criança em trabalhos impróprios para crianças); corrupção (quando um adulto implica uma criança em

actividades anti-sociais); incapacidade (dos pais ou tutores em controlar o comportamento da criança).

Descrevem-se de seguida as principais problemáticas evidenciadas pelas famílias ao longo do acompanhamento e intervenções efectuadas.

A **família A** apresentava características graves de incapacidade no desempenho das suas competências. Desde logo, é uma família que assume uma das configurações típicas das famílias multiproblemáticas – a da mulher só. A principal problemática surge com o deterioramento das funções parentais fracamente assumidas pela progenitora, que se repercutem na expressão de comportamentos de delinquência dos dois filhos mais velhos. As necessidades que não são satisfeitas são as que se relacionam com as necessidades emocionais e sociais.

Desde logo a segurança emocional dos menores não se encontrava assegurada, verificando-se, por parte da progenitora, incoerência nas respostas a pedidos dos menores e falta de capacidade de controlo destes. Ao nível da rede de relações sociais, dos menores, existiam companheiros que multiplicavam as situações de risco. A não satisfação destas necessidades demonstrava-se através da ocorrência de situações de furto, vandalismo e de comportamentos disruptivos na escola por parte dos menores, onde muitas vezes faltavam às aulas e também de ameaças para com a mãe.

Tais comportamentos eram ainda reforçados pelo pouco acompanhamento e competência parental da progenitora, que apresentava dificuldades na gestão dos limites e autoridade, demonstrando perdas de controlo frequente e incoerência no seu comportamento, portanto não satisfazendo as necessidades de relacionamento com o ambiente físico e social. Grande parte do tempo os filhos ficam ao cuidado da avó materna, que tenta assumir os papéis de autoridade, mas com grandes dificuldades. A situação agravava-se pela não satisfação das necessidades ao nível da rede de relações sociais por parte da progenitora, não se verificando uma continuidade nas relações. Desde logo, através de relações com diversos companheiros e na ausência da figura parental masculina, com a progenitora a proibir quaisquer contactos entre os filhos e os respectivos pais, provocando revoltas interiores e problemas emocionais nos menores.

A situação foi sinalizada, pela própria progenitora, à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, pela incapacidade em conseguir controlar a situação, mas pelo incumprimento do estabelecido no acordo de promoção e protecção, o processo transitou para Tribunal de Família e Menores, sendo acompanhado pela Equipa de Crianças e Jovens da Segurança Social.

O comportamento do filho mais velho foi interrompido através da sua inclusão nos Bombeiros da Freguesia que através da sua missão e com o seu modelo de hierarquia e regras acentuadas conseguiram incutir no jovem uma formação pessoal adequada. Não tem qualquer contacto com o pai pois desconhece-se o seu paradeiro. O filho do meio continua a demonstrar comportamentos desadequados na escola e não frequenta as aulas, tendo já sido transferido de diversas escolas. O menor começou a ter contacto com o pai, numa tentativa de resolução dos conflitos interiores e emocionais mas sem grandes resultados. A filha mais nova foi integrada em equipamento escolar

numa tentativa de colmatar as experiências vividas pelo contacto com os comportamentos dos irmãos, mas demonstra absentismo escolar, provocado pela progenitora, que não a vai levar ao equipamento. Mantém contacto frequente com o pai pois este divide a guarda com a mãe.

Não se verificava qualquer negligência em relação à saúde e higiene dos filhos, mas é um agregado com grave carência económica, pois a progenitora encontra-se desempregada. Os únicos rendimentos provinham do rendimento social de inserção (entretanto já cessado por não comparência em entrevista de avaliação), do abono de família dos filhos e de alguns biscates que fazia, mas que são insuficientes para as despesas do agregado. A progenitora tinha muitas dificuldades em organizar-se e em cumprir com o estabelecido nos programas de inserção. Foi por diversas vezes encaminhada para inserção em emprego, mas nunca se manteve no mesmo emprego por mais de um ou dois meses. Consequentemente tinha muitas dificuldades em conseguir suportar o pagamento das despesas, nomeadamente da renda da casa, que se encontrava em atraso, e por algumas vezes também no pagamento dos serviços básicos essenciais. A família foi apoiada com banco alimentar, recebe um donativo mensal de € 10 para suportar despesa com o pão e recebe, sempre que se justifique, apoios económicos pontuais para pagamentos de bens e serviços em atraso; foi também apoiada com material escolar para os filhos.

A **família B** apresentava características evidentes de grave incapacidade no desempenho das suas competências. É uma família que manifestava, desde logo, dificuldades na realização das suas tarefas de desenvolvimento, com as funções parentais deterioradas, com incidência na função protectora. Demonstrava comportamentos negligentes graves em relação aos seus filhos, desde logo com as necessidades de carácter físico-biológico a não serem satisfeitas, principalmente as necessidades de higiene e saúde. Ao nível da higiene surgiam problemas com a higiene corporal dos filhos assim como problemas relacionados com a higiene da habitação. Verificava-se também problemas de higiene do meio ambiente com a infestação de parasitas (pulgas) na habitação. As problemáticas com a higiene tinham repercussões directas ao nível da saúde e integração escolar dos filhos. Ao nível da saúde não eram cumpridas as consultas de saúde e plano de vacinação.

Também ocorria negligência com as necessidades cognitivas dos menores, com incidência sobre a falta de estimulação linguística e falta de interacção lúdica na família, provocando uma “pobreza” ao nível dos estímulos e interacções. Verificava-se a ausência de brinquedos e objectos de estímulo aos menores. Os progenitores demitiam-se das suas responsabilidades, nunca comparecendo na escola quando eram chamados.

Nesta família, o pai assumia um papel secundário, demitindo-se das suas responsabilidades – figura do pai periférico, uma das configurações típicas assumidas pelas famílias multiproblemáticas – remetendo-as para a mãe, que também devido à sua fraca capacidade de corresponder aos papéis e tarefas parentais não as cumpre. Particularmente, as funções parentais eram assumidas pela avó

paterna, que já tem a seu cargo a filha mais velha do casal, e que apoia paralelamente os outros dois menores.

Foram feitas diversas intervenções pelos serviços para melhoramento da situação e tentativa de corte dos comportamentos negligentes, mas os sucessos foram mínimos, tendo a situação voltado sempre ao que inicialmente se registou, quando a intervenção assume acompanhamentos mais espaçados no tempo. De entre estas intervenções salientam-se três desinfestações à habitação e respectiva limpeza, fornecimento de diversos produtos para limpeza da habitação, higiene pessoal e higiene da roupa, material para pintura da habitação, diligências efectuadas com o centro de saúde para cumprimento das consultas, diligências e contactos directos e frequentes efectuados com a escola para acompanhamento da situação escolar dos menores e também da problemática da higiene, inserção dos menores em contexto escolar (creche para o mais novo) e em actividades de tempos livres (ATL para o mais velho).

Paralelamente trata-se de uma família com grave carência económica. Ambos os elementos do casal encontravam-se desempregados e ambos têm baixa escolaridade que se alia a uma grave iliteracia, o que dificulta a sua inserção no mercado de trabalho. Os rendimentos do agregado provinham dos abonos de família dos filhos, do rendimento social de inserção, e de alguns biscates que o progenitor ia fazendo mas que eram insuficientes para fazer face a todas as despesas do agregado, havendo dificuldades em conseguir manter os serviços básicos essenciais, que por vezes não eram assegurados por insuficiência económica para o seu pagamento. A família foi apoiada com banco alimentar e recebia, sempre que se justificasse, apoios económicos pontuais para pagamentos de bens e serviços em atraso; foi também apoiada com material escolar para os filhos, bem como com material para limpeza e higiene.

Pela extrema negligência e debilidade demonstradas por estes pais, a família foi sinalizada à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, mas pelo incumprimento do acordo de promoção e protecção, o processo transitou para Tribunal de Famílias e Jovens, sendo actualmente acompanhada pela Equipa de Crianças e Jovens da Segurança Social.

A **família C** também evidenciava algumas problemáticas em termos de desempenho das suas competências. Contudo, por se tratar de um agregado de naturalidade angolana, existiam algumas condicionantes culturais. Existiu a problemática de violência doméstica entre o casal, que entretanto foi ultrapassada cessando os abusos. Não se verificavam problemáticas de negligência ao nível das necessidades físico-biológico: higiene e saúde dos menores, bem como ao nível da habitação, nem quaisquer problemáticas relacionadas com o comportamento e inserção escolar dos menores. Todos se encontravam a frequentar estabelecimento de ensino, inclusivamente os progenitores, o que revelava algum esforço para aumento das suas competências escolares e profissionais, actuando como um factor de protecção.

As principais problemáticas denotavam-se ao nível do funcionamento da dinâmica familiar, com limites muito permeáveis e pouco definidos, com dificuldades no estabelecimento de rotinas e divisão de tarefas. Verificavam-se deste modo, dificuldades na assumpção das necessidades emocionais e sociais relacionadas com o ambiente físico e social, com incoerência na relação e no comportamento dos progenitores. O progenitor recusava-se a desempenhar quaisquer tipos de tarefas domésticas, pois de acordo com a sua cultura são as mulheres quem as deviam desempenhar, remetendo-as para a progenitora, que por sua vez também se recusava a desempenhá-las causando rupturas no funcionamento da família e na relação entre os progenitores, com as funções da família a serem realizadas de forma insatisfatória. Quem assumia a maioria das tarefas domésticas era a irmã de dezassete anos da progenitora.

Para além destas o progenitor também se demitia de quaisquer responsabilidades parentais, sendo a progenitora quem assumia os cuidados de higiene e saúde dos filhos, quem os levava às consultas e à escola, bem como todas as outras tarefas que normalmente estão subjacentes à parentalidade. Verificava-se assim a existência do pai periférico, uma das configurações típicas das famílias multiproblemáticas. Outra das principais dificuldades desta família prendia-se com a gestão económica. Habitados a ter uma situação económica equilibrada e relativamente desafogada, com o desemprego dos dois progenitores e o pouco rendimento disponível para fazer face a todas as despesas do agregado, que provinham essencialmente através dos abonos de família dos filhos, do rendimento social de inserção e de alguns biscates que o progenitor ia fazendo, verificavam-se ambivalências na gestão económica e na selecção dos bens necessários para o agregado.

Isto significava que, facilmente, remetiam o pouco dinheiro que tinham para gastos supérfluos, em vez de serem canalizados para o pagamento das dívidas que tinham em atraso e que se prendiam com o pagamento da amortização da casa e pagamento do jardim-de-infância. Logo, tinham também grandes dificuldades em cortar nos bens menos essenciais, como a internet e a TV cabo por exemplo, como estratégia delineada para o equilíbrio das finanças familiares.

A família foi apoiada com banco alimentar, recebendo um donativo mensal de € 10 para suportar despesa com o pão e recebendo, sempre que se justificasse, apoios económicos pontuais para pagamentos de bens e serviços em atraso; como aconteceu para o pagamento de mensalidade do jardim-de-infância.

Desta experiência de trabalho concluiu-se ainda que as famílias seleccionadas para a intervenção programada através da formação em Gestão Familiar evidenciavam as seguintes características em comum:

- Ausência de modelos familiares, que levam a práticas educativas inconsistentes.
- Ausência de modelos familiares e experiências positivas que levam à desorganização pessoal e familiar.
- Baixa auto-estima e desmotivação que as incapacitam para tentarem alterar a sua situação de vida.

- Incapacidade ou dificuldade de comunicação e expressão de sentimentos.
- Maior grau de envolvimento das mulheres do que dos homens nos processos educativos dos seus filhos e na resolução das problemáticas familiares, o que as incapacitam de conseguirem construir um projecto de vida conjunto.
- Dificuldades em gerir o orçamento familiar.
- Atitudes pessimistas, que as impossibilitam de construir um percurso de vida mais positivo.

As famílias de baixos rendimentos estão mais predispostas à ocorrência das características acima descritas, potenciando que as suas crianças tenham deficientes níveis de socialização, com maior exposição a modelos parentais autoritários, a violência, a situações familiares de maior stresse, baixa vinculação por parte dos progenitores e falta de estimulação cognitiva em casa (DODGE, PETTIT & BATES, 1994).

São famílias que se encontram mergulhadas em processos de pobreza, logo privadas da satisfação das suas necessidades por falta de recursos, e de exclusão social, não sendo auto-suficientes. Esta auto-suficiência não é assegurada porque estas famílias encontram-se excluídas ou com maior dificuldade no acesso a sistemas geradores de rendimentos. A baixa escolaridade e formação profissional que possuem remetem-nas para um limiar onde dificilmente poderão ser profissionalmente inseridas. Assim, têm também dificuldade em aceder aos serviços e bens essenciais. Esta situação é potencialmente mais desfavorecedora para o agregado monoparental, com maiores dificuldades de articulação entre os encargos domésticos, familiares e profissionais.

Todas estas famílias recorreram ao apoio do Gabinete de Acção Social da Junta de Freguesia de São Pedro de Penaferrim, porque pelos baixos rendimentos que possuem mais dificilmente têm capacidade para assegurar os bens essenciais relacionados com a alimentação, sendo atribuído o apoio alimentar. Posteriormente, também todas já usufruíram de apoios pontuais para pagamentos de facturas em atraso de bens e serviços essenciais, bem como de apoio em outros géneros.

São famílias com maiores fragilidades e debilidades, logo mais vulneráveis ao desenvolvimento de comportamentos desajustados, perante os diversos factores de risco em presença nas suas vidas, desenvolvendo assim uma multiplicidade de problemas, com grande incidência para a desorganização e desestruturação familiar. Perante tal cenário, são grandes consumidoras de serviços sociais, essencialmente sob a forma de apoios económicos, denotando-se uma relação crónica de dependência, pois já se encontram a usufruir de apoios há diversos anos.

CAPÍTULO 4 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA FORMAÇÃO

4.1. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA AVALIAÇÃO

Em consonância com a perspectiva de CARMO (1995), pretendeu-se considerar a avaliação como parte integrante do projecto de formação, ou seja como uma componente do projecto, entendendo-se assim a avaliação como um processo contínuo e não apenas como um momento final e estanque. Portanto, no presente trabalho, pretendeu-se proceder à avaliação enquanto dois momentos distintos, a avaliação das mudanças operadas nas formandas e no seio das suas famílias e a avaliação global do projecto de formação (utilizando os instrumentos já descritos no capítulo referente aos procedimentos metodológicos), envolvendo-se assim as componentes de objectivos, conteúdos e métodos descritos anteriormente no capítulo referente à construção da formação em Gestão Familiar.

A avaliação nos projectos de intervenção social tem o objectivo da aprendizagem através da experiência adquirida pelas acções já desencadeadas ou realizadas, e integração destes conhecimentos adquiridos nas acções futuras que se pretende desenvolver, conseguindo-se desta forma otimizar as intervenções sociais (MONTEIRO, 1996).

Portanto, neste capítulo procederemos à avaliação dos resultados obtidos, onde se pretende emitir um conjunto de conclusões e reflexões acerca da acção realizada, que permitam aferir e concluir sobre o sucesso do projecto, e paralelamente que permitam também a avaliação dos aspectos a manter em continuidade e de outros a serem alterados em contexto de intervenções futuras.

Segundo AGUILLAR & ANDER-EGG, a avaliação é um procedimento que deve contemplar “estabelecer o grau de pertinência, idoneidade, eficácia e eficiência do programa em causa; determinar as razões dos êxitos e fracasso; facilitar os processos de decisão com vista a melhorar e/ou modificar o programa; recensear outras consequências ou efeitos imprevistos” (cit por MONTEIRO, 1996:139).

A avaliação entende-se como um processo de reflexão que permite explicar e avaliar os resultados das acções realizadas. Permite reconhecer os erros e os sucessos da nossa prática, a fim de os corrigir no futuro (SERRANO, 2008).

“A avaliação não deve ser um fim em si mesmo, mas sim um meio para melhorar sistematicamente o processo sociocultural e para se fazer um uso mais adequado dos recursos disponíveis, materiais e de pessoas (*accountability*) e para alterar, se necessário, o decorrer da acção” (SERRANO, 2008:81).

4.2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como referido anteriormente a avaliação dos resultados far-se-á em dois momentos distintos, como método mais sistemático, mas orientada para a avaliação global de todas as componentes integrantes do projecto de formação (objectivos, conteúdos e método).

Deste modo, optamos por iniciar esta parte do trabalho com a descrição dos resultados obtidos com os instrumentos que facultaram o aferir sobre as mudanças ocorridas nas formandas e no seio das suas famílias alvo desta intervenção. A activação de competências tem demonstrado ser um importante instrumento de intervenção, junto das famílias multiproblemáticas, disfuncionais e/ou desorganizadas. Com este objectivo, em contexto de formação, propusemo-nos a desenvolver as competências dos formandos nas dimensões: cognitiva, sócio-afectiva e psicomotora. Para tal, utilizaram-se métodos e técnicas diferentes mas complementares que requerem que sejam medidos e avaliados em termos de eficácia e eficiência. De seguida far-se-á a apresentação dos resultados obtidos com a aplicação da entrevista e posteriormente os resultados obtidos com o questionário para avaliação global do projecto de formação, que permitiram também obter dados quanto às mudanças ocorridas nas formandas e suas famílias e relativamente à sua percepção do que foi a formação e respectiva avaliação.

Com esta avaliação tentou-se aferir quais os efeitos que se fizeram sentir em termos de evolução de competências bem como se parte dos objectivos foram atingidos. Logo, para avaliar as competências das formandas no decorrer da formação, foram utilizados questionários para se obter uma rápida visão das dificuldades quanto às suas competências. O primeiro questionário foi aplicado pré e pós formação com o objectivo de poder observar-se o perfil sócio-psicológico de cada pessoa, identificando-se quais os cuidados tidos ao nível da saúde física e mental, ao nível da habitação, os hábitos de higiene e nutrição praticados, ao nível da gestão económica, (rendimentos, despesas, dívidas) e por último o nível geral de competências pessoais e sociais. Posteriormente, aplicou-se um segundo questionário, também em contexto de pré e pós formação, com o intuito de se avaliar o nível geral de competências sociais de cada pessoa. Este segundo questionário assenta na *Escala Multidimensional de Expressão Social – parte motora e cognitiva* (EMES-M/EMES-C), do autor CABALLO (2000).

A observação participante será cruzada com os resultados obtidos com a aplicação dos instrumentos acima descritos, pois revelou-se fundamental para o apuramento de resultados relativamente a comportamentos, emoções e participação demonstrados pelas formandas. A observação participante decorre da observação efectuada em contexto de formação e também do acompanhamento psico-social efectuada às formandas e respectivas famílias.

Avaliação de resultados – Formanda 1

Através da aplicação do questionário formação em gestão familiar, e procedendo a uma avaliação qualitativa, foi possível aferir que, a formanda 1, revelou possuir bons cuidados ao **nível da saúde física**. Tais resultados foram confirmados através da observação e acompanhamento psico-social feito a esta formanda. Contudo foi possível verificar que os cuidados de saúde ao nível pessoal são mais negligenciados assim como os do companheiro, comparativamente com os cuidados de saúde com os filhos que nunca o são.

As entrevistas permitiram também obter uma interessante observação de que existe uma consciência da formanda sobre estes aspectos da sua vida:

“Não houve mudanças comigo, fico sempre para trás. Em relação a eles (filhos) também não mudei muita coisa após a formação porque já fazia as coisas, sempre fui cuidadosa com a saúde dos meus filhos.”

“Estou muito tempo sem ir a consultas, por exemplo já não faço exames desde que a V (6 anos) nasceu, fiz as revisões do parto, mas depois disso fui lá para colocar o implante e não fiz mais nada, apesar de me preocupar, pois sei que não me preocupo comigo, sou relaxada comigo.”

No que respeita à **saúde mental**, evidenciou sentir-se cansada, com vontade de chorar, o que de acordo com a formanda acontece apenas às vezes, não se considerando uma pessoa feliz, revelando fragilidade emocional. Estas dificuldades mantêm-se na avaliação pós formação.

“Sinto-me em baixo, é o deixa andar, não tenho forças para sozinha conseguir tudo e dou mais atenção aos meus filhos que a mim.”

Quanto às questões relativas à **habitação**, permitiram-nos avaliar que possuía os bens e recursos mínimos, (água, luz, gás, frigorífico, fogão, casa de banho e áreas de dormir separadas para adultos e crianças). Em termos dos cuidados com a **habitação** evidenciou um grande equilíbrio. Isto é passível de ser confirmado pela observação e acompanhamento psico-social efectuados. Aliás reforce-se que este agregado e esta progenitora nunca foram referenciados por questões relativas a negligência com higiene e cuidados de saúde, como anteriormente descrito. Indicou que mantém cuidados com a higiene habitacional e pessoal. Isto é notório também através de observação directa, pois apresentou-se sempre com um visual cuidado, limpo e organizado, assim como os seus filhos. A saúde física, higiene pessoal e habitacional e organização habitacional assumem-se como factores protectores nesta família.

Relativamente à capacidade de **gestão económica** revelou alguma estabilidade, admitindo ter apenas algumas dívidas em atraso. A cliente encontrava-se desempregada e sem qualquer rendimento. Esta situação mantém-se na avaliação pós formação, com maior evidência para uma dificuldade acrescida em controlar as dívidas, pois se anteriormente contava com a ajuda financeira de sua mãe, tal situação já não se verifica pois esta também se encontra com graves dificuldades económicas, não tendo qualquer possibilidade de amparar financeiramente a filha.

“Ganhei novas capacidades, mas não consigo gerir derivado a ter poucos rendimentos.”

Segundo as suas respostas, as **competências pessoais e sociais** apareceram como baixas, afirmando ter sempre medo de expressar a sua opinião, de julgar sempre ter menos valor que os outros. Tal situação verifica-se invertida em avaliação após formação, com reforço das suas competências sociais e pessoais, demonstrando não ter dificuldades em expressar opiniões e sentimentos. No que respeita às **competências parentais** evidenciou práticas parentais

desadequadas, revelando algumas dificuldades em dizer “não” aos filhos. Demonstrou também algumas dificuldades com conseguir manter as regras e limites estabelecidos, bem como os castigos aplicados. Revelou incongruências, especialmente dado que, por um lado, assumia não ser violenta com os filhos e que estes não têm medo de “apanhar”, mas por outro indicando que o seu filho ficava magoado fisicamente quando batia nele. Efectivamente esta é a dimensão onde a formanda tem maiores dificuldades. Não consegue assumir o seu papel de mãe com assertividade, repercutindo-se estas fragilidades na dinâmica familiar, mesmo após a formação.

“Gosto muito deles (filhos) e sou incapaz de aplicar as regras e como estou sozinha mais difícil é, se calhar se houvesse apoio masculino em casa já não me era tão difícil.”

“A parte de castigar, de ser incapaz de dizer não a certas coisas. Também não os deixo fazer tudo tudo, mas por exemplo, se ele faz alguma coisa errada ou eu estipulo uma hora e ele não vem aquela hora, depois no dia seguinte digo que já não fazes isso, ele começa a insistir e a insistir e eu acabo por deixar fazer, é essa parte que eu sou incapaz de cumprir.”

Quadro 4: Análise Comparativa EMES-M/EMES-C

Parte Motora M – Quanto MAIOR a pontuação, MAIOR a competência

Formandos	Pré Formação	Pós Formação	Observações
Formanda 1	109	142	Progrediu

Parte Cognitiva C – Quanto MENOR for a pontuação, MAIOR a competência

Formandos	Pré Formação	Pós Formação	Observações
Formanda 2	98	79	Progrediu

Quadro 4.1: Cotação da Escala Multidimensional de Expressão Social – Parte Motora (EMES-M)

FORMANDA 1	Pré formação	Pós formação
	Cotação	Cotação
Iniciação de interações	14	18
Falar em público/enfrentar superiores	26	30
Defesa dos direitos do consumidor	12	8
Expressão de desagrado, aborrecimento, zanga	10	16
Expressão de sentimentos positivos ao sexo oposto	16	13
Expressão de incómodo e cólera aos familiares	7	12
Recusa de pedidos provenientes do sexo oposto	10	10
Aceitação de pedidos	5	7
Tomar iniciativa nas relações com o sexo oposto	7	8
Fazer elogios	7	10
Preocupação pelos sentimentos dos outros	0	6
Expressão de ternura aos pais	4	4
Total	109	142

Análise de Conteúdo:

Esta formanda progrediu bastante no que respeita às competências sociais – parte motora. Pela observação da cotação do questionário, verificou-se que inicialmente obteve uma cotação de 109. Após a efectivação da formação a formanda conseguiu aumentar mais 33 valores na parte comportamental/motora, apresentando no final uma cotação de 142.

Da aplicação do questionário em contexto de pré formação verificou-se que:

Ao nível do factor de **iniciação de interações** demonstrou mais dificuldades ao nível de relacionamento interpessoal com elementos do sexo oposto. Isto é notório também através da história de vida da formanda, que já teve vários relacionamentos do sexo oposto (3 companheiros, dos quais teve 3 filhos), estando com um novo companheiro, mas demonstrando já algumas dificuldades em conseguir manter a relação e ultrapassar as vicissitudes próprias da relação com o companheiro e sua família. Apesar de ter revelado, durante a formação, algumas dificuldades em iniciar conversa e partilhar com as outras formandas, isto apenas se verificou enquanto não conseguiu obter alguma confiança por parte do grupo. Relativamente ao factor **falar em público/enfrentar superiores** demonstrou poucas dificuldades em falar em público e em manifestar as suas opiniões quando sente que é necessário. Revelou sérias dificuldades em conseguir demonstrar as suas opiniões e defender os seus direitos quando se trata de superiores ou quando considera que essas pessoas são superiores a si. Quanto ao factor **defesa dos direitos do consumidor**, revelou algumas fragilidades, mas não muito significativas. Ao nível do factor de **expressão de desagrado, aborrecimento e zanga**, demonstrou algumas dificuldades em conseguir expressar tais sentimentos quando se trata de amigos. Quanto ao factor de expressão **de sentimentos positivos ao sexo oposto**, revelou algumas fragilidades relativamente à comunicação de sentimentos, sendo que o maior problema de dificuldades residia ao nível de demonstração de afectos. Quanto ao factor **expressão de incómodo e cólera aos familiares** demonstrou muitas dificuldades em conseguir expressar os seus sentimentos relativamente à família, pelo medo de ocorrer rejeição. Ao nível do factor de **recusa de pedidos provenientes do sexo oposto** revelou que não consegue recusar pedidos do sexo oposto. Quanto à **aceitação de pedidos** revelou grandes fragilidades quanto a este item, com grandes dificuldades em conseguir recusar pedidos de outros. Isto demonstrava uma auto-estima baixa. Em relação ao factor de **tomada de iniciativa nas relações com o sexo oposto** demonstrou que tem algumas dificuldades em tomar a iniciativa com membros do sexo oposto. Quanto ao factor **fazer elogios** não evidenciou grandes dificuldades. Relativamente ao factor de **preocupação pelos sentimentos dos outros** revelou não se preocupar muito com os outros em termos de sentimentos. Aliás isto foi possível de verificar ao longo da formação e em termos de interacção entre formandas. Contudo, isto não se verificou relativamente aos membros familiares, pois quando cruzado com o factor expressão de incómodo e de cólera aos familiares revela que não o faz relativamente aos membros familiares por medo de rejeição. Ao nível do factor de **expressão de ternura aos pais**, revelou demonstrá-los frequentemente. Foi possível verificar durante a formação, os elogios que fazia a sua mãe, por ser o seu ponto de apoio e a ter ajudado ao longo do seu percurso de vida.

Esta formanda apesar de ter revelado algumas competências relativamente ao relacionamento interpessoal e cognitivo, demonstrou muitas dificuldades em termos de assertividade, auto-estima e de assegurar os seus direitos. No que respeita ao nível da parte motora, a formanda necessita de trabalhar algumas das competências nomeadamente ao nível das interações com o sexo oposto e com superiores e também com a comunicação e demonstração de sentimentos para com a família. Isto demonstrou fragilidade emocional e social da formanda, na medida em que muitas vezes não exerce os seus direitos com medo de rejeição.

Analisando-se os resultados pós formação verificou-se um aumento geral nas competências e comportamentos da formanda. Neste sentido, a formanda melhorou a iniciação de interações, o falar em público e enfrentar superiores, a expressão de sentimentos de desagrado, aborrecimento e zanga, a expressão de incómodo e cólera aos familiares, a aceitação de pedidos, o tomar a iniciativa com o sexo oposto, o fazer elogios, a preocupação pelos sentimentos dos outros. Ficaram por melhorar os factores de defesa dos direitos do consumidor e a expressão de sentimentos positivos ao sexo oposto. Denotou-se assim um incremento da sua auto-estima e assertividade, bem como da capacidade comunicacional e de relacionamento com os outros, sendo que em relação ao sexo oposto tal não se verificou.

Quadro 4.2: Cotação da Escala Multidimensional de Expressão Social – Parte Cognitiva (EMES-C)

FORMANDA 1	Pré-Formação	Pós formação
	Cotação	Cotação
Temor a expressão de falar em público e com superiores	26	27
Temor a desaprovação dos outros ao expressar sentimentos negativos e ao recusar pedidos	9	5
Temor a fazer e receber pedidos	6	8
Temor a fazer e receber elogios	11	6
Preocupação pela expressão de sentimentos positivos e iniciação de interações com o sexo oposto	6	5
Temor à avaliação negativa dos outros ao manifestar condutas negativas	6	0
Medo de um comportamento negativo, por parte dos outros, ao expressar condutas positivas	9	7
Preocupação por aquilo que pensam os outros, quando se expressam sentimentos	6	6
Preocupação pela impressão causada aos outros	5	6
Medo de expressar sentimentos positivos	7	5
Medo de defender os direitos	2	0
Insegurança nas próprias capacidades	5	4
Total	98	79

Análise de Conteúdo:

Relativamente à parte cognitiva a formanda apresentava uma cotação de 98 no questionário pré-formação, conseguindo na fase pós formação diminuir 19 valores, tendo atingido uma cotação de 79.

No que respeita à parte cognitiva, na fase pré formação verificou-se que:

Quanto ao factor **temor a expressão de falar em público e com superiores**, revelou muitas fragilidades ao nível comunicacional por medo de falar ou de ser criticada em público e com superiores. Mais uma vez o medo de rejeição encontrou-se presente também se verificando uma forte componente de baixa auto-estima.

Quanto ao factor **temor a desaprovação dos outros ao expressar sentimentos negativos e ao recusar pedidos** revelou estes sentimentos quando se posiciona num grupo de amigos ou de pares e também com a família. Quando se passa em contexto parental, verificou-se o oposto não revelando estas dificuldades. Quanto ao factor **temor a fazer e receber pedidos** não revelou grandes dificuldades em fazer e receber pedidos, apesar de se verificar alguns entraves quando se tratava de superiores. Em relação ao factor **temor a fazer e receber elogios** revelou muitas fragilidades relativamente à aceitação de elogios por parte de outros. Quanto ao factor **preocupação pela expressão de sentimentos positivos e iniciação de interações com o sexo oposto** revelou fragilidades ao nível de relacionamento com o sexo oposto, preferindo não ser ela a iniciar interações. Em relação ao factor **temor à avaliação negativa dos outros ao manifestar condutas negativas** revelou dificuldades ao nível comunicacional e comportamental (se forem negativas) por medo de críticas ou sentimentos negativos dos outros em relação a si. Quanto ao facto **medo de um comportamento negativo, por parte dos outros, ao expressar condutas positivas** revelou dificuldades ao nível comunicacional e comportamental (mesmo se forem positivas) por medo de críticas ou sentimentos negativos dos outros em relação a si. Quanto à **preocupação por aquilo que pensam os outros, quando se expressam sentimentos** aqui revelou um medo de falhar e de sentir desaprovação por parte dos outros se expressar os seus sentimentos e afectos. Em relação à **preocupação pela impressão causada aos outros** este item revelou-se de alguma importância para a formanda, no sentido em que a nível comportamental depende muito da aceitação dos outros e do que estes pensam de si. Quanto ao factor **medo de expressar sentimentos positivos** quando se trata de expressar sentimentos positivos no contexto parental não existe qualquer dificuldade. Mais uma vez as fragilidades revelam-se com o sexo oposto por medo de rejeição. Em relação ao factor **medo de defender os direitos** não revelou grandes dificuldades em defender os seus direitos. Quanto ao facto **insegurança nas próprias capacidades** demonstrou diversas inseguranças que se relacionam com uma baixa auto-estima.

Assim, revelou necessidade de trabalhar diversas questões, nomeadamente ao nível da expressão de sentimentos e de comunicação com os pares e com o sexo oposto. Também demonstrou dificuldades em aceitar elogios de outros. Revelou dificuldades com o relacionamento com elementos que considera superiores (chefia). Dependia muito da aceitação dos outros e da opinião destes em relação à sua pessoa. De uma forma geral, demonstrou ser uma pessoa insegura e com baixa auto-estima.

Analisando-se os resultados pós formação verificou-se um aumento geral nas competências da formanda quanto à alteração cognitiva de uma série de pensamentos relacionados com as distintas dimensões das competências sociais, pelo facto de ter conseguido ultrapassar o temor e a desaprovação dos outros ao expressar sentimentos negativos e ao recusar pedidos, o temor a fazer e

receber elogios, o temor à avaliação negativa dos outros ao manifestar condutas negativas, o medo de expressar sentimentos positivos e o medo de defender os direitos. Verificou-se também mudanças quanto à insegurança nas próprias capacidades, embora não muito significativas. Há ainda no entanto que melhorar, o temor a expressão de falar em público e com superiores, o temor a fazer e receber pedidos, a preocupação pela expressão de sentimentos positivos, a iniciação de interações com o sexo oposto, o medo de um comportamento negativo, por parte dos outros, ao expressar condutas positivas, a preocupação por aquilo que pensam os outros, quando se expressam sentimentos e a preocupação pela impressão causada aos outros. Contudo, no geral verificou-se um aumento na assertividade e auto-estima da formanda, o que foi bastante positivo para a modificação de comportamentos, sentimentos e pensamentos.

“Ajudou-me muito com os meus filhos, porque depois de ter tido esta formação, incentivou-me a lutar mais pela outra parte (pai) que não cumpre. Deu-me mais coragem, não exigia, e depois de ter tido a formação fiquei mais consciente.”

Análise de resultados – Formanda 2:

Através da aplicação do questionário formação em gestão familiar, e procedendo a uma avaliação qualitativa dos resultados obtidos, a formanda 2, declarou possuir bons **cuidados ao nível da saúde física**, quer em relação aos filhos, quer em relação a si própria. Contudo, do acompanhamento efectuado à família tal não se verificou, pois tratava-se uma família extremamente negligente com os cuidados de saúde física e de higiene. Nunca cumpriram com as consultas de rotina dos filhos, bem como com a vacinação e quando estes estavam doentes nunca iam ao médico; a higiene pessoal dos filhos encontrava-se também muito negligenciada. O casal negligenciava-se também nestes aspectos. A família foi referenciada à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e por incumprimento de acordo de promoção e protecção o processo transitou para Tribunal de Família e Menores, pois tal acompanhamento nunca foi efectuado, sendo mesmo negligenciado, apresentando-se como factores de risco nesta família.

Em relação ao nível da **saúde mental**, evidenciou sentir-se sempre cansada e com vontade de chorar, revelando que só às vezes se sente feliz, demonstrando muita fragilidade ao nível emocional.

Quanto às questões relativas à **habitação**, permitiram-nos avaliar que possuía os bens e recursos mínimos, (água, luz, gás, frigorífico, fogão, casa de banho e áreas separadas de dormir entre crianças e adultos). Existia alguma organização habitacional e de higiene da mesma, embora por observação directa se revele que estes domínios eram mantidos num limiar mínimo e após muito controle por parte das instituições que acompanhavam o processo. Revelou pouco domínio em relação à importância das refeições e alimentos. Também disto é revelador o facto de que se apoiava muito na sogra para a confecção de refeições, sendo esta a responsável por quase todas as refeições e sua confecção.

Relativamente à capacidade de **gestão económica** revelou alguma estabilidade, não tendo dívidas nem rendas em atraso. Contudo nenhum elemento do casal trabalhava, auferindo rendimento social de inserção.

Segundo as suas respostas, as competências pessoais e sociais apareciam como baixas, confessando ter medo de expressar a sua opinião e de mostrar agrado em relação aos outros. Revelou grandes fragilidades nas competências sociais e pessoais, tendo medo de expressar a sua opinião e sentimentos, assumindo-se como uma mulher com baixa assertividade e auto-estima. No que respeita às **competências parentais** revelou incongruências nos modelos parentais dizendo que não é violenta com os filhos, mas que estes têm algum medo de “apanhar” dela. Efectivamente da observação directa e do acompanhamento efectuado a esta formanda e família concluiu-se que as competências pessoais, sociais e parentais estavam num limiar mínimo. A auto-estima e motivação da formanda eram extremamente baixas demonstrando que a família tinha pouca capacidade para inverter a situação familiar. Assim, do cruzamento entre os resultados obtidos com o questionário com a observação e acompanhamento efectuados à formanda e família, podemos concluir que no questionário pré-formação, a formanda não respondeu com veracidade a grande parte das questões apresentadas, apresentando-se os evidentes enviesamentos nos resultados.

Como tal, os resultados obtidos em questionário pós-formação demonstraram um decréscimo na pontuação obtida, em quase todas as dimensões, exceptuando a Gestão do Orçamento Familiar, revelando uma regressão por parte da formanda, o que se justifica por ter havido decréscimo nos valores do rendimento familiar com diminuição da prestação de rendimento social de inserção. Contudo, através do acompanhamento social efectuado a esta família, podemos aferir que em questionário pós-formação, a formanda demonstrou uma melhor percepção e consciência sobre si e sobre a sua família, revelando-se efectivamente uma progressão da família, apesar dos resultados contrários demonstrados com o questionário. Os **cuidados ao nível da saúde física e mental** revelaram melhorias, com a família a demonstrar mais cuidados com a higiene pessoal e dos seus filhos, bem como com um maior acompanhamento nas questões de saúde. Os filhos são acompanhados com frequência em consultas de saúde de rotina e têm o plano de vacinação em dia. A higiene pessoal é mais cuidada, deixando de existir queixas por parte das escolas por negligência nas questões de saúde e higiene. O próprio casal demonstra mais cuidados com a sua saúde e higiene. Melhorias proporcionadas pelo regular acompanhamento efectuado pelos diversos serviços.

“Agora o banho é todos os dias, sou mais cuidadosa; não o faço por mim, faço por eles.”

“Agora quando os meus filhos têm problemas de saúde, vou logo com eles ao médico. No outro dia o C bateu com o nariz e em vez de ir ao Centro de Saúde, fui logo com ele para o Hospital.”

Tal como as outras formandas, os cuidados de saúde pessoais ficaram negligenciados:

“Não tenho tempo para cuidar de mim, já não sei há quanto tempo não vou a uma consulta.”

Ao nível da **saúde mental**, demonstrou mais motivação e menos fragilidade emocional, referindo que só às vezes sente vontade de chorar e se sente cansada, o que contrasta com os resultados pré- formação onde referia que isto acontecia sempre.

A **habitação** pautou-se por ser mais organizada, cuidada e limpa, com um maior controlo efectuado pela formanda. As refeições já são asseguradas pela própria, deixando de existir a elevada dependência para com a sua sogra. Houve também um maior equilíbrio na gestão do orçamento doméstico, apesar de ambos os elementos do casal se encontrarem desempregados.

Após a formação verificou-se uma melhoria na motivação da formanda que culminou com algumas mudanças de comportamentos e de rotinas:

“Mudei a organização e arrumação da roupa, que estava sempre tudo espalhado.”

“Consigo gerir melhor a rotina da casa: acordo os meninos de manhã, tomam o pequeno-almoço, vão para a escola, o mais pequenino vou lá pô-lo eu, venho para casa, arrumo a casa, depois faço o almoço.”

Como referido anteriormente, apesar de verificado um decréscimo na pontuação com as competências pessoais, sociais e parentais, através do acompanhamento psico-social efectuado à família é da nossa opinião que se verificou, efectivamente, que houve melhorias neste domínio. A formanda apresentou-se mais consciente sobre a sua auto-percepção, embora ainda revele uma auto-estima e auto-imagem baixas. Consegue conciliar melhores estratégias na educação e acompanhamento dos filhos. No geral, verificou-se um aumento na motivação, com incidência na melhoria nos domínios acima referenciados:

“Fiquei mais motivada para fazer as coisas.”

Quadro 5: Análise Comparativa EMES-M/EMES-C

Parte Motora M – Quanto MAIOR a pontuação, MAIOR a competência

Formandos	Pré Formação	Pós Formação	Observações
Formanda 2	137	82	Regrediu

Parte Cognitiva C – Quanto MENOR for a pontuação, MAIOR a competência

Formandos	Pré Formação	Pós Formação	Observações
Formanda 2	43	122	Regrediu

Quadro 5.1: Cotação da Escala Multidimensional de Expressão Social – Parte Motora (EMES-M)

FORMANDA 2	Pré formação	Pós formação
	Cotação	Cotação
Iniciação de interações	28	6
Falar em público/enfrentar superiores	22	14
Defesa dos direitos do consumidor	14	13
Expressão de desagrado, aborrecimento, zanga	14	8
Expressão de sentimentos positivos ao sexo oposto	14	4
Expressão de incómodo e cólera aos familiares	11	10
Recusa de pedidos provenientes do sexo oposto	4	5
Aceitação de pedidos	7	5
Tomar iniciativa nas relações com o sexo oposto	4	4
Fazer elogios	8	7
Preocupação pelos sentimentos dos outros	7	2
Expressão de ternura aos pais	4	4
Total	137	82

Análise de Conteúdo:

A formanda sempre se mostrou com baixas competências sociais, embora na formação demonstrasse um funcionamento e relacionamento interpessoal medianos. Isto também foi possível concluir através da informação recolhida no âmbito do processo de acompanhamento psico-social. Conhecendo esta formanda através do acompanhamento de processo social, foi com alguma surpresa que verificámos resultados algo elevados no questionário pré formação. Tal como referido nos dados percepcionados anteriormente revelou-se que esta formanda não respondeu com sinceridade às questões colocadas, verificando-se deste modo enviesamento nos resultados. Denote-se ainda que estamos a falar de uma formanda com baixas qualificações escolares e nível de iliteracia elevado com grandes dificuldades em perceber as questões. Foi necessário, nos dois momentos, proceder à leitura em voz alta de cada questão e esclarecer questões relacionadas com vocabulário.

No que respeita à parte motora verificou-se que:

Ao nível do factor **iniciação de interações** demonstrou dificuldades de interacção com desconhecidos. Também revelou fragilidades em demonstrar sentimentos a elementos do sexo oposto. Apesar de ter referido que não tem dificuldades em falar em grupo, durante a formação, foi das formandas que menos participou e demonstrou opinião por iniciativa própria. Contudo, quando levada a participar nas sessões pelos formadores correspondeu positivamente. Este factor foi dos que decresceu significativamente na avaliação pós formação. Relativamente ao factor **falar em público/enfrentar superiores** revelou-se uma pessoa muito tímida, demonstrando grandes fragilidades no contacto com superiores. Revelou muitas dificuldades em fazer valer a sua opinião junto de superiores e de defender os seus direitos e também dificuldades em falar em público. Este item foi significativamente reforçado com o decréscimo na pontuação em avaliação pós formação. Quanto ao factor **defesa dos direitos do consumidor**, revelou algumas fragilidades, mas não muito

significativas, sendo também pouco significativas a diferença de pontuação obtida na avaliação pós formação. Ao nível do factor **expressão de desagrado, aborrecimento e zanga**, não demonstrou grandes dificuldades em conseguir expressar tais sentimentos, na avaliação pré formação, mas em contexto pós formação revelou que efectivamente existem grandes dificuldades em expressar tais sentimentos. Em relação à **expressão de sentimentos positivos ao sexo oposto**, revelou algumas fragilidades relativamente à comunicação de sentimentos, sendo que o maior problema de dificuldades reside ao nível de demonstração de afectos. Este item é acentuado na avaliação pós formação, denotando-se grandes fragilidades em expressar sentimentos, afectos e elogios a elementos do sexo oposto. Quanto à **expressão de incómodo e cólera aos familiares** demonstrou algumas dificuldades em conseguir expressar os seus sentimentos relativamente à família, não se verificando grandes mudanças em avaliação pós formação. Ao nível da **recusa de pedidos provenientes do sexo oposto** verificou-se que não consegue recusar pedidos do sexo oposto, revelando-se contudo um aumento desta competência em avaliação pós formação, embora não muito significativa. Quanto ao factor de **aceitação de pedidos** revelou grandes fragilidades em aceitar elogios/pedidos. Não consegue responder quando elogiada. Isto demonstrou uma baixa auto-estima. Esta incapacidade é acentuada na avaliação pós formação. Em relação ao factor **tomada de iniciativa nas relações com o sexo oposto** demonstrou que tem muitas dificuldades em tomar a iniciativa com pessoas do sexo oposto, não havendo modificações relativamente à avaliação pós formação. Quanto ao factor **fazer elogios** demonstrou dificuldade em fazê-lo especialmente quando se trata de desconhecidos ou superiores, embora não revelasse dificuldades relativamente ao seu companheiro. Relativamente ao factor **preocupação pelos sentimentos dos outros** revelou não se preocupar muito com os outros em termos de sentimentos, assinalando num primeiro momento ser-lhe fácil criticar os outros, mas em avaliação pós formação demonstrou que lhe é difícil criticar os outros. Ao nível da **expressão de ternura aos pais** revelou demonstrá-los frequentemente.

Esta formanda demonstrou grandes dificuldades no nível interpessoal e de relacionamento. Revelou grandes fragilidades em comunicar aquilo que pensa e que sente, especialmente em situações relacionadas com familiares e com elementos do sexo oposto, o que compromete muito a defesa dos seus direitos e opiniões. Revelou-se assim com grandes fragilidades emocionais, com incidência na baixa auto-estima, o que lhe dificulta aceitar elogios e em fazer elogios ao outro, logo com pouca capacidade assertiva. No que respeita ao nível da parte motora, a formanda necessitava de trabalhar as competências comunicacionais, de relacionamento e interacções, de auto-imagem e auto-estima.

O facto de se ter verificado incongruência e enviesamento nos dados obtidos pré e pós formação, comparativamente ao observado através do acompanhamento psico-social, não nos é possível fazer uma análise efectiva das melhorias verificadas, já que pelos dados obtidos verificou-se um decréscimo nos comportamentos da formanda e das suas competências e capacidades.

Quadro 5.2: Cotação da Escala Multidimensional de Expressão Social – Parte Cognitiva (EMES-C)

FORMANDA 2	Pré-Formação	Pós formação
	Cotação	Cotação
Temor a expressão de falar em público e com superiores	12	26
Temor a desaprovação dos outros ao expressar sentimentos negativos e ao recusar pedidos	5	8
Temor a fazer e receber pedidos	1	12
Temor a fazer e receber elogios	2	10
Preocupação pela expressão de sentimentos positivos e iniciação de interações com o sexo oposto	0	12
Temor à avaliação negativa dos outros ao manifestar condutas negativas	3	12
Medo de um comportamento negativo, por parte dos outros, ao expressar condutas positivas	5	8
Preocupação por aquilo que pensam os outros, quando se expressam sentimentos	3	6
Preocupação pela impressão causada aos outros	6	6
Medo de expressar sentimentos positivos	3	8
Medo de defender os direitos	1	6
Insegurança nas próprias capacidades	2	8
Total	43	122

Análise de Conteúdo:

No que respeita à parte cognitiva verificou-se que:

Quanto ao factor **temor a expressão de falar em público e com superiores** apesar de ter revelado que não tem dificuldades de falar em público e com superiores a formanda nunca esteve inserida em contexto profissional. Na formação foi das formandas que menos participou na exposição de situações com que se depara diariamente e com os filhos e família. Também não esclareceu situações em que tinha dúvidas. Quanto ao factor **temor a desaprovação dos outros ao expressar sentimentos negativos e ao recusar pedidos** revelou algum receio em expressar sentimentos negativos e recusar pedidos por medo de desaprovação. Quanto ao factor **temor a fazer e receber pedidos** não revelou grandes dificuldades em fazer e receber pedidos. Quanto ao factor **temor a fazer e receber elogios** não revelou grandes fragilidades em fazer e receber elogios. Quanto ao factor **preocupação pela expressão de sentimentos positivos e iniciação de interações com o sexo oposto** não revelou fragilidade ao nível de relacionamento com o sexo oposto. Quanto ao factor **temor à avaliação negativa dos outros ao manifestar condutas negativas** não revelou dificuldades ao manifestar condutas negativas. Quanto ao factor **medo de um comportamento negativo, por parte dos outros, ao expressar condutas positivas** revelou dificuldades em expressar opiniões por medo de sofrer críticas por parte dos outros. Quanto à **preocupação por aquilo que pensam os outros, quando se expressam sentimentos** aqui revelou um medo de expressar afectos (poder ser criticada). Em relação à **preocupação pela impressão causada aos outros** este item revelou-se de alguma importância para a formanda, no sentido em que depende muito da aceitação dos outros e do que estes pensam de si, reforçado pelo medo de ser criticada e

julgada. Em relação ao factor **medo de expressar sentimentos positivos** quando se trata de expressar sentimentos positivos no contexto parental (com seus pais), não se assinalou existirem quaisquer dificuldades. Contudo no contexto do grupo revelou inseguranças e fragilidades. Quanto ao factor **medo de defender os direitos** não revelou grandes dificuldades em defender os seus direitos. E quanto ao factor **insegurança nas próprias capacidades** demonstrou elevadas inseguranças nas suas capacidades.

Assim, revelou necessidade de trabalhar a questão da comunicação pois tem medo de expressar opiniões por consequência de ser rejeitada ou criticada. Daquilo que foi possível perceber e avaliar em termos de postura e comportamento durante a formação, revelou grandes diferenças em relação ao respondido, pelo que muitos itens não deverão ter sido respondidos com veracidade. Assim, é notória uma baixa auto-estima, revelada pela postura em formação (muito pouco comunicativa e participativa, sem grandes necessidades de expressar as dificuldades vividas em contexto familiar). Apenas participou quando pedido pelos formadores. Neste sentido, é importante trabalhar as competências e pensamentos de um modo geral, para que mais facilmente se consiga relacionar com o exterior e fazer validar os seus direitos sabendo estabelecer uma rede de recursos e recorrer aos mesmos. De uma forma geral, é uma pessoa insegura e com baixa auto-estima.

Ora daquilo que se conhece desta formanda através do acompanhamento psico-social efectuado, facilmente se identificaram os enviesamentos nos resultados, devido possivelmente à incompreensão de grande parte das questões. Do que foi possível verificar pelo acompanhamento à formanda e à família, pelas melhorias verificadas, os resultados deveriam demonstrar o oposto, portanto os resultados pós formação deveriam ser os de pré formação em ambas as escalas. De facto, a formanda mostrou melhorias no seu comportamento e expressão de pensamentos, com um pequeno aumento da sua assertividade, auto-estima e motivação. Tais melhorias repercutiram-se no funcionamento e dinâmica familiares, bem como nos factores que colocavam esta família em situação de risco (negligência parental).

Análise de resultados – Formanda 3

Através da aplicação do questionário formação em gestão familiar, e procedendo a uma avaliação qualitativa dos resultados obtidos, a formanda 3, revelou possuir bons cuidados ao **nível da saúde física**, especialmente em relação aos filhos. Contudo, evidenciou alguma negligência relativamente à sua saúde e em relação ao seu marido admitindo que ele nunca faz consultas de check-up.

“Vou sempre com os meninos ao médico, às consultas de rotina. Eu é que já não faço isso.”

No que respeita à **saúde mental**, evidenciou sentir-se cansada, com vontade de chorar, sentindo-se poucas vezes feliz, e revelando fragilidade emocional. Quanto às questões relativas à **habitação**, permitiram-nos avaliar que possuía os bens e recursos mínimos, (água, luz, gás, frigorífico, fogão, casa de banho, áreas separadas para dormir entre crianças e adultos). Revelou organização

habitacional, e pessoal em termos de higiene e arrumação. Verificou-se uma apresentação cuidada e limpa em termos pessoais e habitacionais. Estes dados são confirmados pelo acompanhamento psico-social feito à formanda e família. A saúde física, higiene pessoal e da habitação e organização habitacional são factores protectores em relação a esta família. A divisão de tarefas revelou-se estratégia pouco utilizada, sendo a filha a assumir grande parte das tarefas domésticas. Contudo, a formação permitiu que a formanda obtivesse consciência de que poderia mudar estes hábitos e rotinas:

“O da divisão de tarefas em casa foi o máximo, quando apresentaram a grelha (divisão de tarefas). Nunca tinha pensado nisso, o meu marido quase não fazia nada em casa e agora já faz e eu também já o chamo para me ajudar, por exemplo a mudar os lençóis.”

Apesar de se ter verificado alguma negligência para com a sua pessoa, no geral as questões de saúde, higiene e organização habitacional encontraram-se reforçadas. Relativamente à capacidade de **gestão económica** revelou alguma instabilidade e incapacidade em gerir o orçamento, admitindo ter algumas dívidas e rendas em atraso. Ambos os elementos do casal encontravam-se desempregados, com rendimentos provenientes de rendimento social de inserção. Após a formação verificou-se mudanças nos comportamentos e atitudes:

“É um problema complicado, mas aprendi estratégias sobre como gerir.”

“Foi o tema que mais me interessou, foi o fazer aquela lista sobre o que entra em casa, o que se gasta, para isto e aquilo e fazer a soma, só assim percebi o que gastava.”

Segundo os resultados, as **competências pessoais e sociais** apareciam como baixas, confessando ter medo de expressar a sua opinião, de julgar sempre ter menos valor que os outros e de não ter uma atitude positiva em relação a si própria. Verificaram-se também dificuldades na expressão de sentimentos e pensamentos. No que respeita às **competências parentais** evidenciou algumas dificuldades em dizer “não” aos filhos. Revelou também algumas dificuldades com conseguir manter as regras e limites estabelecidos, bem como os castigos aplicados. Revelou ainda que por vezes se assume violenta com os filhos.

No geral verificou-se a manutenção dos resultados pós formação com alterações pouco significativas entre cada dimensão.

Quadro 6: Análise Comparativa EMES-M/EMES-C

Parte Motora M – Quanto MAIOR a pontuação, MAIOR a competência

Formandos	Pré Formação	Pós Formação	Observações
Formanda 3	134	128	Regrediu

Parte Cognitiva C – Quanto MENOR for a pontuação, MAIOR a competência

Formandos	Pré Formação	Pós Formação	Observações
Formanda 3	68	99	Regrediu

Quadro 6.1: Cotação da Escala Multidimensional de Expressão Social – Parte Motora (EMES-M)

FORMANDA 3	Pré formação	Pós formação
	Cotação	Cotação
Iniciação de interações	27	20
Falar em público/enfrentar superiores	23	21
Defesa dos direitos do consumidor	11	11
Expressão de desagrado, aborrecimento, zanga	10	11
Expressão de sentimentos positivos ao sexo oposto	13	14
Expressão de incómodo e cólera aos familiares	10	10
Recusa de pedidos provenientes do sexo oposto	7	8
Aceitação de pedidos	10	11
Tomar iniciativa nas relações com o sexo oposto	7	9
Fazer elogios	7	7
Preocupação pelos sentimentos dos outros	5	2
Expressão de ternura aos pais	4	4
Total	134	128

Análise de Conteúdo:

Pela observação da cotação deste questionário é possível observar que se verificou uma regressão na aquisição e modificação de comportamentos por parte desta formanda. Se em contexto pré formação obteve 134 pontos, em contexto pós formação, obteve 128, com uma diminuição de 6 pontos. Apesar de não ser uma diminuição significativa, estes resultados podem ser também demonstrativos de enviesamento de dados. Esta formanda também demonstrou ter muitas dúvidas relativamente a questões de vocabulário, sendo necessário explicar individualmente cada questão bem como ler em voz alta por diversas vezes. Trata-se de uma formanda de nacionalidade angolana e com dificuldades de expressão verbal e compreensão do português.

No que respeita ao nível da parte motora, em contexto de pré formação verificou-se que:

Ao nível do factor iniciação **de interações** não demonstrou dificuldades de relacionamento e de comunicação. Isto também foi possível verificar ao longo da formação. Estabeleceu boas relações com as colegas e formadores e demonstrou boas capacidades de partilha das suas vivências e

dúvidas. Relativamente ao factor **falar em público/enfrentar superiores** demonstrou poucas dificuldades em falar em público e em manifestar as suas opiniões quando sente que é necessário. Contudo, revelou grandes dificuldades quando se trata de superiores. Isto faz com que frequentemente não exerça os seus direitos. Quanto ao factor **defesa dos direitos do consumidor**, revelou conseguir defendê-los não revelando grandes fragilidades. Ao nível do factor **expressão de desagrado, aborrecimento e zanga**, demonstrou poucas dificuldades em conseguir expressar tais sentimentos. Em relação à **expressão de sentimentos positivos ao sexo oposto**, revelou algumas fragilidades relativamente à comunicação de sentimentos com o sexo oposto. Quanto à **expressão de incómodo e cólera aos familiares** não demonstrou receio em expressar os seus sentimentos a familiares. Contudo quando se trata do companheiro revelou algumas fragilidades. Ao nível da **recusa de pedidos provenientes do sexo oposto** revelou que não consegue recusar pedidos do sexo oposto, especialmente quando se trata do companheiro. Quanto à **aceitação de pedidos** não revelou muitas dificuldades em aceitar pedidos e em efectuá-los. Contudo, quando pressionada demonstrou algumas dificuldades em dizer que não, por medo de represálias, o que revelou alguma fragilidade ao nível da auto-estima.

Em relação ao factor da **tomada de iniciativa nas relações com o sexo oposto** demonstrou que tem grandes dificuldades em tomar a iniciativa e de relacionamento com elementos do sexo oposto que não o marido. Quanto ao factor **fazer elogios** demonstrou dificuldades em fazer elogios a desconhecidos e aos superiores. Contudo, em âmbito de contexto familiar, esta dificuldade não se revelou. Relativamente à **preocupação pelos sentimentos dos outros** revelou dificuldades em conseguir elogiar superiores, apesar de assumir que critica os outros de vez em quando. Ao nível da **expressão de ternura aos pais**, não revelou problemas de afectividade.

Esta formanda não demonstrou dificuldades relativamente ao relacionamento interpessoal e cognitivo mas revelou muitas dificuldades em termos de assertividade e de assegurar os seus direitos. No que respeita ao nível da parte motora, a formanda necessitava de trabalhar algumas das competências nomeadamente nas que têm que ver com enfrentar e expressar sentimentos em relação aos superiores. Demonstrando competências médias ao nível das interacções com os outros, tem ainda algumas dificuldades em enfrentar o companheiro (sexo oposto), com sentimentos em relação ao sexo oposto e com superiores.

Da avaliação de resultados pós formação, verificou-se que houve regressão nos factores iniciação de interacções, no de falar em público e enfrentar superiores e no de preocupação pelos sentimentos dos outros. Os factores defesa dos direitos do consumidor, expressão de incómodo e cólera aos familiares, fazer elogios e expressão de ternura aos pais, mantiveram a mesma pontuação pré e pós formação. Os factores expressão de desagrado, aborrecimento e zanga, expressão de sentimentos positivos ao sexo oposto, recusa de pedidos provenientes do sexo oposto, aceitação de pedidos, tomar iniciativa nas relações com o sexo oposto e preocupação pelos sentimentos dos outros obtiveram aumento nos respectivos valores, embora com pouco significado no contexto global da avaliação do comportamento e competência da formanda.

Quadro 6.2: Cotação da Escala Multidimensional de Expressão Social – Parte Cognitiva (EMES-C)

FORMANDA 3	Pré-Formação	Pós formação
	Cotação	Cotação
Temor a expressão de falar em público e com superiores	24	25
Temor a desaprovação dos outros ao expressar sentimentos negativos e ao recusar pedidos	10	12
Temor a fazer e receber pedidos	5	8
Temor a fazer e receber elogios	0	4
Preocupação pela expressão de sentimentos positivos e iniciação de interacções com o sexo oposto	6	8
Temor à avaliação negativa dos outros ao manifestar condutas negativas	3	9
Medo de um comportamento negativo, por parte dos outros, ao expressar condutas positivas	3	7
Preocupação por aquilo que pensam os outros, quando se expressam sentimentos	4	10
Preocupação pela impressão causada aos outros	2	8
Medo de expressar sentimentos positivos	4	3
Medo de defender os direitos	3	2
Insegurança nas próprias capacidades	4	3
Total	68	99

Análise de Conteúdo:

No que respeita à parte cognitiva, com base nos resultados obtidos em pré formação verificou-se que:

Quanto ao factor **temor a expressão de falar em público e com superiores** ao nível comunicacional revelou algumas fragilidades, nomeadamente quando se insere em contexto de grupo ou com superiores. Isto acontece por medo de ser rejeitada. Quanto ao factor **temor a desaprovação dos outros ao expressar sentimentos negativos e ao recusar pedidos** revelou grandes fragilidades neste item. Tem medo de expressar sentimentos negativos, pois teme que a levem a ser rejeitada pelo grupo de pares ou mesmo pelo companheiro. Quanto ao factor **temor a fazer e receber pedidos** não revelou grandes dificuldades em fazer e receber pedidos especialmente quando se trata de superiores. Quanto ao factor **temor a fazer e receber elogios** revelou à vontade em fazer e receber elogios. Em relação ao factor **preocupação pela expressão de sentimentos positivos e iniciação de interacções com o sexo oposto** revelou fragilidade ao nível de relacionamento com o sexo oposto, nomeadamente sentimentos de afecto. Em relação ao **temor à avaliação negativa dos outros ao manifestar condutas negativas** não revelou muitas dificuldades neste campo, apesar de ter receio em expressar sentimentos negativos por medo de desaprovação e conflitos. Quanto ao **medo de um comportamento negativo, por parte dos outros, ao expressar condutas positivas** revelou algumas dificuldades ao nível comunicacional e de relacionamento com o grupo de pares por medo de críticas ou sentimentos negativos dos outros em relação a si. Em relação ao factor **preocupação por aquilo que pensam os outros, quando se expressam sentimentos** não revelou preocupação por aquilo que os outros pensam mas revelou algumas preocupações em não ser correspondida em termos afectivos pelo companheiro. Em relação ao

factor **preocupação pela impressão causada aos outros** não demonstrou grandes preocupações relativamente à impressão que causa aos outros.

Quanto ao factor **medo de expressar sentimentos positivos** quando se trata de expressar sentimentos positivos não existe qualquer dificuldade. Quanto ao factor **medo de defender os direitos** revelou algumas dificuldades em defender os seus direitos. E quanto ao factor **insegurança nas próprias capacidades** demonstrou algumas inseguranças que se relacionam com uma baixa auto-estima.

Assim, quanto à parte cognitiva, revelou necessidade de trabalhar diversas questões, nomeadamente no que respeita aos superiores (enfrentá-los, expressar sentimentos e opiniões). Necessitava também de trabalhar as competências ao nível de expressar opiniões negativas, revelando medo de ser rejeitada ou desaprovada. Demonstrou algumas dificuldades na questão dos sentimentos com o sexo oposto (companheiro). No geral, necessitava de trabalhar a sua insegurança e auto-imagem. Revelou auto-estima baixa o que muita das vezes a impede de conseguir exercer as suas competências em plenitude.

Dos resultados obtidos pós formação verificaram-se eventuais aumentos na pontuação dos factores relacionados com temor a expressão de falar em público e com superiores, temor a desaprovação dos outros ao expressar sentimentos negativos e ao recusar pedidos, temor a fazer e receber pedidos, temor a fazer e receber elogios, preocupação pela expressão de sentimentos positivos e iniciação de interações com o sexo oposto, temor à avaliação negativa dos outros ao manifestar condutas negativas, medo de um comportamento negativo, por parte dos outros, ao expressar condutas positivas, preocupação por aquilo que pensam os outros, quando se expressam sentimentos e preocupação pela impressão causada aos outros significando portanto decréscimos na modificação das cognições. Apenas nos factores de medo de expressar sentimentos positivos, medo de defender os direitos e insegurança nas próprias capacidades, se verificou diminuição da pontuação, portanto acréscimo na modificação das cognições, embora de relevância pouco significativa.

Trataremos, de seguida, as informações recolhidas pelas entrevistas que, como já referimos orientaram-se para o apuramento das motivações e expectativas das participantes, relacionadas com os benefícios que obtiveram com a participação na formação em Gestão Familiar, orientadas em torno dos temas debatidos e abordados ao longo da formação, e também sobre o interesse e utilidade dos temas debatidos na perspectiva dos participantes e na partilha de experiências. Procedeu-se também ao apuramento, na percepção das formandas, sobre os benefícios obtidos com os conhecimentos adquiridos para a melhoria das relações na família.

Apesar de, no início da formação, as formandas não terem construído qualquer ideia específica sobre o que seria a formação, excepto a Formanda 3, revelaram alguma curiosidade sobre o que seria a formação:

“Não fazia a mínima ideia do que ia ser e fiquei curiosa.”

“Não tinha noção de que assuntos se ia falar, mas fiquei interessada e curiosa.”

(Formanda 1)

“Não fiquei com nenhuma ideia, mas pensei que fosse um curso para aumentar a escolaridade ou outra coisa assim.”

(Formanda 2)

“Em princípio pensei que era para falar mais sobre os filhos, marido, casa, depois, a gente sempre acha que sabe tudo né, mas no fundo, no fundo há sempre muita coisa para aprender.”

(Formanda 3)

Duas formandas apresentaram-se com uma postura mais aberta em relação à formação, com a motivação destas a constituir-se como elevada, enquanto uma revelou que não se sentia motivada para vir à formação:

“Quando comecei estava motivada. Gosto de aprender, de saber as coisas. Não quer dizer que eu já não saiba, mas gosto de ficar mais esclarecida. Tinha muitas expectativas.”

(Formanda 1)

“Vinha motivada para a formação, não me sentia obrigada.”

(Formanda 2)

“Em princípio não estava motivada, não vinha com muita vontade, pois pensava que já sabia tudo sobre o que ia ouvir.”

(Formanda 3)

Contudo, ao longo da formação foi perceptível a grande mudança de comportamento da formanda que se revelou pouco motivada, pois foi das mais participativas na formação. Logo, foi possível verificar que os resultados globais, na opinião das formandas foram bastante positivos e benéficos, contribuindo para um aumento do seu nível de conhecimentos em duas vertentes - reforço e aquisição:

“Fiquei mais esclarecida sobre as coisas.”

(Formanda 1)

“Pensei que vinha aprender coisas novas. Foi muito bom, gostei.”

(Formanda 2)

“Cheguei à conclusão que nem sempre é o que pensamos.”

“Aprendi muitas coisas sobre gerir o dinheiro, sobre como lidar com as crianças, porque há dias em que a gente passa-se.”

(Formanda 3)

Logo, todas reforçaram quão interessante e úteis os temas se evidenciaram para a dinâmica e organização familiar, bem como para o reforço e/ou aquisição de novos conhecimentos, que permitiram o modificar de algumas competências e comportamentos anteriores:

“Tiveram muito interesse e utilidade também, no saber gerir melhor as despesas, o orçamento familiar, e a parte da segurança em casa e na rua.”

(Formanda 1)

“Achei todos os temas muito interessantes.”

“Ajudou-me muito a melhorar as coisas lá em casa.”

(Formanda 2)

“Eu acho que foi muito útil e interessante pois aprendi coisas que tenho posto em prática.”

“Aprendi a não deixar o gás ligado, agora tenho mais atenção com isso. Em relação à alimentação, como comer. A gestão, geralmente vou à loja e fico a pensar que não posso gastar tanto, já tenho aquela atenção em escrever no papel o que falta, senão entro na loja e compro tudo.”

(Formanda 3)

O formato em pequeno grupo adoptado para a formação revelou-se também ser uma mais-valia para as formandas, pois permitiu a formação de alguns laços de amizade e de identificação com o grupo. Paralelamente a partilha e troca de experiências, levou a uma maior consciencialização das formandas sobre as suas problemáticas, permitindo um aumento na sua motivação para os tentar ultrapassar:

“Foi ótimo fazer a formação em grupo. Para mim foi muito importante porque eu pensava que só acontecia comigo, e ficar a saber que havia mais pessoas com o mesmo tipo de problemas e situações como eu, fiquei contente por isso. Normalmente a gente pensa que só acontece a nós, como só nós, mas há muitos, e piores ainda. Isto permitiu que encarasse os meus problemas de outra forma. Ajudou-me a pensar melhor e atentar resolvê-los melhor ainda.”

(Formanda 1)

“Foi importante pois conheci outras pessoas. Ao conhecer outras pessoas e falar com elas dei mais valor para melhorar as coisas lá em casa.”

(Formanda 2)

“Foi bom, foi pena nunca mais nos virmos e nos comunicarmos. Apesar do pouco tempo, gostei de estar com certas pessoas que cá estiveram. A gente pensa que só nós é que temos problemas. Se ouvirmos os outros percebemos que não é assim, e que também vale a pena viver e melhorar o que está mal.”

(Formanda 3)

De uma forma geral as expectativas das formandas corresponderam aos benefícios que retiraram dos conteúdos aprendidos na formação (organização do espaço habitacional, higiene habitacional e pessoal, gestão do orçamento familiar, cuidados de saúde, segurança em casa e na rua), com reforço e aquisição de novos conhecimentos, bem como para a melhoria da capacidade de relacionamento da família e sua dinâmica:

“Foi interessante, obtive mais conhecimentos sobre coisas, algumas das quais nem sequer tinha conhecimento.”

“ Fiquei a saber mais do que já sabia, ajudou-me a ultrapassar várias situações e conheci pessoas novas. Incentivou-me a resolver as coisas de outra forma. Aumentou as minhas capacidades.”

“Lá por ser higiénica a 100% também aprendi, porque sei que há várias pessoas que não o fazem e que não o são.” (em relação à Higiene).

“As expectativas que tinha era começar a saber orientar-me, que isso é uma coisa que eu não consigo. Custa-me muito, gerir as minhas despesas com o pouco rendimento que tenho. Aprender formas para a prender a gerir melhor.”

“Dou mais prioridade às despesas essenciais primeiro e depois o resto.” (em relação à Gestão do Orçamento Familiar).

“Fiquei satisfeita do que se falou em relação ao planeamento familiar, porque essa é uma coisa que faço com pouca frequência.” (em relação aos Cuidados de Saúde).

“O que aprendi serviu para me relacionar melhor com os meus filhos, mas o mais difícil é agir da forma correcta.”

(Formanda 1)

“Pensei que iria aprender coisas novas e melhorar a organização da minha casa, ter mais atenção com os meus filhos e com os perigos da casa.”

“Gostei muito de falar na segurança em casa e dos meninos, na higiene. Aprendi coisas novas, por exemplo a por tampinhas nas tomadas.” (em relação à Segurança).

“Melhorei a higiene nossa e dos filhos, os pequeninos tomam banho todos os dias e nós também.” (em relação à Higiene).

“Ajudou-me a funcionar melhor com eles, por exemplo quando o mais pequenino faz birras.”

“Aprendi a fazer mealheiro. Tenho três latinhas em casa, uma para colocar moedas e 0.50€, outra de 1€ e outra de 2€.” (em relação à Gestão do Orçamento Familiar).

“Reduzi no tabaco e compro mais barato.”

“Melhorou o relacionamento entre nós, ficámos mais amigos, mais unidos.”

(Formanda 2)

“Comigo, pelo menos não foi muito longe daquilo que já sabia e fazia, mas alguns tópicos que não estavam bem assentes e organizados, que eu fui mudando. As coisas foram aprofundadas.”

“Foi mais interessante a parte da Alimentação, porque eu e o meu filho comemos mal, comemos tudo e a qualquer hora. Agora já aprendi a comer melhor e tento fazer o mesmo com o meu filho mas ele não aceita.” (em relação aos Cuidados de Saúde).

“Agora penso muito na gestão do orçamento, porque se tem de saber gerir o pouco que entra.”

“Melhorou o relacionamento e rotinas em casa.”

“Aprendi coisas e tento colocar em prática.”

“Melhorou a aproximação entre nós, conversamos mais; ele (marido) até diz que eu sou a melhor amiga dele e isto aprendi com a formação, daquilo que se discutiu. Qualquer coisa me enervava e aqui aprendi que as coisas às vezes não são assim, pronto.”

(Formanda 3)

A percepção das formandas quanto às suas capacidades saiu reforçada e fortalecida, bem como quanto aos conhecimentos adquiridos, demonstrando-se reforço geral nas suas competências:

“Eu geria as minhas coisas, a minha vida de uma maneira e aprendi que poderia gerir de outra forma, melhor ou pior, mas ajudou.”

“Deu-me ideia de fazer certas e determinadas coisas de uma outra forma, para ver se teria mais resultados do que até aqui.”

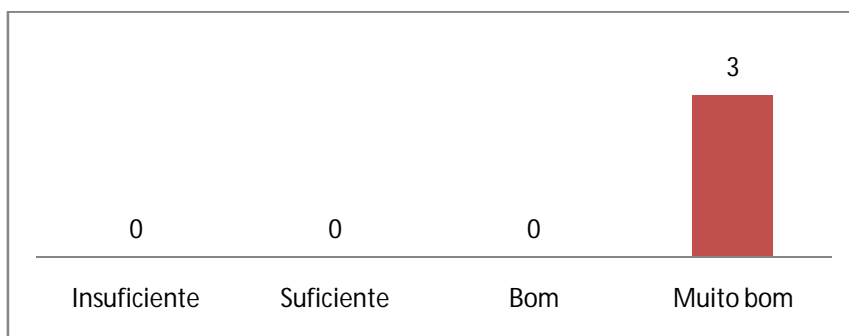
(Formanda 1)

Estando apresentados os resultados que incidem sobre as mudanças ocorridas nas participantes e no seio das suas famílias, procede-se agora à apresentação dos resultados obtidos com o questionário que permitiu uma avaliação geral sobre a formação em Gestão Familiar.

O questionário encontra-se estruturado em torno de oito questões centrais, cujas respostas encontram-se inseridas numa escala decrescente com quatro itens: Insuficiente, Suficiente, Bom e Muito Bom, para se obter a percepção das formandas relativamente aos diversos aspectos em análise por intermédio deste questionário. Na generalidade pretendeu-se obter informação e avaliação referentes à acção global, com maior especificação sobre os conteúdos abordados e discutidos na formação, o desempenho dos formadores, os métodos utilizados, os conhecimentos adquiridos e sua utilidade.

Desde logo, pretendeu-se aferir sobre a opinião das formandas em relação à apreciação geral da acção de formação. Todas as formandas foram da opinião que esta acção no geral foi muito boa, podendo-se assim considerar que constituiu como uma mais-valia para estas e que teve contornos positivos.

Gráfico 1: Apreciação geral da acção



As formandas consideraram que a formação se encontrava bem organizada e estruturada, com os recursos e meios adequados ao que se pretendia transmitir, e com uma duração considerada satisfatória. De ressaltar que uma formanda considerou o tempo de duração insuficiente.

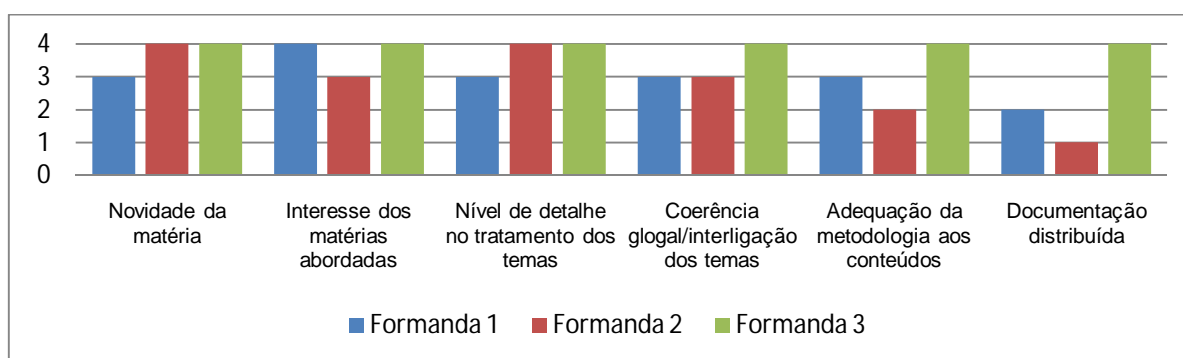
Quanto às instalações também estas foram consideradas satisfatórias, com uma formanda a classificar as instalações como insuficientes. Da observação efectuada ao longo de toda a formação, é pertinente afirmar que de facto as instalações não foram adequadas. Tratava-se de um espaço muito frio e com pouco aquecimento, e tendo decorrido a formação nos meses de primavera (Abril e Maio), não se propiciou um ambiente físico acolhedor e confortável para as formandas.

Quadro 7: Classificação da formação quanto à organização instalações, meios/recursos e duração

	MUITO BOM	BOM	SUFICIENTE	INSUFICIENTE
Organização	2	1	0	0
Instalações	0	1	1	1
Meios/Recursos	1	1	1	0
Duração da Formação	1	1	0	1

Seguidamente pretendeu-se avaliar a formação relativamente ao conteúdo, ou seja aos temas abordados na formação. Esta questão subdividiu-se em seis itens, que abordam as componentes consideradas pertinentes para a avaliação global relativa aos conteúdos: a novidade da matéria, o seu interesse, o nível de detalhe no tratamento dos temas, a coerência global e interligação destes, a adequação da metodologia aos conteúdos e finalmente a documentação distribuída.

Gráfico 2: Avaliação relativamente ao conteúdo⁴



Analisando cada item, verifica-se que quanto à novidade da matéria a maioria das formandas considerou que se abordaram temas dos quais pouco tinham ouvido falar, classificando entre muito bom (66.6%, duas formandas) e bom (33.3%, uma formanda). No que se refere ao interesse dos

⁴ Para efeitos de análise do gráfico e dos seguintes que se apresenta, os valores apresentados no eixo vertical, correspondem aos seguintes critérios: 1 – Insuficiente 2 – Suficiente 3 – Bom 4 - Muito bom

temas abordados, também se verifica que a maioria das formandas considerou que se abordaram temas de elevado interesse com a classificação a situar-se entre muito bom (66.6%, duas formandas) e bom (33.3%, uma formanda).

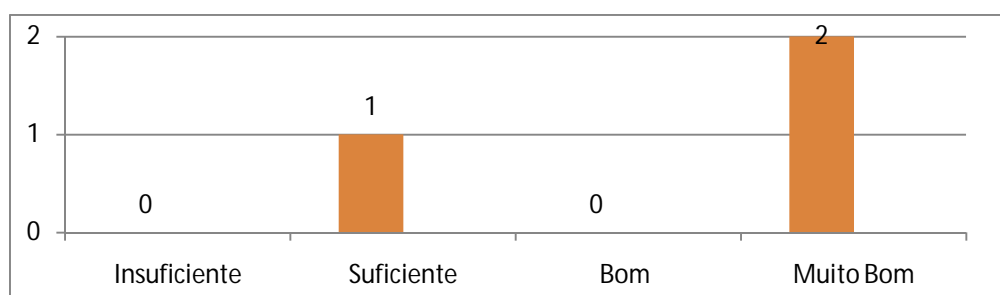
Quanto ao nível de detalhe no tratamento dos temas, verificaram-se os mesmos resultados com duas formandas (66.6%) a considerarem este tópico como muito bom e uma formanda (33.3%) a considerá-lo como bom.

No que respeita à coerência global/interligação dos temas os resultados foram também positivos com uma formanda (33.3%) a considerar muito bom e duas (66.6%) como bom.

Quando se analisa o item relativo à adequação da metodologia aos conteúdos, é possível verificar que as formandas divergem quanto à opinião, sendo que todas atribuem uma classificação diferente. Uma considera suficiente, outra bom e a outra muito bom. No entanto, e confrontando estes resultados com a observação efectuada ao longo da formação, grande parte da metodologia utilizada baseou-se em métodos expositivos, o que pode funcionar e ser profícuo para umas formandas mas para outras não.

Quanto à documentação distribuída, a classificação atribuída é também divergente de formanda para formanda. Verifica-se que uma considerou a documentação distribuída como bom, outra como suficiente, enquanto outra considerou que a documentação distribuída foi insuficiente. Contudo, prosseguindo o objectivo essencial de promover o empowerment através da capacitação das competências da família apenas alguns temas foram sujeitos à distribuição de documentação de suporte às formandas.

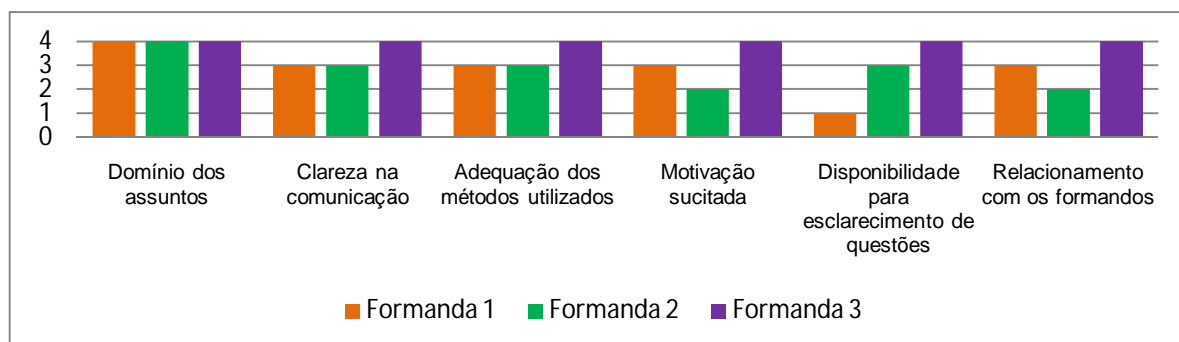
Gráfico 3: Classificação dos conhecimentos adquiridos na formação, tendo em conta a sua utilidade e aplicação práticas



Relativamente aos conhecimentos adquiridos na formação, duas formandas referiram que são de utilidade e aplicação práticas muito relevantes, classificando de muito bom, enquanto uma apenas os considerou como sendo suficiente.

Quanto ao desempenho dos formadores, pretendeu-se avaliar se as suas competências se adequavam às necessidades desta formação. Aqui efectuiu-se avaliação quanto ao domínio dos assuntos, clareza na comunicação, adequação dos métodos utilizados, motivação suscitada, disponibilidade para esclarecimento de questões e o relacionamento com os formandos.

Gráfico 4: Avaliação do desempenho dos formadores⁵



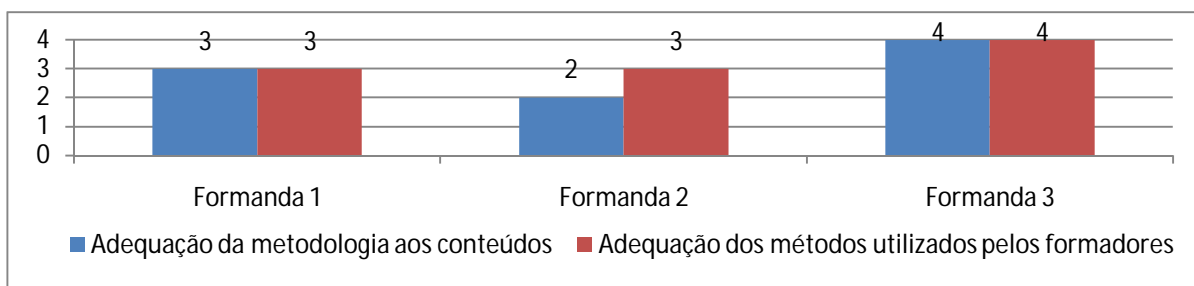
Quanto ao domínio dos assuntos, consideraram que os formadores demonstraram boas capacidades com todas as formandas a classificarem com muito bom. Quanto à clareza na comunicação os resultados foram também os de um bom desempenho para os formadores, com uma formanda a classificar como muito bom (33,3%) e duas formandas a classificar de bom (66,6%).

No entanto, é da opinião das formandas que a motivação suscitada pelos formadores é considerada positiva, com resultados a enquadrarem-se entre o suficiente (33,3%), o bom (33,3%) e o muito bom (33,3%). Quanto à disponibilidade dos formadores para o esclarecimento de questões, duas formandas consideraram ser positivo (bom e muito bom, correspondendo a 66,6%) enquanto uma considerou negativo (insuficiente, correspondendo a 33,3%). Isto pode estar relacionado com a quantidade de matéria a abordar em algumas sessões cujo tempo de sessão se verificou insuficiente, o que impediu o esclarecimento de dúvidas.

Quanto ao relacionamento dos formadores com as formandas também foi considerado como positivo, embora este item não seja revelador de indicadores pertinentes, já que na maioria dos casos cada temática foi dinamizada por formadores diferentes. Globalmente, os resultados são reveladores de que a capacidade dos formadores é elevada e adequada às temáticas abordadas e dinâmicas utilizadas. Mas, verificando-se uma pluralidade de formadores na formação em Gestão Familiar, os resultados aqui apresentados não são representativos da amostra, pois versam sobre a globalidade da formação quanto ao desempenho dos formadores e não sobre cada formador enquanto dinamizador do respectivo tema.

⁵ Idem

Gráfico 5: Adequação da metodologia aos conteúdos e adequação dos métodos utilizados pelos formadores⁶



Relativamente à adequação dos métodos utilizados pelos formadores, duas formandas classificaram-nos de bom (66.6%) e uma formanda classificou-os de muito bom (33.3%), considerando-se no geral que os métodos foram adequados. Cruzando-se este tópico com o anteriormente avaliado quanto aos conteúdos e que incide sobre a adequação da metodologia aos conteúdos, podemos verificar que os resultados são consistentes, com apenas uma das formandas a considerar que quanto ao conteúdo os métodos são bons mas quanto aos métodos utilizados pelos formadores são suficientes.

Todas as formandas foram da opinião que a realização deste tipo de projectos é pertinente e útil, devendo-se promover acções desta natureza, sendo que os conteúdos a abordar devem cingir-se a estes domínios mas abordando temáticas que não foram contempladas nesta formação, embora não especifiquem quais.

Também nas entrevistas obter opiniões que confirmam estes resultados:

“Acho que é óptimo, devia haver mais formação sobre este tipo de formações.”

(Formanda 1)

“Todos os temas fazem parte da família e é sempre importante falar em todos.”

(Formanda 3)

Gráfico 6: Que outros temas gostaria de ver abordados em futuras formações



⁶ Idem

A percepção das formandas no que diz respeito à aplicação da formação é positiva, o que se pode comprovar pela assiduidade e pontualidade destas. A formanda 1 teve uma assiduidade na ordem dos 64%, correspondendo a uma frequência de 9 sessões, num total de 14 sessões. A formanda 2 teve uma assiduidade na ordem dos 71%, correspondendo a uma frequência de 10 das 14 sessões realizadas. A formanda 3 teve uma assiduidade na ordem dos 86%, correspondendo a uma frequência de 12 sessões, no total das 14 sessões realizadas. Foi observável também o interesse, receptividade e motivação com que aderiram aos módulos apresentados, através da participação nas tarefas pedidas e também através da colocação de questões de dúvidas e de esclarecimentos diversos.

De uma forma geral, após a aplicação destes instrumentos de avaliação, e dos resultados obtidos, foi possível apurar que as formandas revelaram fragilidades ao nível das competências sociais básicas (saber escutar, saber cumprimentar e apresentar-se, estar atento à componente não verbal da conduta social), específicas (iniciar e manter uma conversa, fazer e receber pedidos difíceis, dar e receber elogios, saber dizer não, lidar com a autoridade e com as reclamações) e avançadas (resolução de problemas, saber o que têm de fazer numa determinada situação, procurar alternativas, seleccionar a melhor solução para o problema, definir objectivos, organizar os problemas pela importância, tomar decisões). Pelas baixas competências em termos escolares, com incidência para uma grande dificuldade na compreensão de vocabulário, os instrumentos, nomeadamente os questionários EMES-M e EMES-C não se revelaram como estratégia positiva pois as formandas tiveram muitas dificuldades em compreender as questões, e consequentemente em responder. Quando se aplicam questionários corremos sempre o risco de enviesamento dos dados pelo que se torna relevante, quando trabalhamos com famílias com baixas competências, que os resultados sejam cruzados com toda a informação resultante da intervenção e acompanhamento social. Esta questão é mais pertinente nesta dimensão uma vez que nos encontrávamos a avaliar as atitudes e pensamentos dos sujeitos perante si próprios bem como desempenhos e saberes pessoais, na qual a questão da desejabilidade social pode ter interferido com as respostas dos sujeitos e assim contribuir para explicar as elevadas diferenças de resultados apurados com estes instrumentos. Assim, os próprios instrumentos de avaliação podem ser limitadores e impor restrições nos resultados.

O treino realizado por intermédio da formação em Gestão Familiar foi cumprido de acordo com o cronograma, porém admitimos que estas problemáticas requerem mais tempo de intervenção assim como um maior acompanhamento especializado uma vez que se situam nos domínios das características e capacidades pessoais e interpessoais.

Contudo, julgamos que o projecto em análise teve um impacto positivo ao nível da gestão da dinâmica familiar. Esta asserção fundamenta-se nos resultados explanados ao longo desta reflexão, com a adequação de estratégias até então nunca utilizadas por estas mulheres, como se verificou com a divisão de tarefas; com a melhoria de comportamentos e rotinas, como se verificou com a higiene pessoal e organização habitacional ou com a utilização de novas estratégias em relação à

gestão dos rendimentos, com a introdução da poupança ou de uso de uma lista de compras. Para além destes a motivação e auto-estima também sofreram alguns benefícios, com o aumento da capacidade de decisão e de intervenção destas mulheres nas suas próprias vidas e nas de suas famílias. Os programas de intervenção com famílias têm-se revelado importantes no cumprimento de resultados positivos de prevenir a retirada das crianças, de promover o empowerment das famílias para o desenvolvimento de competências e de confiança para as aplicarem na dinâmica familiar (LEE, GREENE, HSU, SOLOVEY, GROVE, FRASER, WASHBURN & TEATER, 2009).

Poderemos assim concluir que de uma forma geral, os conteúdos abordados foram bem seleccionados e adequados ao que se queria transmitir às formandas, verificando-se uma boa coerência e interligação entre todas as temáticas abordadas. É também possível concluir que os temas abordados suscitaram nas formandas um elevado interesse, tendo sido considerados como sendo de muito boa utilidade e aplicação práticas para o quotidiano das famílias, demonstrando-se em consonância com as suas necessidades e características. As famílias são resilientes e têm forças e recursos que podem ser usados na construção de soluções para atingir a mudança. O objectivo é promover o empowerment dos pais/famílias para que sejam elas próprias a conseguir resolver os seus problemas (LEE ET AL., 2009).

Consideramos expressivo o facto das formandas que integraram a formação em Gestão Familiar, reconhecerem, após o término da mesma, as mudanças pessoais alcançadas, sendo feita referência a diferenças pessoais percebidas antes e depois da participação na formação, tal como verificado com os resultados das entrevistas. Com maior capacidade para imaginarem-se a si próprias nas situações que desejam viver e repensarem a realidade em que vivem, torna-se agora possível que as formandas iniciem o seu processo de mudança, que terá certamente repercussões nas respectivas famílias. De salientar, que por serem famílias com graves carências socioeconómicas e em processos de exclusão, é difícil para estas manter a motivação e permitir processos de mudança consistentes e equilibrados, pois muitas necessidades não se encontram satisfeitas. Assim, é notório que apesar de se verificarem melhorias, os avanços e retrocessos são recorrentes, reforçando-se a necessidade de estratégias de acompanhamento diversificadas, bem como do reforço de recursos existentes na comunidade para apoios mais efectivos a estas famílias que as possam levar a ultrapassar as suas dificuldades.

De uma forma global, o processo de empowerment foi iniciado e demonstrou resultados positivos enquanto estratégia de intervenção no trabalho com estas mulheres e respectivas famílias, porquanto se identificou e promoveu as respectivas capacidades destas, mostrando que estas mulheres têm competências e são agentes activos nas suas vidas e na das suas famílias.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO FUTURAS

As propostas de intervenção futuras aqui descritas, não têm uma vertente estanque nem assumem carácter de obrigatoriedade na planificação e elaboração de projectos desta génese. Versam sobre a experiência decorrida da aplicação do projecto de formação em Gestão Familiar, bem como da avaliação efectuada no âmbito desta investigação e têm o objectivo de actuar como recurso para a melhoria deste projecto bem como para servirem de pontos de referência para trabalhos e investigação futuras. As propostas de intervenção futuras que de seguida se abordam, funcionam assim como um plano de avaliação e reflexão comparativa que se estrutura em torno do desenho do projecto de formação já realizado e implementado, mas que irão permitir corrigir as trajectórias realizadas e que nos pareceram de certo modo incorrectas ou pouco desenvolvidas. Há, no entanto, que manter sempre presente que o desenho do projecto (presente e futuro) deverá ter sempre em conta as características da população com a qual se quer intervir, especialmente quando se trata de famílias multiproblemáticas pobres (NICHOLSON, ANDERSON, FOX & BRENNER, 2002).

No que respeita à **organização dos conteúdos/temáticas** seleccionadas para serem trabalhadas na formação em Gestão Familiar, consideramos que estas estão revestidas da pertinência adequada à intervenção com estas famílias, pois abordam transversalmente os conhecimentos básicos a serem trabalhados para a promoção de mudança na família. Mas tal estruturação não é estanque, existindo, desde logo espaço para a inclusão de novas temáticas, de acordo com que for tido como pertinente e necessário de trabalhar com o público-alvo seleccionado. Da experiência e avaliação efectuadas, decorre a importância de certas temáticas reclamarem de mais tempo para serem trabalhadas, como a gestão económica, as competências pessoais e sociais. Poderá ser dada uma nova estrutura às temáticas abordadas procedendo-se a uma maior segmentação dos conteúdos, para que estes sejam abordados de forma mais clara, simples e incisiva em cada sessão. Poderá também ser considerado o aumento da dimensão temporal do programa, mas tal poderá trazer riscos ao projecto como a desmotivação dos participantes.

Quanto à **metodologia seguida para a execução e aplicação** da formação em Gestão Familiar, esta revestiu-se essencialmente de abordagens teórico-expositivas para a exposição dos temas de cada sessão, funcionando quase como instrução didáctica.

Tratando-se de famílias de baixo nível socioeconómico, com baixa escolaridade, iliteracia e mesmo analfabetismo, e apesar de resultados positivos obtidos com a avaliação das formandas, sentimos que estes métodos não promoveram uma elevada participação destas, não permitindo a compreensão e interiorização de alguns conteúdos e conceitos. Assim, de acordo com o observado e avaliado, salientamos que deverão dar-se primazia a metodologias activas e reflexivas que proporcionem o envolvimento dos participantes no decorrer das sessões, com apelo às experiências pessoais para a promoção de uma reflexão crítica junto dos participantes, portanto que promovam a dinâmica do grupo. A metodologia deve empregar técnicas mistas que confirmem estrutura ao grupo, proporcionando uma base de organização para que o grupo funcione como tal, para que estas

técnicas possam ajudá-los na transformação no modo como pensam as suas vidas e as suas relações interpessoais e como actuam. De ressaltar, que a eficácia das metodologias e técnicas aplicadas depende, até certo modo, da aptidão pessoal e do espírito criativo do dinamizador. Também devem ser escolhidas em função dos objectivos fixados, da maturidade e entendimento do grupo, das características dos membros do grupo, do tamanho do grupo, do ambiente físico e temporário onde decorrerá o projecto, e das capacidades do dinamizador (SERRANO, 2008).

Nomeadamente, os materiais utilizados para a dinamização de cada tema em cada sessão, para famílias com baixa escolaridade e mesmo com alguns compromissos cognitivos, devem revestir-se de um carácter mais prático e incidir, por exemplo, sobre o recurso a vídeos, acetatos/diapositivos com imagens que possam servir como mote de partida para a reflexão de cada tema abordado, bem como com o recurso a técnicas como a discussão, role-playing, brainstorming ou observação de modelos que possam actuar como estratégias de modelagem, feedback, reforço das competências e capacidades da população alvo, em vez de servirem como formas de modelos correctos de actuar (JARDIM & PEREIRA, 2006; GROSS, GARVEY, JULION & FOGG, 2007). Algumas sessões do projecto de formação focalizaram-se essencialmente em explicar conteúdos sem recurso a outras técnicas, como acima descrito, o que se revelou não ser adequado a este público, tornando difícil a interiorização de alguns conteúdos.

Da mesma forma, a focalização em competências muito práticas que possam ser aplicadas de imediato em casa, por exemplo como reforçar comportamentos positivos, como aplicar estratégias na divisão de tarefas e estabelecer regras familiares, técnicas de controlo do stress e da raiva, estratégias para resolução de problemas, entre outras, tendem a produzir resultados positivos imediatos e a manter elevados os níveis de interesse e participação (THOMPSON, GROW, RUMA, DALY & BURKE, 1993; DORE & LEE, 1999).

Deverão evitar-se actividades que recorram ao uso acentuado da escrita, o que para uma população com níveis de escolaridade muito elementares poderá constituir um problema e comprometer o desenvolvimento das actividades. Isto não significa que se deva privar este tipo de população do contacto com o registo escrito, mas qualquer actividade que envolva este tipo de registo, bem como a leitura, terá que ter em atenção o tipo de linguagem aplicada, que com este tipo de população terá de revestir um formato mais simplificado.

De acordo com a experiência obtida através da aplicação do projecto de formação em Gestão Familiar, o uso de actividades ou metodologias muito elaboradas, não surtem resultados positivos, nem o envolvimento dos participantes, pois perde-se grande parte do tempo em explicações sobre o que se pretende fazer, com a agravante de que na maioria dos casos a actividade não é completada com sucesso e poderão ocorrer enviesamento nos dados. Aliás, de acordo com JARDIM & PEREIRA (2006), qualquer actividade a decorrer no âmbito de projectos ou de programas deverá revestir-se criteriosamente de exposições breves e incisivas para os participantes compreenderem os conteúdos e os objectivos a trabalhar ou treinar. A comunicação utilizada pelo dinamizador do grupo deve ser simples e clara para que todos entendam o que se pretende, deve seguir uma sequência lógica, deve

ser breve evitando-se exposições longas e de muitas ideias e deve ser estimulante para que se mantenha o interesse do grupo.

Assim, decorre da nossa experiência que o projecto de formação em Gestão Familiar, ou outros de formato semelhante serão mais profícuos se deixarem de ser exclusivamente didácticos e apostem na partilha, discussão e suporte dos participantes, e no recurso a materiais e técnicas de carácter prático. As metodologias e técnicas aplicadas nos projectos deverão desenvolver o sentimento de pertença ao grupo, o “nós”, ensinar a pensar activamente, a desenvolver capacidades de partilha, cooperação, responsabilidade, autonomia e criação, ensinar a escutar de modo positivo e compreensivo, a criar sentimentos de segurança, vencer inibições e medos, e a favorecer o desenvolvimento de relações pessoais permitindo concomitantemente o desenvolvimento pessoal do indivíduo e das suas capacidades e competências (SERRANO, 2008).

Paralelamente, os projectos desta natureza devem proporcionar alguns serviços de suporte para que o seu sucesso junto de famílias com baixos rendimentos seja maior, já que, para estas, o acesso limitado a este tipo de serviços assume-se como um dos obstáculos à intervenção através de projectos. Aqui referimo-nos, por exemplo, à existência de serviço de babysitting no local onde decorrerá a aplicação do projecto, e à existência de transporte para os participantes, o que pode funcionar como complemento positivo a estes projectos (GOOGYEAR & RUBOVITS, 1982, THOMPSON ET AL., 1993).

A existência destes serviços não foi prevista para o projecto de formação em Gestão Familiar, colocando alguns constrangimentos em termos da assiduidade dos participantes e acesso ao local onde decorreu a formação. Quanto à disponibilização de transporte para os participantes, esta teria sido uma mais-valia, pois a Freguesia é servida por uma escassa rede de transportes públicos com elevados constrangimentos em termos de horário e frequência dos autocarros. Paralelamente, estamos a intervir com famílias de baixos rendimentos que não dispõem de orçamento disponível para pagamento de transporte para se deslocarem ao local de dinamização do projecto. Quanto aos serviços de babysitting, esta questão não colocou entraves para a aplicação do projecto, pois o horário planificado (das 13h30 às 16h00) previa que os filhos dos participantes estivessem na escola.

Contudo, só foi possível que a formação em Gestão Familiar decorresse neste horário porque todas as participantes do projecto se encontravam desempregadas. Nos casos em que as características dos participantes quanto à situação profissional sejam mais diferenciadas há que prever a necessidade do projecto decorrer noutros horários, em diferentes períodos do dia ou até em diversos locais (THOMPSON ET AL., 1993), contemplando também os serviços acima referidos. Aliás, com esta estratégia poderá também delinear-se uma intervenção específica com as crianças destas famílias, intervindo-se deste modo nas duas vertentes: com os progenitores e com os seus filhos, podendo, assim, aumentar-se o sucesso da intervenção.

Mantendo ainda em linha de conta a metodologia aplicada na execução do projecto de formação em Gestão Familiar, também será importante articular a intervenção no formato de formação em sala e

em grupo, com intervenção individualizada aqui assumida no formato de visitas domiciliárias. Embora prevista no desenho inicial do projecto de formação, não foi possível aplicar esta metodologia devido a constrangimentos de tempo. Há estudos que apontam resultados de que as visitas domiciliárias provocam um substancial impacto positivo nos pais. O que a teoria indica é que as visitas podem propiciar aos pais suporte emocional e ajudá-los a individualizar a informação aprendida em contexto de formação. Assim, projectos que utilizam um misto destas estratégias (sessões em grupo e sessões individuais) têm mais sucesso na potencialização das mudanças de comportamento. Logo, sessões em grupo promovem o contacto social com outros pais e ajudam os pais a “normalizar” os seus problemas enquanto sessões individuais ajudam os pais a desenvolver estratégias para colmatar determinado problema identificado e também proporcionam o apoio social pelos profissionais que efectuem as visitas domiciliárias (THOMPSON ET AL., 1993; LUNDAHL, NIMER & PARSONS, 2009).

Assume-se também de grande importância a participação de ambos os progenitores nas sessões do projecto. Projectos desta natureza tendem a ser mais efectivos quando ambos os progenitores os frequentam. Programas de educação parental que atendem às necessidades dos pais (figura parental masculina) podem ajudar os homens a ultrapassar os problemas colocados pela parentalidade, pois o envolvimento e participação dos pais como cuidadores influenciam o desenvolvimento da criança. Desta forma, será pertinente, a nível do conteúdo das sessões, incluir alguma informação sobre as necessidades desenvolvimentais da criança e adolescente, bem como a promoção de um maior envolvimento do pai na vida da criança, a abordagem da importância na comunicação do casal e da comunicação pais-filhos e a reflexão sobre eventuais diferenças de género na prestação de cuidados às crianças, na medida em que estes factores não só se constituem como de extrema relevância, mas também para que estes programas possam ir de encontro às necessidades da figura parental masculina (NOLLER & TAYLOR, 1989; MEYERS, 1993).

Ainda no que se refere à metodologia, achamos também pertinente abordar a dinâmica utilizada para a captação de parceiros que assumiram o papel de dinamizadores nas diferentes sessões da formação. Pensamos ser uma mais-valia manter a dinâmica da rede de sinergias iniciada pois esta assume-se de um papel muito relevante para a intervenção. Ao trazermos dinamizadores que eram profissionais formados nas respectivas temáticas abordadas ao longo das sessões, facultou às formandas o contacto com especialistas das diferentes áreas, e, desde logo, um maior aprofundamento dos temas e um melhor esclarecimento de questões e dúvidas. Paralelamente, por serem parceiros na comunidade, foi possível manter os custos do projecto baixos, especificamente no que respeita aos formadores, por estes derivarem destas instituições parceiras, não tendo sido necessário proceder ao seu pagamento.

Contudo, parece-nos também motivador promover uma dinamização diferente desta rede de sinergias estabelecida, com ênfase para uma maior colaboração e interligação entre instituições parceiras e os seus profissionais, especializados em diferentes temáticas, no desenho do programa. Tendo em conta que estamos a realizar uma intervenção através de um projecto, que se assume como intencional e sistémico, resultante da identificação das necessidades de um público-alvo e

dirigida em função de alguns objectivos, esta reclama a colaboração dos vários profissionais e entidades/instituições parceiras na comunidade, na identificação das necessidades pois estes também são conhecedores da realidade social, bem como na sua implementação e avaliação. A intervenção eficaz deve incluir a coordenação e colaboração entre as diversas organizações e instituições que propiciam apoio à família (LEE ET AL., 2009). Assim, pretende-se que estes profissionais participem desde o início na construção do desenho do programa e das respectivas temáticas e técnicas a utilizar no âmbito da formação. Conhecedores mais especialistas sobre tais temáticas e também da realidade social, permitirão uma abordagem mais específica e melhor trabalhada de cada conteúdo, adaptados às características e especificidades do público-alvo. E isto decerto surtirá uma vasta melhoria no projecto de formação em Gestão Familiar.

Quanto às questões de **avaliação** do projecto há que ter, desde logo, reflexividade crítica durante todo o processo e entender que a avaliação não é uma coisa que ocorre separadamente do projecto. A avaliação é um processo contínuo que irá permitir emitir um juízo de valor sobre a qualidade do processo e do produto; permitirá identificar por exemplo matérias que os formandos achem como mais difícil de compreender, otimizando uma resposta mais individualizada a cada um, aumentar a potencialidade de atingir os resultados esperados e paralelamente a credibilidade do programa de formação. E isto levará à identificação de resultados que permitam melhorar o projecto de intervenção, através da modificação do programa de formação (DUMKA, ROOSA, MICHAELS, SUH, 1995; MATTHEWS & HUDSON, 2001).

Frequentemente relegada para segundo plano, como aconteceu com este projecto, decorrendo daqui a necessidade e relevância da realização deste trabalho, a avaliação deve ser contemplada desde o início de um programa, ou neste caso, projecto de intervenção. Desde logo, no seu início, deverá identificar o inventário de necessidades dos beneficiários do programa e dos recursos disponíveis, tal como foi efectuado no âmbito do projecto de formação em Gestão Familiar, já anteriormente abordado. Deve ainda, decorrer durante o desenrolar do projecto/programa para avaliar se este está a ser cumprido na íntegra conforme o previsto, e se não se está a desviar do desenho original. Deverá, também, ser aplicada no final do projecto/programa para identificar se a acção produziu os resultados esperados (MONTEIRO, 1995; DUMKA ET AL., 1995).

No que respeita ao projecto de formação em Gestão Familiar, foi mais privilegiada a avaliação no final do projecto, para apurar sobre as opiniões das formandas em relação à formação. Realizada de forma mais informal e pouco sistemática durante o desenrolar do projecto de formação, e substanciada essencialmente pela observação e análise da performance das formandas durante a realização das sessões, é necessário e importante que o projecto seja munido de outros instrumentos de avaliação que permitam o cruzamento de diversos resultados para o processo de avaliação global.

Há ainda que ter presente, que todo e qualquer processo avaliativo deve ter subjacente os objectivos que se querem alcançar, para que possam cruzar com os respectivos instrumentos e, desta forma, averiguar se o projecto produziu as mudanças que se tinha programado e desejado. A forma como formulamos os objectivos condiciona o modo com queremos intervir e como tal, o próprio processo

avaliativo. Os objectivos e metas deverão ser realistas, ou seja, viáveis, pertinentes e aceitáveis, devendo também ser priorizados.

Abordaremos de seguida os instrumentos de avaliação global que foram construídos ou adaptados para serem aplicados no âmbito do projecto de formação em Gestão Familiar, com o objectivo de verificar as mudanças produzidas e resultados esperados.

Colocando a tónica na perspectiva de avaliação dos formandos no que concerne às suas competências, será importante aplicar instrumentos que possam avaliar e monitorizar as competências objecto da intervenção e que não foram pensados nesta primeira edição no contexto global da avaliação do projecto de formação em Gestão Familiar. Para o efeito tornou-se relevante desenvolver alguns questionários a aplicar a cada uma das competências.

Sendo que grande parte das competências objecto do trabalho de intervenção do projecto de formação, se situam mais no domínio da psicologia, e que não detemos formação em Psicologia, tornou-se relevante seleccionar instrumentos que fossem de fácil aplicação, utilização, interpretação e acesso. Grande parte dos instrumentos da Psicologia requerem formação específica para a sua aplicação e respectiva interpretação, e também não são de fácil acesso devido aos custos elevados na sua aquisição. Assim, os questionários foram adaptados de diversos autores, e alguns deles modificados para os tornar mais acessíveis na linguagem, tendo em mente as características do público-alvo deste projecto.

Neste caso particular, as competências objecto de intervenção por parte da formação em Gestão Familiar são as **competências pessoais, sociais e as competências parentais**. Após a avaliação e reflexão que tem sido efectuada ao longo deste trabalho consideramos que, de entre as diversas competências pessoais e sociais que podemos identificar, as que consideramos essenciais e apropriadas a trabalhar são as seguintes: a auto-realização, a auto-estima, o bem-estar, a assertividade, a resiliência e o eu resiliente. Apesar de se encontrarem implícitas no projecto de formação objecto desta análise, consideramos importante que sejam destrinchadas em formações futuras para que melhor se adequem aos objectivos e identificação das mudanças ocorridas. Os instrumentos para avaliação destas competências encontram-se no ANEXO VII. As **competências parentais** são também elas objecto de tratamento no projecto de formação em Gestão Familiar. Apesar de terem sido alvo de diversas sessões não estava previsto a aplicação de um instrumento específico para a sua avaliação. De entre os diversos instrumentos disponíveis seleccionámos o inventário de estilos parentais (ANEXO VIII), pois revela-se de fácil aplicação e interpretação de resultados.

Através da aplicação destes instrumentos em momentos distintos (antes e após formação), poderemos obter um nível de monitorização maior, bem como mais dados comparativos para uma análise das modificações operadas para se proceder a uma avaliação global das competências apreendidas e desenvolvidas, na medida em que estes instrumentos permitir-nos-ão obter informação e um nível de entendimento sobre a forma como os formandos se percebem e actuam na

realidade social do seu quotidiano. Os resultados obtidos através da aplicação e interpretação destes instrumentos carecem de cruzamento com todas as outras informações que se podem obter ao longo da formação e que nos podem elucidar sobre a aquisição de comportamentos e competências por parte dos formandos. Por si só estes instrumentos não são considerados suficientes para aferir dos resultados esperados e obtidos com o projecto de formação em Gestão Familiar. Medidas directas podem ser conseguidas através da observação e análise da performance dos formandos nas diversas dinâmicas aplicadas ao longo da formação para o treino de competências como os role-plays e da forma como estes cumprem as tarefas que lhes são pedidas em contexto formativo, a efectuar pelos dinamizadores das sessões. Outras medidas directas resultam também da observação da dinâmica familiar e dos comportamentos praticados pelos pais e pelas crianças que podem ser conseguidas com a realização de visitas domiciliárias, estratégia já anteriormente referida como pertinente e a incluir em sessões posteriores de realização da formação.

Ainda no processo avaliativo não poderemos relegar para segundo plano a apreciação da adequação do projecto por parte dos formandos. Assim, é da nossa opinião que se deverá aplicar um questionário antes do início da formação (ANEXO IX) que nos permitirá interpretar e identificar as expectativas dos formandos relativamente à formação em si e do modo como esta se desenrolará. Parece-nos também necessário e pertinente a aplicação de um questionário de avaliação no final de cada unidade temática abordada e discutida na formação (ANEXO X) para que os resultados sejam mais conclusivos e, concomitantemente, permitam as necessárias adaptações ou modificações na formação.

Os resultados obtidos e analisados através de uma avaliação individualizada de cada tema, permitirão obter a visão de cada formando sobre a sua percepção de como decorreu a sessão e os conhecimentos aprendidos e interiorizados. No final da formação é ainda importante avaliar o modo como decorreu a implementação do projecto no seu todo, com a aplicação de mais um questionário de avaliação (ANEXO XI), onde serão avaliadas diversas dimensões presentes no projecto de formação como os objectivos, conteúdos, as actividades, a participação, os recursos e o desenvolvimento de conhecimentos, concentrando-se, assim, uma apreciação e avaliação global do projecto.

A aplicação do conhecimento aprendido em todo o processo de avaliação leva à revisão, refinamento e, por consequência, à melhoria do projecto de formação, resultando em eficácia aumentada. “A elaboração de projectos, tal como qualquer outro tipo de aprendizagem, é alcançada mediante a prática reiterada. Por isso, será necessário elaborar e reelaborar o projecto e compará-lo com a prática, para que esta nos indique se a acção que projectamos realizar se considera, ou não, adequada. Segundo esta óptica, podemos afirmar que a elaboração de projectos constitui uma aprendizagem permanente, pois é sempre possível melhorar e otimizar o trabalho que se realiza” (SERRANO, 2008:116).

CONCLUSÃO

A multiplicidade de problemas que afectam e submergem as famílias multiproblemáticas pobres torna difícil a identificação de elementos protectores e de características positivas. No entanto, são famílias que detêm recursos e competências que, muitas vezes, no âmbito do processo de intervenção são facilmente esquecidas e pouco valorizadas.

Para que se fomente um verdadeiro processo de intervenção e de mudança nestas famílias é essencial que se modifiquem estratégias e modelos de intervenção. A perspectiva tradicional dita que para cada problema deve existir uma solução ou uma estratégia o que faz com que as famílias atraiam uma multiplicidade de tipos de suportes formais geralmente aplicados em paralelo e com a inexistência de coordenação adequada, e que apenas permitem que necessidades imediatas sejam ultrapassadas. Focalizam-se essencialmente nos problemas e aspectos negativos da família e em dar resposta a estes, sem no entanto se promover a responsabilização e capacitação das famílias. A identificação de elementos positivos nestas famílias implica que estes sejam encarados como potenciadores da evolução e transformação destas, promovendo famílias mais activas e autónomas e menos dependentes de apoios formais.

Torna-se então relevante, que a intervenção promova linhas de intervenção diversificadas e que actuem perante o padrão de problemas das famílias multiproblemáticas pobres e menos em cada problema, para que se consiga responder a várias necessidades. Ora, sendo famílias inseridas em processos de pobreza e exclusão, dificilmente têm acesso aos diversos sistemas sociais da sociedade, verificando-se uma fraca capacidade de empowerment como característica destas famílias.

Na investigação empírica que realizámos no presente trabalho, o projecto de formação em Gestão Familiar foi perspectivado como uma linha de intervenção diversificada e distinta dos processos normais de intervenção, focalizando-se no padrão de problemáticas das famílias. Ora, tendo-se constatado que tais problemáticas perpetuam-se no tempo e geracionalmente, promovidas pela escassez de modelos positivos presentes na sua rede de suporte social, tornou-se relevante intervir para prevenir práticas potencialmente nefastas na dinâmica familiar. Para que isto seja possível é necessário promover um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos, instrumentos e competências das famílias, através de intervenções que tendem a promover e a construir-se nas forças existentes nas famílias. Neste sentido, com a construção e implementação do projecto de formação em Gestão Familiar, pretendeu-se ajudar as famílias a desencadear processos independentes para que sejam estas a resolver com sucesso os problemas que se lhes são colocados ao longo da sua vida, com recurso às suas forças e competências.

No projecto de formação em Gestão Familiar, estruturou-se um programa de formação, no qual foram abordados diversos conteúdos e temáticas, em torno das diferentes competências e capacidades que se pretendiam abordar e valorizar com as participantes no projecto e que pudessem potenciar o início da mudança nas suas famílias e nas respectivas dinâmicas. Através destes conteúdos, valorizou-se a

transmissão de informação, de conhecimentos e de estratégias que permitissem às participantes reconhecer as suas próprias capacidades, recursos e ferramentas, mas que muitas vezes são difíceis de identificar pelas próprias, bem como dar a conhecer novas ferramentas e recursos que pudessem aplicar no quotidiano e que as ajudassem a gerir toda a dinâmica familiar de forma mais equilibrada.

Pretendemos com a investigação empírica aferir sobre as mudanças ocorridas nas participantes (e famílias) na formação e se nelas foi promovido um processo de responsabilização no seu próprio futuro e na transformação das suas famílias; e também aferir se a realização de intervenções com modelos deste género são positivas em contexto profissional e no trabalho com as famílias.

Os resultados encorajadores do trabalho realizado, sobretudo ao nível do aumento da promoção da auto-estima, do reconhecimento de forças, recursos e capacidades, levam-nos a crer que embora marcadas por vivências de grande tensão devido aos inúmeros problemas com que se deparam, por recursos limitados e modelos desestruturados, é possível ajudar as famílias no desempenho dos seus diversos papéis e funções, proporcionando-lhes um maior conhecimento das suas forças e capacidades.

A formação em Gestão Familiar provou ser bem sucedida no reforço de novas competências sociais e parentais. Notou-se uma evolução das pessoas envolvidas no que diz respeito ao aumento das capacidades organizativas, na melhoria do desempenho das funções parentais, na melhoria da auto-estima, na melhoria da higiene após a avaliação final da formação, embora numas mais que noutras. Porém, há que ter em linha de conta, que alguns comportamentos são difíceis de alterar e apreender devido às histórias de vida de cada indivíduo e à especificidade das condições socioculturais em que vivem, não se podendo perspectivar mudanças estruturais rápidas nestas famílias. Neste sentido, e apesar de não se terem potenciado mudanças profundas, a formação contribuiu para que todas as formandas conhecessem uma nova forma de estar e de viver em sociedade, nelas provocando um crescendo de consciencialização, podendo, assim, ser considerado como um procedimento psico-educativo e terapêutico na área da formação e intervenção.

Constatámos ainda, que apesar dos recursos limitados e histórias de vida atribuladas, as formandas foram capazes de identificar que detêm competências e capacidades motivando-as para um processo de mudança nos aspectos da dinâmica pessoal e familiar. Identificaram também que adquiriram capacidades e competências que não detinham e que consideraram necessárias para ir ao encontro das diversas necessidades pessoais e das suas famílias. Deste modo, tornaram-se mais competentes e capazes de poder intervir de forma positiva nos problemas que se lhes colocam e de conseguir adaptar estratégias consoante as necessidades da família nas suas diversas etapas de desenvolvimento.

Interessou-nos igualmente perceber se a realização de formas de intervenção com este modelo são apercebidas como benéficas para as participantes.

No que respeita a esta questão, todas as formandas foram da opinião que o projecto se constituiu como benéfico para a tomada de consciência da sua situação e de reforço das suas capacidades. A

discussão das diversas temáticas objecto da formação permitiu uma maior tomada de consciência sobre o que poderão mudar nos seus comportamentos e no das suas famílias. Os aspectos positivos relacionais da intervenção em formato de grupo surtiram grande impacto nas formandas, traduzindo-se num apoio prático e emocional, com ênfase para a partilha de experiências e de problemáticas, que efectivamente promoveram uma maior consciencialização da sua situação e problemas e as motivaram para a mudança.

Perante as diversas dificuldades e problemas, tão graves quanto urgentes, que assolam estas famílias, há que redobrar esforços para combater estas situações para melhorar os seus níveis de vida, para alargar os seus direitos como cidadãos, para eliminar a discriminação e a exclusão social. É preciso dar especial atenção às capacidades que as pessoas têm e consequentemente fazer ver aos indivíduos que estes são capazes de mudar o seu projecto de vida. O empowerment revela-se importante enquanto estratégia de intervenção no trabalho com famílias multiproblemáticas pobres, pois incide sobre o reforço do sentido da competência, na promoção de capacidades para a mudança e para que sejam capazes de resolver os seus problemas e de ganhar controlo sobre as suas vidas. É uma forma de o técnico intervir activamente sobre as famílias, assumindo-se como suporte e como treinador das competências das famílias. A utilização de modelos deste género em contexto profissional e no trabalho com as famílias, em consonância com outras estratégias de intervenção e de apoio, disponibiliza aos técnicos diversos recursos e instrumentos, reforçando-se o trabalho social efectuado com estas famílias.

Consideramos, assim, que o projecto de formação em Gestão Familiar reúne condições para ser implementado como estratégia de intervenção para o empowerment das famílias, constituindo-se como um modelo de intervenção alternativo nas vertentes educativa e preventiva, e complementar aos apoios existentes e adequado às necessidades das famílias para uma mudança positiva. O facultar de informação e conhecimento é necessário para que os que recebem ajuda possam fazer escolhas fundamentadas e que dêem resposta às suas necessidades, e, simultaneamente, promovam conhecimentos e aptidões necessárias para agir de uma forma que seja geradora de competências e que os possam apoiar na realização das suas tarefas familiares que irão durar toda a vida e serão as mais desafiantes que certamente alguma vez enfrentarão.

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, Robert (1996), *Social Work and Empowerment*, London: MacMillan.

AGULHAS, Rute (2008), adaptado de SÁNCHEZ ET AL (s/d), *Necesidades de la infancia y protección infantil*. Vol. 2 – Actuaciones frente a los malos tratos y el desamparo de menores, Ministerio de Asuntos Sociales; Curso de Avaliação e Promoção de Competências Parentais, ISPA.

ALMEIDA, João Ferreira e outros (1994), *Exclusão Social, Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras: Celta Editora, 2.^a edição.

AMARO, Fausto (2005), “The family in Portugal: past and present”, in *Handbook of World Families*, Thousand Oaks: SAGE, pp. 330-346.

AMARO, Fausto (2006), *Introdução à Sociologia da Família*. Lisboa: ISCSP.

AUSLOOS, Guy (1996), *A competência das famílias: Tempo, Caos, Processo*. Lisboa: Climepsi Editores.

BENAVENTE, Renata (2008), “Formação Parental: interrupção do mau trato e negligência”, in *Revista Pretextos*, Lisboa: Instituto da Segurança Social, n.º 32, pp. 4-6.

BERGER, Miriam e SPANGAARD, Hans (2005), *Projecto Família: manual para assistentes familiares*, Lisboa: MDV: revisão e adaptação à realidade portuguesa por DELGADO, Graça Mira e VALE, Isabel Malheiro.

CABALLO, Vicente E. (2000), *Manual de evaluation y entrenamiento de las habilidades sociales*, Madrid: Siglo XXI de Espana Editores, S.A., 4.^a edição.

CALVO, Valentín González (2004), “Famílias multiproblemáticas, dificuldades de abordagem”, in *Trabajo Social*, n.º 6, pp. 145 – 156.

CANHÃO, Ana Margarida (2007), “Modelo ecológico de avaliação e intervenção nas situações de risco e de perigo para a infância”, in *Revista Pretextos*, Lisboa: Instituto da Segurança Social, n.º 28, pp. 10 – 12.

CARMO, Hermano (1995), “Avaliação em Intervenção Comunitária”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Adriano Moreira*, Lisboa: ISCSP, pp. 671 – 690, vol.2.

CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela Malheiro (2008), *Metodologia da Investigação. Guia para auto-aprendizagem*, Lisboa: Universidade Aberta, 2.^a edição.

CHAMBEL, Elza (2006), “Pobreza, Género e Direitos Fundamentais”, in *Revista Pretextos*, Lisboa: Instituto da Segurança Social, n.º 23, pp. 3 – 4.

CORREIRA, Luís de Miranda e SERRANO, Ana Maria (orgs) (2002), *Envolvimento Parental em Intervenção Precoce. Das Práticas Centradas na Criança às Práticas Centradas na Família*, Porto: Porto Editora.

CORREIA, Luís de Miranda e SERRANO, Ana Maria, (2000) "Intervenção Precoce Centrada na Família: Uma Perspectiva Ecológica de Atendimento" in CORREIA, Luís de Miranda, SERRANO, Ana Maria (Orgs), *Envolvimento Parental em Intervenção Precoce. Das Práticas Centradas na Criança às Práticas Centradas na Família* (pp. 11 – 32), Porto: Porto Editora.

COSTA, Alfredo Bruto da (2007), *Exclusões Sociais*, Lisboa: Gradiva.

COSTA, Alfredo Bruto da (coord.), (2008), *Um olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Lisboa: Gradiva.

COUTINHO, Maria Teresa Brandão (2004), "Apoio à família e formação parental", in *Análise Psicológica*, 1 (XXII): pp. 55-64, obtido em 18 de Dezembro de 2009: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v22n1/v22n1a06.pdf>.

DODGE, Kenneth A., PETTIT, Gregory S. e BATES, John E. (1994), "Socialization Mediators of the Relation between Socioeconomic Status and Child Conduct Problems", in *Child Development*, 65, pp. 649-665.

DORE, Martha Morrison e LEE, Judy M. (1999), "The Role of Parent Training with Abusive and Neglectful Parents", in *Family Relations*, vol. 48, n.º 3, pp. 313-325.

DUMKA, Larry E., ROOSA, Mark W., MICHAELS, Marcia L. e SUH, Karen W. (1995), "Using Research and Theory to Develop Prevention Programs for High Risk Families", in *Family Relations*, vol. 44, n.º 1, pp. 78-86.

DUNST, Carl J. (2000), "Apoiar e Capacitar as Famílias em Intervenção Precoce: O Que Aprendemos?" in CORREIA, Luís de Miranda e SERRANO, Ana Maria (Orgs), *Envolvimento Parental em Intervenção Precoce. Das Práticas Centradas na Criança às Práticas Centradas na Família* (pp. 77 - 2), Porto: Porto Editora.

ESPE-SHERWINDT, Marilyn (2000), "Intervenção Precoce: Quando os Pais estão em Risco" in CORREIA, Luís de Miranda e SERRANO, Ana Maria (Orgs), *Envolvimento Parental em Intervenção Precoce. Das Práticas Centradas na Criança às Práticas Centradas na Família* (pp. 93 - 112), Porto: Porto Editora.

FAZENDA, Isabel (2005), *Empowerment e participação, uma estratégia de mudança*, Centro Português de Investigação e História e Trabalho Social, obtido em 18 de Dezembro de 2009: www.cpihts.com/PDF/EMPOWERMENT.pdf.

FERNANDES, António Teixeira (1994), “Dinâmicas familiares no mundo actual: harmonias e conflitos”, in *Análise Social*, vol. XXIX (129), pp. 1149 – 1191.

FRANCESCATO, Donata e MORGANTI, Monica (1997), “People First: Strategies of empowerment in work organizations”, in *Análise Psicológica*, 3 (XV), pp. 405 – 418.

GIMENO, Adelina (2001), *A Família. O Desafio da Diversidade*, Lisboa: Instituto Piaget.

GOODYEAR, Rodney K. e RUBOVITS, James J. (1982), “Parent Education: A Model for Low-Income Parents”, in *The Personnel and Guidance Journal*, March, pp. 409-412.

GÓMEZ, Esteban, HAZ, Ana Maria e MUÑOZ, María Magdalena (2007), “Familias Multiproblemáticas y en Riesgo Social: Características e Intervención”, in *PSYKHE*, vol. 16 (2), pp. 43 – 54.

GÓMEZ, Esteban e HAZ, Ana Maria (2008), “Intervención Familiar Preventiva en Programas Colaboradores del SENAME: La Perspectiva del Profesional”, in *PSYKHE*, vol. 17 (2), pp. 53 – 65).

GONÇALVES, Carlos Manuel (1998/1999), “Educação Familiar e Parental”, in *Descobrir*, n.º 6, pp. 4-5.

GROSS, Deborah, GARVEY, Christine, JULION, Wrenetha e FOGG, Louis (2007) “Preventive Parent Training with Low-Income, Ethnic Minority Families of Preschoolers, in J.M. Briesmeister & C.E. Schaefer (Eds.) *Handbook of Parent Training: Helping Parents Prevent and Solve Problem Behaviors*, New York: Wiley, 3rd edition, pp. 5-24.

GUERRA, Isabel Carvalho (2002) *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção. O Planeamento em Ciências Sociais*, Cascais: Principia, 2.^a edição.

HESPANHA, Pedro e outros (2000), *Entre o Estado e o Mercado. As Fragilidades das Instituições de Protecção Social em Portugal*, Coimbra: Quarteto.

HUGHES Jr, Robert (1994) “A Framework for Developing Family Life Education Programs”, in *Family Relations*, vol. 43, n.º 1, pp. 74-80.

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL (s/d), *Guião Operativo para o Atendimento/Acompanhamento Social - Caderno B: Contratualização para a inserção*.

JARDIM, Jacinto e PEREIRA, Anabela (2006), *Competências Pessoais e Sociais. Guia prático para a mudança positiva*, Porto: Edições ASA.

KLEIN, David M., e WHITE, James M., (1996), *Family Theories: an introduction*, Thousand Oaks: SAGE.

LEE, Moyee, GREENE, Gilbert J., HSU, Kai Shyang, SOLOVEY, Andy, GROVE, David, FRASER, J. Scott, WASHBURN, Phil e TEATER, Barbara (2009), "Utilizing Family Strengths and Resilience: Integrative Family and Systems Treatment with Children and Adolescents with Severe Emotional and Behavioral Problems", in *Family Process*, vol. 48 (3), pp. 395-416.

LIND, Wolfgang (2004), A importância dos rituais familiares na construção da família", in *Cidade Solidária*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, edição de Fevereiro de 2004, pp. 6 – 23.

LUNDAHL, Brad W., NIMER, Janelle e PARSONS, Bruce (May, 2006) "Preventing Child Abuse: A Meta-Analysis of parent Training Programs", in *Research on Social Work Practice*, vol. 16 n.º 3, pp. 251-262.

MARTINEZ, Magdalena Rodriguez (2003), "La familia multiproblemática y el modelo sistémico", in *Portularia*, n.º 3, pp. 89 – 115, obtido em 28 de Junho de 2010: <http://www.redsistemica.com.ar>.

MATTHEWS, Jan M. e HUDSON, Alan M., (2001), "Guidelines for Evaluating Parent Training Programs", in *Family Relations*, vol. 50, n.º 1, pp. 77-86.

MCCURDY, Karen e DARO, Deborah (2001), "Parent Involvement in Family Support Programs: An Integrated Theory", in *Family Relations*, vol. 50, n.º 2, pp. 113-121.

MELO, Ana Teixeira de, e ALARCÃO, Madalena (2009), "Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental: proposta de um modelo global de organização", in *Psicologia & Sociedade*, 21 (1), pp. 55-64.

MEYERS, Steven A., (1993), "Adapting Parent Education Programs to Meet the Needs of Fathers: Na Ecological Perspective", in *Family Relations*, vol. 42, n.º 4, pp. 447-452.

MESQUITA, Margarida (1998), "A (des) truturação familiar", in *Política Social*, Lisboa, ISCSP, pp. 107 – 126.

MONTEIRO, Alcides (1996) "A avaliação nos projectos de intervenção social: reflexões a partir de uma prática", in *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 22, pp. 137-154.

NEVES, Zita S. (2007), *A (nossa) intervenção com Famílias Multiproblemáticas*, Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar, obtido em 28 de Janeiro de 2010: http://www.cm-loures.pt/doc/garse/art13_2008/ZitaNeves.pdf.

NICHOLSON, Bonnie, ANDERSON, Michelle, FOX, Robert e BRENNER, Viktor (2002), "One Family at a Time: A Prevention Program for At-Risk Parents", in *Journal of Counseling and Development*, 80 (3), pp. 362-371.

NOLLER, Patricia e TAYLOR, Robert (1989), "Parent Education and Family Relations", in *Family Relations*, vol. 38, n.º 2, pp. 196-200.

PEREIRINHA, José António (coord.), (2008), *Género e Pobreza. Impacto e Determinantes da Pobreza no Feminino*, Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

PINTO, Carla (1998), “Empowerment: uma prática de serviço social”, in *Separata de Política Social*, Lisboa: ISCSP, pp. 246 – 277.

PIZZIO, Alex (2009), “Desqualificação e qualificação social: uma análise teórico conceitual”, in *Revista Mal-Estar e Subjectividade*, vol. IX (1), pp. 209 – 232.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva, 5.^a edição.

RAMOS, Maria de Fátima (2008), “Novas Famílias: um desafio ao exercício da parentalidade”, in *Revista Pretextos*, Lisboa: Instituto da Segurança Social, n.º 32, pp. 7-8.

RELVAS, Ana Paula (1996), *O ciclo vital da família: perspectiva sistémica*, Porto: Edições Afrontamento.

RELVAS, Ana Paula e ALARCÃO, Madalena (2002), *Novas formas de família*, Coimbra: Quarteto Editora.

RIBEIRO, M.^a José dos Santos (2003), *(Programa) SER FAMÍLIA: construção, implementação e avaliação de um programa de Educação Parental*, tese elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Braga, Universidade do Minho – Instituto de Educação e Psicologia.

RODRIGUES, Eduardo Vítor e outros (1999), “A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal”, in *Sociologia*, série I, vol. 09, pp. 63 – 101.

SAMPAIO, Daniel e GAMEIRO, José (1998), *Terapia Familiar*, Porto: Edições Afrontamento, 4.^a edição.

SARACENO, Chiara e NALDINI, Manuela (2003), *Sociologia da família*, Lisboa: Editorial Estampa, 2.^a edição actualizada.

SERRANO, Gloria Pérez (2008), *Elaboração de Projectos Sociais. Casos Práticos*, Porto: Porto Editora.

SILVA, Luísa Ferreira da (2001), *Intervenção Psico-Social*, Lisboa: Universidade Aberta.

SILVA, Natalina (2007), “Factores de vulnerabilidade social no grupo das mulheres”, in *Revista Pretextos*, Lisboa: Instituto da Segurança Social, n.º 28, pp. 5 – 7.

SILVA, Natalina (2008), “Factores de Pobreza e Exclusão Social: categorias sociais vulneráveis”, in *Revista Pretextos*, Lisboa: Instituto da Segurança Social, n.º 29, pp. 5 – 8.

SILVA, Carmen e MARTINEZ, María Loreto (2004), “Empoderamiento: Proceso, Nivel y Contexto”, in *PSYKHE*, vol. 13 (1), pp. 29 – 39.

SOUSA, Júlio Emílio Pereira de (2006), “As famílias como projectos de vida: O desenvolvimento de competências resilientes na conjugalidade e na parentalidade”, in *Saber (e) Educar*, Porto: ESE de Paula Frassinetti. N.º11, pp.41-47, obtido em 18 de Dezembro de 2009: <http://repositorio.esepf.pt/handle/10000/10>.

SOUSA, Liliana (2005), *Famílias Multiproblemáticas*, Coimbra: Quarteto.

SOUSA, Liliana e RIBEIRO, Cláudia (2005), “Percepção das famílias multiproblemáticas pobres sobre as suas competências”, in *Psicologia*. [online], vol.19, no.1-2, pp.169-191, obtido em 18 de Dezembro de 2009: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492005000100008&lng=pt&nrm=iso.

SOUSA, Liliana e RIBEIRO, Sofia (2009), “Linking Formal and Informal Support in Multiproblem Low-Income Families: The Role of the Family Manager”, in *Journal of Community Psychology*, vol. 37, n.º 5, pp. 649-662.

SOUSA, Liliana e MATOS, Ana (2006), “O apoio das instituições de protecção social às famílias multiproblemáticas”, in *PSI – Rev. Psicol. Soc. Instit.*, Londrina, vol. 3, n.º 1, pp. 1-23.

SOUSA, Liliana, HESPAÑA, Pedro, RODRIGUES, Sofia e GRILO Patrícia (2007), *Famílias pobres: desafios à intervenção social*, Lisboa: Climepsi Editores.

STOLK, Mirjam N., MESMAN, Judi, ZEIJL, Jantien van, ALINK, Lenneke R. A., BAKERMANS-KRANENBURG, Marian, J., IJZENDOORN, Marinus H. van, JUFFER, Femmie, e KOOT, Hans M. (2007), “Early Parenting Intervention: Family Risk and First-time Parenting Related to Intervention Effectiveness”, in *Journal of Child and Family Relations*, obtido em 15 de Outubro de 2010: <http://dare.ubvu.vu.nl/bitstream/1871/11480/1/fulltext.pdf>.

STOLK, Mirjam N., MESMAN, Judi, ZEIJL, Jantien van, ALINK, Lenneke R. A., BAKERMANS-KRANENBURG, Marian, J., IJZENDOORN, Marinus H. van, JUFFER, Femmie, e KOOT, Hans M. (2008), “Early parenting intervention aimed at maternal sensitivity and discipline: a process evaluation”, in *Journal of Community Psychology*, vol. 36 (6), pp. 780-797.

THOMPSON, Ronald W., GROW, Crystal R., RUMA, Penney R., DALY, Daniel L. e BURKE, Raymond V. (1993), “Evaluation of a Practical Program with Middle-and Low-Income Families”, in *Family Relations*, vol. 42, n.º 1, pp. 21-25.

WEISS, Heather B, e GREENE, Jennifer C. (1992), “An Empowerment Partnership for Family Support and Education Programs and Evaluations”, in *Family Science Review*, vol. 5 (1&2), pp. 131 – 148.

WIGGINS, Tamera L., SOFRONOFF, Kate e SANDERS, Matthew R. (2009), "Pathways Triple P-Positive Parenting Program: Effects on Parent-Child Relationships and Child Behavior Problems", in *Family Process*, vol. 48, n.º 4, pp. 517-530.



ANEXOS

ANEXO I

Guião de Entrevista

GUIÃO DE ENTREVISTA

Tema: Educação familiar como forma de intervenção para o empowerment – Projecto formação em gestão familiar

- Considerações acerca do que pensavam que iria ser a formação em gestão familiar (o que iriam aprender, temas a debater)
- Grau de motivação no início da formação
- Expectativas das participantes em relação à formação:
 - Aquisição de novos conhecimentos
 - Aumento das capacidades para melhor desempenharem as suas funções:
 - ✓ Organização do espaço habitacional
 - ✓ Higiene habitacional e pessoal
 - ✓ Gestão do orçamento familiar
 - ✓ Cuidados de saúde
 - ✓ Segurança em casa e na rua
 - Melhoria da capacidade de relacionamento na família
- Interesse e utilidade dos temas debatidos para a dinâmica e organização familiar das participantes
- Importância da partilha de experiências entre as participantes
- Benefícios que obteve com a participação na formação em gestão familiar:
 - Aquisição de novos conhecimentos
 - Aumentar as capacidades para melhor desempenhar as suas funções:
 - ✓ Organização do espaço habitacional
 - ✓ Higiene habitacional e pessoal
 - ✓ Gestão do orçamento familiar
 - ✓ Cuidados de saúde
 - ✓ Segurança em casa e na rua
- Melhorar a capacidade de relacionamento na família

ANEXO II

Questionário de formação em
Gestão Familiar

QUESTIONÁRIO FORMAÇÃO EM GESTÃO FAMILIAR

Este questionário tem o objectivo de recolher informação sistemática sobre os formandos da formação em Gestão Familiar, no âmbito do processo de avaliação sócio-psicológico.

Identificação

Nome _____ Idade: _____

Escolaridade: _____ Sexo: M ☐ F ☐

Nome do (s) Filho (s): _____

Responda às seguintes questões, fazendo um x no espaço que melhor indicar a frequência com que você age nas situações descritas (**SEMPRE, ÀS VEZES ou NUNCA**).

	Sempre	Às vezes	Nunca
1. Cuidados ao nível da saúde física e mental			
Quando estou doente vou ao médico			
Os meus filhos têm as vacinas em dia			
Os meus filhos vão às consultas de rotina (pelo menos uma vez por ano)			
Uma vez por ano, faço a consulta de planeamento familiar/ginecologia			
O meu marido/esposa vai, uma vez por ano, ao médico de família (efectuar check-up)			
Nas relações sexuais utilizo contraceptivo (preservativo/DIU/pílula/etc...)			
Sinto-me cansada (o)			
Tenho vontade de chorar			
Sinto-me feliz			
Quando estou nervosa(o), zango-me com facilidade, mas assim que passa a raiva peço desculpas			
2. Habitação			
Confecciono pelo menos uma refeição por dia			
As outras refeições são asseguradas por: _____			
As refeições da família incluem sopa			
A minha família come peixe pelo menos uma vez por mês			
Todos os dias os meus filhos comem doces			
A minha família toma o pequeno-almoço em casa			
Compro frutas e iogurtes todas as semanas			
Compro refeições pré-preparadas (pizzas, rissóis, lasanha, etc. ...)			

	Sempre	Às vezes	Nunca
O lanche do meu filho é composto por: pão, iogurte/leite, fruta			
A minha família tem roupa e calçado apropriado às estações do ano (frio, chuva, calor)			
Tomo banho todos os dias			
Faço a higiene íntima diariamente			
Lavo os dentes 2 vezes por dia			
Penteio-me diariamente			
Os meus filhos lavam-se todos os dias			
Os meus filhos lavam os dentes e penteiam-se 2 vezes por dia			
Os meus filhos tomam banho quando estão sujos			
Tenho fogão em casa: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>			
Tenho frigorífico em casa: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>			
Tenho água, luz e gás em casa			
Tenho casa de banho: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>			
Adultos e crianças têm áreas separadas para dormir: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>			
Limpo a casa uma vez por semana			
Quando há loiça suja, lavo-a			
Lavo a roupa, pelo menos, uma vez por mês			
Mudo a roupa da cama e a da casa de banho, pelo menos de 15 em 15 dias			
Despejo o lixo uma vez por semana			
Detergentes e medicamentos são guardados em locais fora do alcance das crianças			
O gás escapa da garrafa			
Os utensílios domésticos perigosos (facas, tesouras, isqueiros, fósforos...) são deixados à mão das crianças			
3. Gestão Económica			
Do agregado familiar quem tem emprego: Pai <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Filho (s) <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/>			
Tenho rendas em atraso			
Tenho dívidas por pagar			
Quando recebo o ordenado/RSI, compro/pago em 1.º lugar (resposta múltipla): <input type="checkbox"/> Alimentação <input type="checkbox"/> Renda <input type="checkbox"/> Água, luz ou gás <input type="checkbox"/> Sapatos/roupa <input type="checkbox"/> Internet <input type="checkbox"/> TV cabo <input type="checkbox"/> Telemóvel <input type="checkbox"/> Outros, quais: _____			
Se recebesse um prémio no valor de €350, o que compraria? _____			

	Sempre	As Vezes	Nunca
4. Competências Pessoais, Sociais e Parentais			
Tenho medo de expressar a minha opinião			
Expresso os meus sentimentos facilmente			
Sou capaz de dizer não aos meus filhos			
É um problema para mim mostrar aos outros o meu agrado por eles			
De uma forma geral, estou satisfeita (o) comigo mesmo			
Penso que não presto para nada			
Penso que tenho algumas boas qualidades			
Sinto-me verdadeiramente inútil			
Julgo que tenho, pelo menos, tanto valor como os outros			
Tenho uma atitude positiva para com a minha pessoa			
Pergunto ao meu filho como foi o seu dia na escola e ouço-o atentamente			
Ameaço que vou bater ou castigar e depois não faço nada			
Quando o meu filho sai, conta espontaneamente onde vai			
Quando estou alegre, não me importo com as coisas erradas que o meu filho faça			
O meu filho tem muito medo de apanhar de mim			
O meu filho fica sozinho em casa a maior parte do tempo			
Quando castigo o meu filho, e ele me pede para sair do castigo, após alguma insistência permito que o faça			
Quando o meu filho está triste ou aborrecido, interesso-me em ajudá-lo a resolver os seus problemas			
Se o meu filho estragar alguma coisa de alguém, ensino-o a contar o que fez e a pedir desculpas			
O meu filho fica magoado fisicamente quando bato nele			
O meu filho sente que não lhe dou atenção			
Não sei dizer o que o meu filho gosta			
Converso com o meu filho sobre o que é certo ou errado			
Estabeleço regras (o que pode e não pode ser feito) e explico as razões, sem discussões			
Sou violenta(o) com o meu filho			

ANEXO III

Escalas de Avaliação de
Competências Sociais de CABALLO
(EMES –M e EMES-C)

Escala Multidimensional de Expressão Social – Parte Motora (EMES – M)

(CABALLO, 1987)

O seguinte inventário foi elaborado para proporcionar informações sobre a forma como actua normalmente. Por favor responda às perguntas, na folha de respostas, pondo uma cruz onde achar que melhor corresponde ao seu comportamento, de 0-4.

- 4. Sempre ou muito frequentemente (91% a 100% das vezes)*
- 3. Habitualmente ou frequentemente (66% a 90% das vezes)*
- 2. De vez em quando (35% a 65% das vezes)*
- 1. Raramente (10% a 34% das vezes)*
- 0. Nunca ou muito raramente (0 a 9% das vezes)*

A sua resposta deve reflectir a frequência com que realiza o tipo de comportamento descrito em cada pergunta:

1. Quando pessoas que conheço mal me elogiam, tento minimizar a situação, tirando importância ao facto pelo qual sou elogiada(o).
2. Quando um vendedor tenta mostrar-me um produto que não me interessa, sou incapaz de dizer não.
3. Quando as pessoas me pressionam para fazer coisas por elas, é-me difícil dizer que não.
4. Evito fazer perguntas a quem não conheço.
5. Sou incapaz de dizer que não quando o (a) meu (minha) companheiro(a) me pede algo.
6. Se um amigo me interrompe a meio de uma conversa importante, peço-lhe que espere até que a conversa termine.
7. Quando o meu chefe ou superior me irrita sou incapaz de dizê-lo.
8. Se um amigo a quem emprestei dinheiro parece ter-se esquecido de me pagar, eu lembro-lhe.
9. É fácil fazer com que o (a) meu (minha) companheiro(a) se sinta bem, elogiando-o.
10. Afasto-me do meu caminho para evitar problemas com outras pessoas.
11. É um problema para mim mostrar aos outros o meu agrado por eles.
12. Se duas pessoas no cinema estão a falar demasiado alto digo-lhes que se calem.
13. Quando uma pessoa do sexo oposto, bem-parecida, me pede algo, sou incapaz de dizer não.
14. Quando me sinto aborrecida(o) com uma pessoa, não o demonstro.
15. Reservo só para mim as minhas opiniões.
16. Sou extremamente cuidadosa(o) em evitar ferir os sentimentos dos outros.
17. Quando me interessa uma pessoa a quem não fui apresentada(o) tento de forma activa conhecê-la.
18. É-me difícil falar em público.
19. Sou incapaz de expressar desacordo ao (à) meu (minha) companheiro(a)

20. Evito fazer perguntas na aula ou trabalho por medo ou timidez.
21. É fácil fazer elogios a uma pessoa que conheço mal.
22. Quando o meu superior me pede que faça coisas que não tenho obrigação de fazer, sou incapaz de lhe dizer que não.
23. É-me difícil fazer novos amigos.
24. Se um amigo trai a minha confiança, expresso-lhe claramente o meu desgosto.
25. Expresso sentimento de carinho aos meus pais.
26. É-me difícil fazer um elogio a um superior.
27. Se tivesse numa reunião e a pessoa que a dirigisse fizesse uma afirmação que me parecesse incorrecta, expunha o meu ponto de vista.
28. Se não quero continuar a sair com uma pessoa do sexo oposto, mostro-lhe claramente.
29. Sou incapaz de demonstrar sentimentos negativos a estranhos se me sinto ofendida(o) com eles.
30. Se num restaurante me servem comida de forma que não me agrada, queixo-me ao empregado.
31. Custa-me falar com uma pessoa do sexo oposto que seja bem-parecida e que eu conheço mal.
32. Quando conheço uma pessoa que me agrada peço-lhe o número de telefone para um possível encontro posterior.
33. Se estou zangada(o) com os meus pais mostro-lhes claramente.
34. Expresso o meu ponto de vista ainda que seja impopular.
35. Se alguém falou mal de mim ou me atribuiu falsos testemunhos, procuro a pessoa para pôr os pontos nos is.
36. Acho muito difícil iniciar uma conversa com um estranho.
37. Sou incapaz de defender os meus direitos perante os meus superiores.
38. Se uma autoridade me critica sem justificação, é-me difícil discutir a sua crítica abertamente.
39. Se um membro do sexo oposto me critica injustamente, peço-lhe claramente explicações.
40. Hesito em marcar encontros por timidez.
41. Acho fácil dirigir-me e começar uma conversa com superiores.
42. Facilmente faço o que os outros querem que eu faça e não o que realmente queria fazer.
43. Quando conheço gente nova tenho pouco que dizer.
44. Faço vista grossa quando me ultrapassam numa fila.
45. Sou incapaz de dizer a alguém, do sexo oposto, que me agrada.
46. Acho difícil criticar os outros.
47. Não sei o que dizer a pessoas bem-parecidas do sexo oposto.
48. Se percebo que me estou a apaixonar por alguém, expresso os meus sentimentos a essa pessoa.
49. Se um familiar me critica injustamente, expresso-lhes o que sinto espontaneamente.
50. Sinto-me bem quando me elogiam.
51. Rio-me das piadas que me ofendem, em vez de protestar.
52. Quando me elogiam não sei o que responder.
53. Sou incapaz de falar em público.
54. Sou incapaz de mostrar afecto a uma pessoa do sexo oposto.

55. Na relação amorosa, a outra pessoa é quem dirige as conversas.
56. Evito pedir seja o que for a um superior.
57. Se um parente próximo me está a incomodar, expresso-lhe claramente o meu mal-estar.
58. Quando a empregada da loja atende alguém que está atrás de mim, chamo-lhe a atenção.
59. Acho difícil elogiar pessoas do sexo oposto.
60. Quando estou em grupo, tenho problemas para encontrar o que dizer.
61. Acho difícil mostrar afecto a outra pessoa, em público.
62. Se um vizinho do sexo oposto, que queria conhecer, me pergunta as horas, tomaria a iniciativa de meter conversa.
63. Sou uma pessoa tímida.
64. Acho difícil mostrar que estou zangado quando alguém faz algo que não me agrada.

EMES – M
(folha de respostas)

Nome: _____

Data: _____ Idade: _____

4 Sempre ou muito frequentemente (91 a 100% das vezes)

3 Habitualmente ou frequentemente (66 a 90% das vezes)

2 De vez em quando (35 a 65% das vezes)

1 Raramente (10 a 34% das vezes)

0 Nunca ou muito raramente (0 a 9% das vezes)

*1	0	1	2	3	4
*2	0	1	2	3	4
*3	0	1	2	3	4
*4	0	1	2	3	4
*5	0	1	2	3	4
6	0	1	2	3	4
7	0	1	2	3	4
8	0	1	2	3	4
9	0	1	2	3	4
*10	0	1	2	3	4
*11	0	1	2	3	4
12	0	1	2	3	4
*13	0	1	2	3	4
*14	0	1	2	3	4
*15	0	1	2	3	4
*16	0	1	2	3	4

17	0	1	2	3	4
*18	0	1	2	3	4
*19	0	1	2	3	4
*20	0	1	2	3	4
21	0	1	2	3	4
*22	0	1	2	3	4
*23	0	1	2	3	4
24	0	1	2	3	4
25	0	1	2	3	4
*26	0	1	2	3	4
27	0	1	2	3	4
28	0	1	2	3	4
29	0	1	2	3	4
30	0	1	2	3	4
*31	0	1	2	3	4
32	0	1	2	3	4

33	0	1	2	3	4
34	0	1	2	3	4
35	0	1	2	3	4
*36	0	1	2	3	4
*37	0	1	2	3	4
*38	0	1	2	3	4
39	0	1	2	3	4
*40	0	1	2	3	4
41	0	1	2	3	4
*42	0	1	2	3	4
*43	0	1	2	3	4
*44	0	1	2	3	4
*45	0	1	2	3	4
*46	0	1	2	3	4
*47	0	1	2	3	4
48	0	1	2	3	4

49	0	1	2	3	4
50	0	1	2	3	4
*51	0	1	2	3	4
*52	0	1	2	3	4
*53	0	1	2	3	4
*54	0	1	2	3	4
*55	0	1	2	3	4
*56	0	1	2	3	4
57	0	1	2	3	4
58	0	1	2	3	4
*59	0	1	2	3	4
*60	0	1	2	3	4
*61	0	1	2	3	4
62	0	1	2	3	4
*63	0	1	2	3	4
64	0	1	2	3	4

CORRECÇÃO:

Da análise da EMES-M constam 64 itens de onde resultam 12 factores para a avaliação dos comportamentos que transmitem competências sociais dos indivíduos ao longo de distintas situações (CABALLO, 2000: 128-129):

1. Iniciação de interações
(itens n.º 4, 23, 31, 36, 40, 43, 47, 54, 60, 63)
2. Falar em público/enfrentar superiores
(itens n.º 7, 18, 20, 27, 37, 38, 41, 53, 56, 63)
3. Defesa dos direitos do consumidor
(itens n.º 12, 30, 44, 58)
4. Expressão de desagrado, aborrecimento, zanga
(itens n.º 14, 15, 24, 34, 64)
5. Expressão de sentimentos positivos ao sexo oposto
(itens n.º 45, 48, 54, 59, 61)
6. Expressão de incómodo e cólera aos familiares
(itens n.º 33, 39, 49, 57)
7. Recusa de pedidos proveniente do sexo oposto
(itens n.º 5, 13, 19)
8. Aceitação de pedidos
(itens n.º 1, 3, 50, 52)
9. Tomar iniciativa nas relações com o sexo oposto
(itens n.º 17, 32, 62)
10. Fazer elogios
(itens n.º 9, 21, 26)
11. Preocupação pelos sentimentos dos outros
(itens n.º 26, 46)
12. Expressão de ternura aos pais
(itens n.º 25)

A cotação das respostas é feita de acordo com a pontuação obtida em cada resposta. Cada item pode ser pontuado desde 4 (sempre ou muito frequente) até 0 (nunca ou muito raramente). Nas questões assinaladas com (*) asterisco a pontuação é invertida. Assim, se estiver assinalado um 4, pontua-se 0, se estiver assinalado um 3 pontua-se 1, se estiver assinalado um 0 pontua-se 4. O 2 permanece inalterável. Nos itens sem asterisco a pontuação não se modifica. Quanto Maior a pontuação MAIOR a competência (cfr. CABALLO, 2000).

Escala Multidimensional de Expressão Social – Parte Cognitiva (EMES – C)
(CABALLO, 1987)

O seguinte inventário foi elaborado para proporcionar informações sobre pensamentos que você pode ter. Por favor, responda às perguntas, na folha de respostas, pondo uma cruz onde achar que melhor corresponde ao que pensa, de 0 a 4.

- 4. Sempre ou muito frequentemente (91% a 100% das vezes)*
- 3. Habitualmente ou frequentemente (66% a 90% das vezes)*
- 2. De vez em quando (35% a 65% das vezes)*
- 1. Raramente (10% a 34% das vezes)*
- 0. Nunca ou muito raramente (0 a 9% das vezes)*

1. Temo expressar as minhas opiniões pessoais numa reunião de grupo.
2. Se um superior me aborrece, temo dizer-lhe directa e claramente.
3. Temo expressar opiniões pessoais num grupo de amigos por medo de parecer incompetente.
4. Penso que se não estou segura(o) do que vou dizer é melhor não iniciar uma conversa porque posso dizer asneiras.
5. Preocupa-me expressar os meus sentimentos negativos aos outros, mesmo que justificados, pois posso causar más impressões.
6. Temo a desaprovação dos meus amigos, se os confronto quando estão a aproveitar-se de mim.
7. Preocupa-me começar uma conversa com os meus amigos quando sei que não se encontram de bom humor.
8. Penso que é preferível ser humilde e minimizar os elogios que os amigos me fazem, do que aceitá-los e causar uma impressão negativa.
9. Fazer elogios a outras pessoas não tem a ver com a minha forma de ser.
10. Quando cometo um erro diante do(a) meu(minha) companheiro(a) temo que ele (a) me critique.
11. Temo falar em público por medo de fazer uma figura ridícula.
12. Importa-me bastante a impressão que causo ao sexo oposto quando estou a defender os meus direitos.
13. Preocupa-me fazer “uma cena” quando defendo os meus direitos pessoais perante os meus pais.
14. Penso que os outros têm de mim uma opinião desfavorável quando expresso uma opinião contrária às deles.
15. Quando um superior me critica injustamente tenho medo de enfrentá-lo porque posso falhar na argumentação.
16. Penso que é da minha responsabilidade ajudar as pessoas que conheço mal só porque me pediram.

17. Temo expressar carinho aos meus pais.
18. Preocupa-me falar em público.
19. Se faço um elogio a uma pessoa do sexo oposto preocupa-me fazer de ridículo.
20. Preocupo-me sobre o que pensam as pessoas se defendo os meus direitos.
21. Quando exprimo desagrado por alguma coisa que o(a) meu (minha) companheiro(a) me faz, temo a sua reprovação.
22. Penso que não é agradável receber elogios e que as pessoas não deveriam expressá-los frequentemente.
23. Penso que, se uma pessoa do sexo oposto rejeita sair comigo, está a rejeitar-me como pessoa.
24. Preocupa-me iniciar conversas com desconhecidos quando não fomos apresentados.
25. Penso que, sem me fazerem um elogio, o mais conveniente é fazer como se não tivesse ouvido.
26. Preocupa-me que uma conversa com uma pessoa do sexo oposto tenha que depender de mim.
27. Importa-me bastante falar em público por medo de parecer incompetente.
28. Temo recusar os pedidos que os meus pais me fazem.
29. Preocupa-me expressar desacordo perante pessoas com autoridade quando podem supor uma opinião desfavorável.
30. Preocupa-me o que podem pensar os meus amigos quando lhes expresso afecto.
31. Preocupa-me o que podem pensar as pessoas se aceito abertamente um elogio.
32. Penso que uma pessoa que conheço mal não tem o direito de me pedir algo que me custe fazer.
33. Se faço pedidos a pessoas com autoridade temo a desaprovação dessas pessoas.
34. Penso que se alguém faz pedidos pouco razoáveis só pode esperar más respostas.
35. Penso que elogiar um desconhecido é uma forma errada para iniciar uma relação.
36. Preocupa-me notavelmente que o(a) meu (minha) companheiro(a) não me corresponda sempre que lhe expresso carinho.
37. Penso que enfrentar as críticas dos meus amigos provavelmente dá lugar a situações violentas.
38. Preocupa-me notavelmente que, ao elogiar alguém pense que sou “engraxador”.
39. Recusar um pedido do(a) meu (minha) companheiro(a) é uma forma de me sentir culpada(o).
40. Preocupa-me falar em público por medo de fazê-lo mal.
41. Temo que as pessoas me critiquem.
42. Preocupa-me que expressar sentimentos negativos a pessoas do sexo oposto possa causar-lhes má impressão.
43. Se peço favores a pessoas que não conheço, ou mal conheço, temo causar-lhes impressão negativa.
44. Preocupa-me bastante expressar sentimentos de afecto a pessoas do sexo oposto.

EMES – C
(folha de respostas)

Nome: _____

Data: _____ Idade: _____

4 Sempre ou muito frequentemente (91 a 100% das vezes)

3 Habitualmente ou frequentemente (66 a 90% das vezes)

2 De vez em quando (35 a 65% das vezes)

1 Raramente (10 a 34% das vezes)

0 Nunca ou muito raramente (0 a 9% das vezes)

1	0	1	2	3	4
2	0	1	2	3	4
3	0	1	2	3	4
4	0	1	2	3	4
5	0	1	2	3	4
6	0	1	2	3	4
7	0	1	2	3	4
8	0	1	2	3	4
9	0	1	2	3	4
10	0	1	2	3	4
11	0	1	2	3	4

12	0	1	2	3	4
13	0	1	2	3	4
14	0	1	2	3	4
15	0	1	2	3	4
16	0	1	2	3	4
17	0	1	2	3	4
18	0	1	2	3	4
19	0	1	2	3	4
20	0	1	2	3	4
21	0	1	2	3	4
22	0	1	2	3	4

23	0	1	2	3	4
24	0	1	2	3	4
25	0	1	2	3	4
26	0	1	2	3	4
27	0	1	2	3	4
28	0	1	2	3	4
29	0	1	2	3	4
30	0	1	2	3	4
31	0	1	2	3	4
32	0	1	2	3	4
33	0	1	2	3	4

34	0	1	2	3	4
35	0	1	2	3	4
36	0	1	2	3	4
37	0	1	2	3	4
38	0	1	2	3	4
39	0	1	2	3	4
40	0	1	2	3	4
41	0	1	2	3	4
42	0	1	2	3	4
43	0	1	2	3	4
44	0	1	2	3	4

CORRECÇÃO:

Da análise da EMES-C constam 44 itens de onde resultam 12 factores para a avaliação dos pensamentos negativos relativos a diversas dimensões das competências sociais (CABALLO, 2000: 134-135):

1. Temor a expressão de falar em público e com superiores
(itens n.º 1, 2, 3, 11, 15, 18, 20, 27, 29, 33, 40)
2. Temor a desaprovação dos outros ao expressar sentimentos negativos e ao recusar pedidos
(itens n.º 5, 6, 13, 28, 39)
3. Temor a fazer e receber pedidos
(itens n.º 32, 33, 34, 43)
4. Temor a fazer e receber elogios
(itens n.º 8, 22, 25, 35)
5. Preocupação pela expressão de sentimentos positivos e iniciação de interações com o sexo oposto
(itens n.º 19, 24, 26, 44)
6. Temor à avaliação negativa dos outros ao manifestar condutas negativas
(itens n.º 6, 14, 20, 37)
7. Medo de um comportamento negativo, por parte dos outros, ao expressar condutas positivas
(itens n.º 7, 26, 38, 41)
8. Preocupação por aquilo que pensam os outros, quando se expressam sentimentos
(itens n.º 10, 21, 30, 36)
9. Preocupação pela impressão causada aos outros
(itens n.º 31, 38, 41, 42)
10. Medo de expressar sentimentos positivos
(itens n.º 3, 17, 23, 44)
11. Medo de defender os direitos
(itens n.º 12, 16)
12. Insegurança nas próprias capacidades
(itens n.º 4, 9)

A cotação das respostas é feita de acordo com a pontuação obtida em cada resposta. Cada item pode ser pontuado desde 4 (sempre ou muito frequente) até 0 (nunca ou muito raramente). Quanto MENOR a pontuação MAIOR a competência (cfr. CABALLO, 2000).

ANEXO IV

Questionário de Avaliação Final

FORMAÇÃO EM GESTÃO FAMILIAR

Avaliação Geral

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

Por favor, preencha e entregue este questionário. A sua opinião é fundamental. Ajude-nos a melhorar o nosso trabalho

1- Em termos gerais, qual é a sua apreciação da acção:

MUITO BOM ☐

BOM ☐

SUFICIENTE ☐

INSUFICIENTE ☐

2- Indique a sua avaliação relativamente ao conteúdo:

Novidade da matéria	MB <input type="checkbox"/>	B <input type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	I <input type="checkbox"/>
Interesse das matérias abordadas	MB <input type="checkbox"/>	B <input type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	I <input type="checkbox"/>
Nível de detalhe no tratamento dos temas	MB <input type="checkbox"/>	B <input type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	I <input type="checkbox"/>
Coerência global/interligação dos temas	MB <input type="checkbox"/>	B <input type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	I <input type="checkbox"/>
Adequação da metodologia aos conteúdos	MB <input type="checkbox"/>	B <input type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	I <input type="checkbox"/>
Documentação distribuída	MB <input type="checkbox"/>	B <input type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	I <input type="checkbox"/>

3- Indique a sua avaliação relativamente ao desempenho dos formadores:

Domínio dos assuntos	MB <input type="checkbox"/>	B <input type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	I <input type="checkbox"/>
Clareza na comunicação	MB <input type="checkbox"/>	B <input type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	I <input type="checkbox"/>
Adequação dos métodos utilizados	MB <input type="checkbox"/>	B <input type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	I <input type="checkbox"/>
Motivação suscitada	MB <input type="checkbox"/>	B <input type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	I <input type="checkbox"/>
Disponibilidade para esclarecimento de questões	MB <input type="checkbox"/>	B <input type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	I <input type="checkbox"/>
Relacionamento com os formandos	MB <input type="checkbox"/>	B <input type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	I <input type="checkbox"/>

4- Como avalia esta a formação e relação aos seguintes aspectos:

	MUITO BOM	BOM	SUFICIENTE	INSUFICIENTE
Organização				
Instalações				
Meios/Recursos				
Duração da Formação				

5- Como classifica os conhecimentos adquiridos nesta formação, tendo em conta a sua utilidade e aplicação práticas?

MUITO BOM ☐

BOM ☐SUFICIENTE ☐

INSUFICIENTE ☐

6- Considera útil a realização de outras formações neste âmbito?

Sim ☐

Não ☐

7- Que outro temas gostaria de ver abordados em futuras formações?

8- Observações/Comentários:

OBRIGADA!

Organização:

Junta de Freguesia de S. Pedro de Penaferrim

Comissão Social da Freguesia de S. Pedro de Penaferrim

ANEXO V

Cronograma da formação em
Gestão Familiar

Cronograma:

Duração: 35 horas (Abril e Maio/2009)

Horário: 13h30 às 16h00

	Abril e Maio de 2009														
Módulos/Conteúdos	4.ªF	5ªF	6.ªF	2.ªF	4.ªF	2.ªF	6.ºF	2.ªF	4.ªF	2.ªF		2.ªF	2.ªF	2.ªF	2.ªF
	01	02	03	06	08	13	17	20	22	27		04	11	18	25
1.1. Higiene Pessoal e Higiene Habitacional															
1.2. Segurança															
1.3. Ambiente e Reciclagem															
1.4. Cuidados de Saúde															
2.1. Alimentação e Nutrição															
2.2. Gestão Económica do Lar															
3.1. Competências pessoais e sociais															
3.2. Competências parentais															

ANEXO VI

Contrato-formação



Junta de Freguesia de S. Pedro de Penaferrim

Gabinete de Acção Social

Formação em Gestão Familiar



Contrato de Cooperação e Participação

_____, utente do Gabinete de Acção Social da Junta de Freguesia de S. Pedro de Penaferrim, Tendo conhecimento pleno dos objectivos e finalidades do apoio e acompanhamento Psicossocial, comprometo-me a comparecer a todas as sessões da Formação em Gestão Familiar e a frequentar com empenho as actividades que me forem apresentadas, bem como a cooperar com os Técnicos e/ou Formadores no desenvolvimento das minhas competências pessoais, sociais e parentais.

Ciente, de uma possível cessação do apoio e acompanhamento psicossocial, bem como do apoio alimentar, caso não respeite os itens expressos neste contrato/acordo.

_____, Técnico da Freguesia de S. Pedro de Penaferrim, comprometo-me a planear e organizar as diligências necessárias e a resolver as dificuldades que surgirem na sua realização, bem como apoiar o utente a fim de que possa atingir os objectivos a que se propuser.

Utente

Técnico

ANEXO VII

Questionários de Avaliação:
Competências Pessoais e Sociais

Escala de Avaliação Global da Auto-realização (EAGAR) (Jardim & Pereira, 2006)

Instruções: responda com a máxima sinceridade a cada uma das seguintes afirmações, assinalando apenas um dos níveis com que mais se identifica, segundo a escala seguinte:

Escala de Avaliação Global da Auto-realização (EAGAR) (Jardim & Pereira, 2006)

1	2	3	4	5	
DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	INDECISO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE	
1. Tenho força de vontade suficiente para realizar aquilo a que me proponho.	1	2	3	4	5
2. Os meus familiares (próximos) costumam apreciar aquilo que faço.	1	2	3	4	5
3. O meu desempenho profissional influencia positivamente a minha auto-estima.	1	2	3	4	5
4. Sinto-me realizado (a) como pessoa.	1	2	3	4	5
5. Sinto que as tarefas que realizo profissionalmente contribuem para o desenvolvimento das minhas potencialidades	1	2	3	4	5
6. As minhas necessidades fundamentais estão satisfeitas.	1	2	3	4	5
7. Sinto-me suficientemente motivado (a) para realizar aquilo que quero na vida.	1	2	3	4	5
8. Sinto que, em cada ano que passa, desenvolvo sempre mais as minhas capacidades.	1	2	3	4	5
9. Até este momento, tenho concretizado os meus objectivos pessoais.	1	2	3	4	5
10. Sinto-me profissionalmente realizado (a).	1	2	3	4	5
11. Envolver todas as minhas capacidades naquilo que faço.	1	2	3	4	5
12. Tenho objectivos claros que quero atingir na minha vida.	1	2	3	4	5

Correcção: faça o somatório dos valores respondidos em cada item do questionário.

Interpretação: valores obtidos entre 12 e 28 (nível de auto-realização baixo); valores obtidos entre 29 e 44 (nível de auto-realização médio); valores obtidos entre 45 e 60 (nível de auto-realização elevado).

Escala de Avaliação Global da Auto-estima (EAGAE) (Jardim & Pereira, 2006)

Instruções: responda com a máxima sinceridade a cada uma das seguintes afirmações, assinalando apenas um dos níveis com que mais se identifica, segundo a escala seguinte:

Escala de Avaliação Global da Auto-estima (EAGAE) (Jardim & Pereira, 2006)

1	2	3	4	5
DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	INDECISO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE
1. Identifico facilmente os pontos fortes da minha personalidade.			1 2 3 4 5	
2. Tenho consciência das minhas capacidades intelectuais.			1 2 3 4 5	
3. Sinto que me conheço bem.			1 2 3 4 5	
4. Gosto de mim como sou.			1 2 3 4 5	
5. Julgo ter capacidades de ser bem sucedido (a) na vida.			1 2 3 4 5	
6. Sinto-me bem com o corpo que tenho.			1 2 3 4 5	
7. Sinto que sou importante para as pessoas com quem me relaciono habitualmente.			1 2 3 4 5	
8. Sinto que tenho uma boa auto-estima.			1 2 3 4 5	

Correcção: faça o somatório dos valores respondidos em cada item do questionário.

Interpretação: valores obtidos entre 8 e 20 (nível de auto-estima baixo); valores obtidos entre 21 e 30 (nível de auto-estima médio); valores obtidos entre 31 e 40 (nível de auto-estima elevado).

Escala de Medida de Manifestação de Bem-Estar (EMMB) (adaptado de Monteiro, Tavares & Pereira, 2005)

Well-Being Manifestation Measure Scale (Massé et al., 1998; Versão Portuguesa de Monteiro, Tavares & Pereira, 2005)

Instruções: por favor leia cada uma das questões e faça um círculo à volta do número que melhor o caracterizar, de acordo com a seguinte escala

Escala de Medida de Manifestação de Bem-Estar (EMMB) (adaptado de Monteiro, Tavares & Pereira, 2005)

1 NUNCA	2 RARAMENTE	3 ALGUMAS VEZES	4 FREQUENTEMENTE	5 QUASE SEMPRE
Durante o último mês				
1. Senti-me confiante.			1 2 3 4 5	
2. Senti que os outros gostavam de mim e me apreciavam.			1 2 3 4 5	
3. Senti-me satisfeito (a) com o que fui capaz de alcançar, senti-me orgulhoso de mim próprio.			1 2 3 4 5	
4. Senti-me útil.			1 2 3 4 5	
5. Senti-me emocionalmente equilibrado (a).			1 2 3 4 5	
6. Fui verdadeiro (a) comigo mesmo (a).			1 2 3 4 5	
7. Vivi a um ritmo normal, não tendo feito nada excessivamente.			1 2 3 4 5	
8. A minha vida foi bem equilibrada entre as minhas actividades familiares, pessoais, académicas, profissionais...			1 2 3 4 5	
9. Tive objectivos e ambições.			1 2 3 4 5	
10. Tive curiosidade e interesse em todo o tipo de coisas.			1 2 3 4 5	
11. Envolvi-me em vários projectos.			1 2 3 4 5	
12. Senti-me bem a divertir-me e a participar em todas as minhas actividades e passatempos preferidos.			1 2 3 4 5	
13. Ri-me com facilidade.			1 2 3 4 5	
14. Tive um grande sentido de humor, tendo feito os meus amigos e família rir facilmente.			1 2 3 4 5	
15. Fui capaz de estar concentrado e ouvir os meus amigos e família.			1 2 3 4 5	
16. Relacionei-me facilmente com as pessoas à minha volta.			1 2 3 4 5	

1	2	3	4	5	
NUNCA	RARAMENTE	ALGUMAS VEZES	FREQUENTEMENTE	QUASE SEMPRE	
17. Fui capaz de enfrentar situações difíceis de uma forma positiva.	1	2	3	4	5
18. Perante situações complexas, fui capaz de as resolver com clareza.	1	2	3	4	5
19. Fui capaz de encontrar resposta para os meus problemas sem preocupações.	1	2	3	4	5
20. Estive bastante calmo (a).	1	2	3	4	5
21. Tive a impressão de realmente gostar de viver a vida ao máximo.	1	2	3	4	5
22. Senti-me bem, em paz comigo mesmo (a).	1	2	3	4	5
23. Achei a vida excitante e quis aproveitar cada momento dela.	1	2	3	4	5
24. A minha moral esteve boa.	1	2	3	4	5
25. Senti-me saudável e em boa forma.	1	2	3	4	5

Resultados e sua interpretação:

Some todos os números assinalados.

Menos de 82 (inclusive): fraca manifestação de bem-estar;

De 83 a 103: manifestação média de bem-estar;

Mais de 104 (inclusive). Elevada manifestação de bem-estar;

Escala de Avaliação Global da Assertividade (EAGA) (Jardim & Pereira, 2006)

Instruções: responda com a máxima sinceridade a cada uma das seguintes afirmações, assinalando apenas um dos níveis com que mais se identifica, segundo a escala seguinte:

Escala de Avaliação Global da Assertividade (EAGA) (Jardim & Pereira, 2006)

1 DISCORDO TOTALMENTE	2 DISCORDO	3 INDECISO	4 CONCORDO	5 CONCORDO TOTALMENTE
1. Expresso habitualmente as minhas ideias.			1 2	3 4 5
2. Numa situação de conflito, costumo saber quando devo ser firme e não devo ceder.			1 2	3 4 5
3. Habitualmente, defendo os meus direitos.			1 2	3 4 5
4. Quando me pedem alguma coisa que não me convém, sei recusar.			1 2	3 4 5
5. Quando estou em desacordo com alguém, explico-o de modo convincente.			1 2	3 4 5
6. Normalmente, falo o tempo necessário para expor as minhas opiniões.			1 2	3 4 5
7. Costumo falar num tom de voz claro e audível.			1 2	3 4 5
8. Quando me sinto ofendido (a), manifesto-o directamente à pessoa que me ofendeu.			1 2	3 4 5

Correcção: faça o somatório dos valores respondidos em cada item do questionário.

Interpretação: valores obtidos entre 8 e 18 (pouca habilidade na assertividade); valores obtidos entre 19 e 30 (habilidade média na assertividade); valores obtidos entre 31 e 40 (bastante habilidoso na assertividade).

Escala de Avaliação Global da Resiliência (EAGR) (Jardim & Pereira, 2006)

Instruções: responda com a máxima sinceridade a cada uma das seguintes afirmações, assinalando apenas um dos níveis com que mais se identifica, segundo a escala seguinte:

Escala de Avaliação Global da Resiliência (EAGR) (Jardim & Pereira, 2006)

1	2	3	4	5				
DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	INDECISO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE				
1. Perante as adversidades da vida, continuo a lutar até atingir os meus objectivos.	1	2	3	4	5			
2. Mesmo em situações stressantes, mantenho a tranquilidade.	1	2	3	4	5			
3. Tenho total confiança nas minhas capacidades para resolver os meus problemas.	1	2	3	4	5			
4. Tenho conseguido superar as adversidades que a vida me tem colocado.	1	2	3	4	5			
5. Consigo minimizar os efeitos negativos das adversidades.	1	2	3	4	5			
6. Assumo os meus problemas, dando-lhes a importância que têm, sem os subvalorizar ou sobrevalorizar.	1	2	3	4	5			
7. Quando uma situação não é passível de ser mudada, aceito esse facto com serenidade.	1	2	3	4	5			
8. Quando a vida me coloca novos desafios, considero-os oportunidades para amadurecer.	1	2	3	4	5			

Correcção: faça o somatório dos valores respondidos em cada item do questionário.

Interpretação: valores obtidos entre 9 e 21 (capacidade de resiliência baixa); valores obtidos entre 22 e 34 (capacidade de resiliência média); valores obtidos entre 35 e 45 (capacidade de resiliência elevada).

Escala de Avaliação do Eu Resiliente (EAGER) (Jardim & Pereira, 2006)

Instruções: assinale apenas um dos níveis com que mais se identifica, segundo as escala seguinte:

Escala de Avaliação do Eu Resiliente (EAER) (Jardim & Pereira, 2006)

1	2	3	4	5
NUNCA	RARAMENTE	ALGUMAS VEZES	FREQUENTEMENTE	QUASE SEMPRE
Eu tenho...	1. Pessoas ao meu redor que me querem bem incondicionalmente.			1 2 3 4 5
	2. Pessoas que me estipulam limites, para que eu aprenda a evitar perigos e problemas.			1 2 3 4 5
	3. Pessoas que querem que eu aprenda a desenvolver-me sozinho (a).			1 2 3 4 5
	4. Pessoas que cuidam de mim quando estou doente, em perigo ou quando preciso de aprender alguma coisa.			1 2 3 4 5
Eu sou...	5. Uma pessoa estimada e amada pelos outros.			1 2 3 4 5
	6. Feliz quando faço algo pelos outros e lhes demonstro o meu afecto.			1 2 3 4 5
	7. Respeitador de mim mesmo e dos outros.			1 2 3 4 5
Eu estou...	8. Disposto a responsabilizar-me pelos meus actos.			1 2 3 4 5
	9. Confiante de que tudo correrá bem.			1 2 3 4 5
Eu posso...	10. Falar sobre coisas que me preocupam ou inquietam.			1 2 3 4 5
	11. Procurar o modo de resolver os meus problemas.			1 2 3 4 5
	12. Controlar-me quando tenho vontade de fazer algo perigoso ou nocivo.			1 2 3 4 5
	13. Encontrar o momento certo para falar com alguém ou para actuar.			1 2 3 4 5
	14. Procurar alguém que me ajuda quando necessito.			1 2 3 4 5

Correcção: anote o somatório relativo a cada dimensão e lance esses dados na tabela que se segue:

Dimensões	Total/dimensões
1. Eu tenho...	
2. Eu sou...	
3. Eu estou...	
4. Eu posso...	
Total/Global	

Interpretação: valores totais/globais obtidos entre 14 e 33 (nível de resiliência do *eu* é baixo); valores obtidos entre 34 e 52 (nível de resiliência do *eu* é médio); valores obtidos entre 53 e 70 (nível de resiliência do *eu* é elevado).

ANEXO VIII

Questionário de Avaliação:
Competências Parentais

INVENTÁRIO DE ESTILOS PARENTAIS (IEP)
Práticas Educativas Maternas e Paternas
Auto-Aplicação

Paula Inês Cunha Gomide

Instrumento

O IEP contém 42 questões que correspondem às sete práticas educativas do modelo. Para cada prática educativa foram elaboradas seis questões distribuídas espaçadamente ao longo do inventário.

São duas práticas positivas: (A) Monitorização Positiva e (B) Comportamento Moral; e cinco práticas negativas: (C) Punição Inconsistente, (D) Negligência, (E) Disciplina Permissiva, (F) Monitorização Negativa e (G) Abuso Físico.

O IEP tem duas formas: a) quando os pais respondem sobre as práticas educativas adoptadas e relação ao filho e b) quando os filhos respondem sobre as práticas educativas utilizadas pelos seus pais. As questões são basicamente as mesmas, mas adaptadas a cada situação.

Aplicação do IEP

Individual ou em grupo.

Pode ser aplicado a crianças acima dos 8 anos de idade e adolescentes.

Os pais poderão responder sobre filhos acima dos 5 anos de idade.

Cotação

Cada resposta recebe a seguinte pontuação:

NUNCA – pontuação zero (0)

ÀS VEZES – pontuação um (1)

SEMPRE – pontuação dois (2)

Portanto, cada prática educativa poderá ter uma pontuação entre zero e 12 pontos (pontuação máxima).

As questões não respondidas são cotadas com zero (0)

Cálculo do índice de Estilo Parental

Somam-se as práticas positivas (A+B) e as práticas negativas (C+D+E+F+G) e, em seguida subtrai-se a soma das práticas negativas das positivas.

$$iep = (A+B) - (C+D+E+F+G)$$

Interpretação dos resultados

O índice de estilo parental negativo é indicativo da prevalência de práticas educativas negativas.

Quando o índice de estilo parental é positivo, indica uma forte presença de práticas parentais positivas.

O *iep* pode variar entre -60 e +24 (ver tabelas de dados normativos)

Interpretação das tabelas de dados normativos

Percentil	Interpretação do resultado
80 a 99	Estilo parental ótimo, com presença marcante de práticas parentais positivas e ausência das práticas parentais negativas.
55 a 75	Estilo parental regular, acima da média. Os pais podem beneficiar de alguma orientação e aconselhamento.
30 a 50	Estilo parental regular, mas abaixo da média. Aconselha-se o treino parental.
1 a 25	Estilo parental de risco, com práticas parentais deficitárias. Aconselha-se a participação em programas de intervenção terapêutica, em grupo, de casal ou individualmente

INVENTÁRIO DE ESTILOS PARENTAIS (IEP)**Folha de Respostas****2 = Sempre****1 = Às vezes****0 = Nunca**

Variáveis	Questões						Σ
A. Monitorização Positiva	1	8	15	22	29	36	A
B. Comportamento Moral	2	9	16	23	30	37	B
C. Punição Inconsistente	3	10	17	24	31	38	C
D. Negligência	4	11	18	25	32	39	D
E. Disciplina Permissiva	5	12	19	26	33	40	E
F. Monitorização Negativa	6	13	20	27	34	41	F
G. Abuso Físico	7	14	21	28	35	42	G

Índice de Estilo Parental**(A+B) – (C+D+E+F+G) =**

Tabela 2. Dados normativos das práticas educativas maternas

Percentuais	IEP	Monitoria positiva	Comp. moral	Abuso físico	Negligência	Monitoria negativa	Punição Inconsistente	Disciplina relaxada
99	19	12	12	0	0	1	0	0
95	15	12	12	0	0	2	0	0
90	13	12	12	0	0	3	1	0
85	12	12	11	0	0	3	1	1
80	11	12	11	0	1	4	2	1
75	9	11	11	0	1	4	2	2
70	8	11	11	0	1	4	2	2
65	7	11	10	0	1	5	2	2
60	6	11	10	0	1	5	3	2
55	5	10	10	0	2	5	3	3
50	4	10	9	0	2	5	3	3
45	3	10	9	1	2	6	4	3
40	2	10	9	1	2	6	4	3
35	1	9	8	1	3	6	4	4
30	0	9	8	1	3	7	5	4
25	-2	8	7	1	3	7	5	4
20	-3	8	7	2	4	7	5	5
15	-6	7	6	2	4	8	6	5
10	-9	7	5	3	5	8	7	6
5	-14	6	4	5	7	9	8	7
1	-22	3	2	8	10	11	9	10
Média	2.97	9.83	8.87	1.05	2.37	5.54	3.58	3.19
Desvio- padrão	8.79	2.41	2.49	1.68	2.17	2.27	2.26	2.21

Tabela 3. Dados normativos das práticas educativas paternas

Percentuais	IEP	Monitoria positiva	Comp. moral	Abuso físico	Negligência	Monitoria negativa	Punição Inconsistente	Disciplina relaxada
99	20	12	12	0	0	0	0	0
95	15	12	12	0	0	1	0	0
90	13	12	12	0	0	2	0	0
85	12	12	11	0	1	2	1	0
80	10	11	11	0	1	2	1	1
75	9	11	11	0	1	3	1	1
70	8	11	10	0	1	3	2	1
65	7	10	10	0	2	4	2	2
60	6	10	10	0	2	4	2	2
55	5	10	9	0	2	4	3	2
50	4	9	9	0	2	4	3	3
45	3	9	8	1	3	5	3	3
40	2	8	8	1	3	5	4	3
35	0	8	8	1	3	5	4	3
30	-2	7	7	1	4	6	4	4
25	-3	7	6	2	4	6	5	4
20	-6	6	6	2	5	7	5	4
15	-8	5	5	3	6	7	6	5
10	-11	4	4	4	7	8	6	6
5	-16	3	3	6	8	9	7	7
1	-25	2	0	8	11	10	10	9
Média	2.18	8.61	8.33	1.22	3.07	4.54	3.18	2.76
Desvio- padrão	9.56	2.93	2.99	1.94	2.56	2.36	2.35	2.23

INVENTÁRIO DE ESTILOS PARENTAIS (IEP)
Práticas Educativas Maternas e Paternas
Auto-Aplicação

Paula Inês Cunha Gomide

O objectivo deste instrumento é estudar a maneira utilizada pelos pais na educação dos seus filhos. Não existem respostas certas ou erradas. Responda a cada questão com sinceridade e tranquilidade.

Escolha, entre as alternativas a seguir, aquelas que mais reflectem a forma como você educa o seu/sua filho (a).

Identificação

Nome: _____ Idade: _____

Escolaridade: _____ Sexo: M ☐ F ☐

Nome do filho (a): _____

Responda à tabela a seguir fazendo uma X no espaço que melhor indicar a frequência com que você age nas situações relacionadas; mesmo se a situação descrita nunca tenha ocorrido, responda considerando o seu possível comportamento naquelas circunstâncias.

Utilize a legenda de acordo com os seguintes critérios:

NUNCA: se, considerando 10 episódios, você agiu daquela forma entre 0 a 2 vezes

ÀS VEZES: se, considerando 10 episódios, você agiu daquela forma entre 3 a 7 vezes

SEMPRE: se, considerando 10 episódios, você agiu daquela forma entre 8 a 10 vezes.

	Entre 10 episódios		
	8 a 10	3 a 7	0 a 2
	Sempre	Às vezes	Nunca
1. Quando o meu filho (a) sai, conta espontaneamente onde vai.			
2. Ensino o meu filho (a) a devolver objectos ou dinheiro que não lhe pertencem.			
3. Quando o meu filho (a) faz algo errado, a punição que aplico é mais severa dependendo do meu humor.			
4. O meu trabalho interfere na atenção que dou ao meu filho (a).			
5. Ameaço que vou bater ou castigar e depois não faço nada.			
6. Critico qualquer coisa que o meu filho (a) faça, como o quarto estar desarrumado ou estar despenteado.			
7. Bato com o cinto e outros objectos no meu filho (a).			
8. Pergunto como foi o seu dia na escola e ouço-o atentamente.			
9. Se o meu filho (a) copiar num teste, explico-lhe que é melhor ter uma nota baixa do que enganar o professor ou a si mesmo.			
10. Quando estou alegre, não me importo com as coisas erradas que o meu filho (a) faça.			
11. o meu filho (a) sente muitas dificuldades em contar-me os seus problemas, pois sou uma pessoa muito ocupada.			
12. Quando castigo o meu filho (a) e ele (a) me pede para sair do castigo, após alguma insistência permito que o faça.			
13. Quando o meu filho (a) sai, telefono para falar com ele (a) muitas vezes.			
14. O meu filho (a) tem muito medo de apanhar de mim.			
15. Quando o meu filho (a) está triste ou aborrecido (a), interesso-me em ajudá-lo (a) a resolver os seus problemas.			
16. Se o meu filho (a) estragar alguma coisa de alguém, ensino-o (a) a contar o que fez e a pedir desculpas.			
17. Castigo-o (a) quando estou nervoso (a); assim que passa a raiva, peço desculpas.			
18. o meu filho (a) fica sozinho (a) em casa a maior parte do tempo.			
19. Se, durante uma briga, o meu filho (a) grita comigo, então eu deixo-o (a) em paz.			
20. Controlo com quem o meu filho fala ou sai.			
21. O meu filho (a) fica magoado (a) fisicamente quando bato nele (a).			
22. Mesmo quando estou ocupado (a) ou a viajar, telefono para saber como ele (a) está.			

	Entre 10 episódios		
	8 a 10	3 a 7	0 a 2
	Sempre	Às vezes	Nunca
23. Aconselho o meu filho (a) a ler livros, revistas ou a ver programas de televisão que mostrem os efeitos negativos do consumo de drogas.			
24. Quando estou nervoso (a), acabo por descarregar no (a) meu filho (a).			
25. O meu filho (a) sente que não lhe dou atenção.			
26. Quando mando o meu filho (a) estudar, arrumar o quarto ou voltar para casa e ele (a) não obedece, eu não dou muita importância.			
27. Especialmente nas horas das refeições, aborreço-me e chateio-me com o meu filho (a).			
28. O meu filho (a) sente ódio de mim quando lhe bato.			
29. Após uma festa quero saber se o meu filho (a) se divertiu.			
30. Converso com o meu filho (a) sobre o que é certo ou errado no comportamento das personagens dos filmes e dos programas de televisão.			
31. Sou mal-humorado (a) com o meu filho.			
32. Não sei dizer do que o meu filho (a) gosta.			
33. Aviso o meu filho (a) que não lhe dou presentes se ele (a) não estudar, mas, na hora H, fico com pena e dou-lhe o presente.			
34. Se o meu filho (a) vai a uma festa, apenas quero saber se ele (a) bebeu, se fumou, se estava com más companhias.			
35. Sou agressivo (a) com o meu filho (a).			
36. Estabeleço regras (o que pode e o que não pode ser feito) e explico as razões sem discussão.			
37. Converso sobre o futuro trabalho ou profissão do meu filho (a), mostrando-lhe os pontos positivos e negativos das suas escolhas.			
38. Quando estou mal-humorado (a), não deixo o meu filho (a) sair com os amigos.			
39. Ignoro os problemas do meu filho (a).			
40. Quando o meu filho (a) fica muito nervoso (a) numa discussão ou briga, ele (a) percebe que fico amedrontado.			
41. Se o meu filho (a) estiver aborrecido (a), insisto para que me conte o que aconteceu, mesmo que ele (a) não queira contar.			
42. Sou violento (a) com o meu filho (a).			

ANEXO IX

Questionário de Avaliação:
Escala de Identificação de
Expectativas

Escala de Identificação de Expectativas (EIE) (adaptado de Jardim & Pereira, 2006)

Instruções: a cada um dos itens deve responder às questões colocadas em função da classificação que lhes atribuiu, numa escala de 1 a 5.

Escala de Identificação de Expectativas (EIE) (adaptado de Jardim & Pereira, 2006)

1 NUNCA	2 RARAMENTE	3 ALGUMAS VEZES	4 FREQUENTEMENTE	5 QUASE SEMPRE	
1. O que gostaria que acontecesse nesta formação					
1. Participação activa e contínua dos formandos.	1	2	3	4	5
2. Realização de trabalhos de grupo.	1	2	3	4	5
3. Exposições breves sobre aspectos teóricos do tema em estudo.	1	2	3	4	5
4. Análise de casos apresentados pelos participantes.	1	2	3	4	5
5. Debate dos temas em estudo para a partilha e troca de experiências.	1	2	3	4	5
6. Momentos para tirar dúvidas.	1	2	3	4	5
7. Apresentação de “dicas” para a prática.	1	2	3	4	5
8. Momentos divertidos.	1	2	3	4	5
9. Espírito de grupo entre todos os participantes.	1	2	3	4	5
10. Clima de à vontade para que cada um se possa exprimir sem receios.	1	2	3	4	5
2. O que não gostaria que acontecesse nesta formação					
11. Muita exposição e pouca prática.	1	2	3	4	5
12. Monotonia, passividade e desmotivação.	1	2	3	4	5
13. Desrespeito pela opinião dos outros.	1	2	3	4	5
14. Falar em grupo sobre a vida privada.	1	2	3	4	5
15. Cansaço.	1	2	3	4	5
16. Conflitos entre os participantes.	1	2	3	4	5
17. Falta de pontualidade.	1	2	3	4	5
18. Dispersão em relação aos objectivos a atingir.	1	2	3	4	5
19. Falta de confidencialidade em relação aos temas pessoais tratados no grupo.	1	2	3	4	5
20. Correr o risco de terminar o curso sem melhorar o meu desempenho pessoal.	1	2	3	4	5
3. Como posso contribuir para o sucesso desta formação					
21. Partilhando os meus conhecimentos e experiências.	1	2	3	4	5
22. Sendo pontual.	1	2	3	4	5
23. Estando aberto em relação às ideias dos colegas e do formador.	1	2	3	4	5
24. Escutando activamente todos os participantes e o formador.	1	2	3	4	5
25. Participando activamente nas actividades que serão propostas.	1	2	3	4	5
26. Voluntariando-me qual tal for necessário.	1	2	3	4	5

1 NUNCA	2 RARAMENTE	3 ALGUMAS VEZES	4 FREQUENTEMENTE	5 QUASE SEMPRE			
27. Superando os conflitos que porventura possam surgir.			1	2	3	4	5
28. Dando o meu melhor.			1	2	3	4	5
29. Trazendo para a formação boa disposição.			1	2	3	4	5
30. Interagindo com os colegas e com o formador.			1	2	3	4	5
4. Os benefícios que espero obter com esta formação							
31. Adquirir conhecimentos sobre os conteúdos e temas a debater.			1	2	3	4	5
32. Adquirir novos instrumentos para utilizar na minha vida.			1	2	3	4	5
33. Aumentar a minha autoconfiança.			1	2	3	4	5
34. Aumentar a minha realização pessoal.			1	2	3	4	5
35. Aumentar a minha motivação para promover melhorias na minha vida.			1	2	3	4	5
36. Aumentar a minha motivação para promover melhorias na minha família.			1	2	3	4	5
37. Melhorar a minha capacidade de relacionamento com os outros.			1	2	3	4	5
38. Melhorar a minha capacidade de relacionamento com a minha família.			1	2	3	4	5
39. Superar o medo de falar em público.			1	2	3	4	5
40. Desenvolver a capacidade de motivar os outros.			1	2	3	4	5
41. Desenvolver a capacidade de motivar a minha família.			1	2	3	4	5

Interpretação:

Com os resultados obtidos em cada item da escala, verifique os aspectos que obtiveram uma pontuação mais elevada em cada uma das dimensões analisadas.

Se puder fazer a apreciação de todos os questionários respondidos pelos participantes de uma formação, identifique o que estes querem que aconteça e o que querem que não aconteça, os contributos e os benefícios esperados.

A partir destes resultados, tire as devidas ilações sobre o modo como se desenrolará a formação.

ANEXO X

Questionário de Avaliação:
Escala de Avaliação das Sessões

Escala de Avaliação de Sessões (EAS) (adaptado de Jardim & Pereira, 2006)

Instruções: a cada um dos itens deve responder às questões colocadas em função da classificação que lhes atribuiu, numa escala de 1 a 5.

Escala de Avaliação de Sessões (adaptado de Jardim & Pereira, 2006)

1 MAU	2 FRACO	3 RAZOÁVEL	4 BOM	5 MUITO BOM		
1. Apreciação global desta sessão						
1. De um modo geral, esta sessão foi		1	2	3	4	5
2. A organização desta sessão foi		1	2	3	4	5
3. Os resultados alcançados foram		1	2	3	4	5
4. A duração desta sessão foi		1	2	3	4	5
5. Os conhecimentos adquiridos nesta sessão tendo em conta a sua utilidade e aplicações práticas foram		1	2	3	4	5
2. Objectivos						
6. A clareza dos objectivos desta sessão era		1	2	3	4	5
7. A importância dos objectivos era		1	2	3	4	5
8. A consecução dos objectivos foi		1	2	3	4	5
9. A adequação das estratégias à consecução dos objectivos foi		1	2	3	4	5
3. Conteúdos						
10. O modo como os temas foram abordados foi		1	2	3	4	5
11. Os conhecimentos teóricos transmitidos foram		1	2	3	4	5
12. A compreensão dos temas aprofundados foi		1	2	3	4	5
13. A aplicabilidade dos temas foi		1	2	3	4	5
14. A novidade dos temas abordados foi		1	2	3	4	5
15. O interesse dos temas abordados foi		1	2	3	4	5
16. O nível de detalhe no tratamento dos temas foi		1	2	3	4	5
17. A adequação dos métodos utilizados aos temas foi		1	2	3	4	5
4. Actividades						
18. As actividades realizadas nesta sessão foram		1	2	3	4	5
19. A utilidade prática das actividades propostas foi		1	2	3	4	5
20. A adequação dos exercícios para desenvolver as competências foi		1	2	3	4	5
21. A utilidade futura das técnicas aprendidas é		1	2	3	4	5

1 MAU	2 FRACO	3 RAZOÁVEL	4 BOM	5 MUITO BOM	
5. Participação					
22. A motivação dos participantes foi	1	2	3	4	5
23. A participação do grupo nas actividades foi	1	2	3	4	5
24. A pontualidade foi	1	2	3	4	5
25. O relacionamento entre os participantes foi	1	2	3	4	5
6. Recursos					
26. O domínio dos assuntos pelo dinamizador foi	1	2	3	4	5
27. A clareza da comunicação do dinamizador foi	1	2	3	4	5
28. A motivação suscitada pelo dinamizador foi	1	2	3	4	5
29. A disponibilidade do dinamizador para esclarecimento de questões foi	1	2	3	4	5
30. Os métodos utilizados pelo dinamizador foram	1	2	3	4	5
31. O relacionamento entre o dinamizador e os participantes foi	1	2	3	4	5
32. A documentação distribuída foi	1	2	3	4	5
33. A utilização dos recursos audiovisuais foi	1	2	3	4	5
34. As instalações e condições disponibilizadas para trabalhar foram	1	2	3	4	5
7. Desenvolvimento					
35. No início da sessão o grau de conhecimentos sobre os temas/competências abordados era	1	2	3	4	5
36. No fim da sessão o grau de conhecimento sobre os temas/competências é	1	2	3	4	5
37. Os estímulos dados para continuar a aprofundar as competências desenvolvidas foram	1	2	3	4	5

Correcção: anote o somatório relativo a cada dimensão do questionário e lance esses dados na tabela que se segue

Dimensões	Total/dimensões
5. Apreciação global da sessão	
6. Objectivos	
7. Conteúdos	
8. Actividades	
9. Participação	
10. Recursos	
11. Desenvolvimento	
Total/Global	

Interpretação: com os resultados do somatório de todas as respostas, pode inferir o grau de qualidade de cada uma das dimensões da sessão e o grau de qualidade global da sessão, sendo que uma pontuação alta reflecte um elevado grau de qualidade e vice-versa

ANEXO XI

Questionário de Avaliação:
Escala de Avaliação da
Implementação de Programas

Escala de Avaliação da Implementação de Programas (EAIP) (adaptado de Jardim & Pereira, 2006)

Instruções: a cada um dos itens deve responder às questões colocadas em função da classificação que lhes atribuiu, numa escala de 1 a 5.

Escala de Avaliação da Implementação de Programas (EAIP) (adaptado de Jardim & Pereira, 2006)

1 MAU	2 FRACO	3 RAZOÁVEL	4 BOM	5 MUITO BOM		
1. Apreciação global do projecto						
1. O projecto de um modo geral foi		1	2	3	4	5
2. Ter participado neste projecto foi		1	2	3	4	5
3. A satisfação face às minhas expectativas iniciais foi		1	2	3	4	5
4. Os resultados alcançados foram		1	2	3	4	5
5. A duração do projecto foi		1	2	3	4	5
6. Os conhecimentos adquiridos neste projecto, tendo em conta a sua utilidade e aplicações práticas foram		1	2	3	4	5
7. Acho que a adequação deste projecto aos destinatários participantes foi		1	2	3	4	5
2. Objectivos						
8. A clareza dos objectivos do projecto era		1	2	3	4	5
9. A importância dos objectivos era		1	2	3	4	5
10. A consecução dos objectivos foi		1	2	3	4	5
11. A adequação das estratégias à consecução dos objectivos foi		1	2	3	4	5
3. Conteúdos						
12. O modo como os temas foram abordados foi		1	2	3	4	5
13. A quantidade de temas abordados foi		1	2	3	4	5
14. Os conhecimentos teóricos transmitidos foram		1	2	3	4	5
15. A compreensão dos temas aprofundados foi		1	2	3	4	5
16. A aplicabilidade dos temas foi		1	2	3	4	5
17. A novidade dos temas abordados foi		1	2	3	4	5
18. O interesse dos temas abordados foi		1	2	3	4	5
19. O nível de detalhe no tratamento dos temas foi		1	2	3	4	5
20. A adequação dos métodos utilizados aos temas foi		1	2	3	4	5
21. A coerência global/interligação dos temas foi		1	2	3	4	5

1 MAU	2 FRACO	3 RAZOÁVEL	4 BOM	5 MUITO BOM	
4. Actividades					
22. As actividades realizadas nas sessões, em geral, foram	1	2	3	4	5
23. As actividades propostas para realizar em casa foram	1	2	3	4	5
24. A utilidade prática das actividades propostas foi	1	2	3	4	5
25. A adequação dos exercícios para desenvolver as competências foi	1	2	3	4	5
26. A utilidade futura das técnicas aprendidas é	1	2	3	4	5
6. Participação					
27. A motivação dos participantes foi	1	2	3	4	5
28. A participação do grupo nas actividades foi	1	2	3	4	5
29. A pontualidade foi	1	2	3	4	5
30. O relacionamento entre os participantes foi	1	2	3	4	5
7. Recursos					
31. A competência técnica do dinamizador/formador foi	1	2	3	4	5
32. O relacionamento entre o dinamizador/formador e os participantes foi	1	2	3	4	5
33. A colaboração da equipa de apoio foi	1	2	3	4	5
34. A documentação distribuída foi	1	2	3	4	5
35. A utilização dos recursos audiovisuais foi	1	2	3	4	5
36. As instalações e condições disponibilizadas para trabalhar foram	1	2	3	4	5
8. Desenvolvimento					
37. No início do projecto o grau de desenvolvimento das minhas competências era	1	2	3	4	5
38. No fim do projecto o grau de desenvolvimento das minhas competências é	1	2	3	4	5
39. Os estímulos dados para continuar a aprofundar as competências desenvolvidas foram	1	2	3	4	5

Correcção: anote o somatório relativo a cada dimensão do questionário e lance esses dados na tabela que se segue

Dimensões	Total/dimensões
12. Apreciação global do projecto	
13. Objectivos	
14. Conteúdos	
15. Actividades	
16. Participação	
17. Recursos	
18. Desenvolvimento	
Total/Global	

Interpretação: com os resultados do somatório de todas as respostas, pode inferir o grau de qualidade de cada uma das dimensões do programa e o grau de qualidade global da acção/projecto, sendo que uma pontuação alta reflecte um elevado grau de qualidade e vice-versa.